



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

PERCALÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO:  
O CASO DE MINAS GERAIS

**Ricardo Zimbrão Affonso de Paula**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
para obtenção do título de Mestre em  
História Econômica, sob a orientação do  
Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por Ricardo  
Zimbrão Affonso de Paula em 27/11/2001  
e orientada pelo Prof. Dr. Rui Guilherme  
Granziera.*

CPG, 27/11/2001  
A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Ricardo Zimbrão Affonso de Paula", written over the date stamp.

Campinas, 2001

UNICAMP  
BIBLIOTECA

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE 30  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
P281p  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BCI 50129  
PROC 16-837102  
C \_\_\_\_\_ DX \_\_\_\_\_  
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 3/10/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM00171068-9

BIB ID 249039

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

P281p Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de.  
Percalços da industrialização : o caso de Minas Gerais /  
Ricardo Zimbrão Affonso de. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Rui Guilherme Granziera.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-  
nas. Instituto de Economia.

1. Minas Gerais – Industrialização. 2. Minas Gerais – História.  
3. Minas Gerais – Condições econômicas. I. Granziera, Rui  
Guilherme. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Economia. III. Título.

Para Élio, Zileida,  
Manoelina, Michele,  
Marcelo e Ilana: minha  
família.

Para Zenair, Fernando,  
Mateus, Anelise, Zenaide,  
Paulo César, Marina e  
Paulinha: meus tios e  
primos.

Para Ignácio e Anderson:  
meus mestres

À memória de Laumelino  
Affonso, Oldemar  
Zimbrão e Rosa de Paula:  
meus avós.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Élio Affonso de Paula e Zileida Zimbrão, por terem lutado bravamente para dar uma boa educação a seus filhos.

A Ilana, meu grande amor.

A Rui Guilherme Granziera pela orientação, interesse e estímulo demonstrado desde a fase inicial do presente trabalho.

A Ignácio Godinho Delgado por ter me iniciado na profissão de Historiador.

A Anderson Pires pela amizade e pelas críticas ao trabalho.

A Marcelo dos Santos Batista, meu grande “irmão”, por ter dividido a moradia, as despesas e, principalmente a amizade nestes últimos três anos em Campinas.

A Erik Alvim, Fernando Lamas, Luciano Torres, Jayme dos Santos, Gilvan Moura, Nicélio Barros, Rita Almico, Luís Fernando Saraiva, Solange Ribeiro e Samir ( meu ator favorito), meus amigos de Juiz de Fora.

A Joely, Lúcio, Wolfgang Lenk, Domingos Sávio, Eduardo Mariutti e Wilson Vieira, meus amigos de Campinas.

A Alberto e Cida, da Secretaria do Instituto de Economia.

A Henrique Lacerda, Elione, Francisco Limp Pinheiro “Chicão”, Sr. Antônio, pelo convívio e amizade durante um ano no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

A Moema Gontijo e sua equipe do Centro de Memória do Sistema FIEMG, pela ajuda, quando de minha passagem por Belo Horizonte.

E por fim, mas não menos importante, ou talvez o mais importante, o agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por ter financiado esta pesquisa.

Obrigado a todos.

Campinas, novembro de 2001.

## **RESUMO**

O objetivo central desta dissertação é analisar os percalços da industrialização de Minas Gerais, a partir da abordagem de sua trajetória econômica, desde o início do século XIX até a inserção de Minas no processo de industrialização brasileiro, na segunda década de 1950.

Partiremos, em primeiro lugar, de um breve histórico da economia mineira no século XIX, destacando: a economia mercantil de gêneros, que assumiu papel relevante na atividade econômica de Minas, após a crise da economia aurífera, na primeira metade do século XIX; a cafeicultura, que se constituiu principal produto de exportação de Minas, entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, responsável pelo desenvolvimento do complexo agroexportador regional da Zona da Mata mineira.

Em segundo lugar, discutiremos o ambiente e as condições da industrialização em Minas Gerais, a partir da origem da indústria mineira, no século XIX; o surto industrial ocorrido na Zona da Mata, tendo a cidade de Juiz de Fora como principal beneficiária, entre 1890 e 1930, fruto das inversões de capitais do complexo agroexportador cafeeiro regional; a inserção de Minas Gerais no processo de industrialização nacional, a partir da segunda metade da década de 1950, com a especialização na produção de bens intermediários.

Por fim, a análise da política econômica do governo mineiro e sua relação com o empresariado industrial estadual na condução de políticas que visassem a industrialização do estado, no período de 1930 a 1955.

## SUMÁRIO

- 03 – Agradecimentos.
- 04 – Resumo.
- 08 – Introdução.
- 12 – Primeira Parte : Economia Mineira no Século XIX: Balanço Histórico.
- 15 – Capítulo I: Economia Mercantil de Gêneros.
- 19 – Capítulo II: A Cafeicultura em Minas Gerais.
- 30 – Capítulo III: Mão-de-obra.
- 38 – Observações Finais da Primeira Parte.
- 42 – Segunda Parte: Ambiente e Condições da Industrialização Mineira.
- 43 – Capítulo IV: O Processo de Industrialização do Brasil.
- 43 – 4.1 – *Indústria Brasileira no Século XIX.*
- 46 – 4.2 – *Da Formação do Capital Industrial à Depressão dos Anos de 1930.*
- 53 – 4.3 – *Industrialização Restringida.*
- 57 – Capítulo V: As Condições da Industrialização em Minas Gerais.
- 57 – 5.1 – *A Indústria Mineira no Século XIX.*
- 71 – 5.2 – *O Surto de Industrialização de Juiz de Fora.*
- 89 – 5.3 – *O Deslocamento do Centro Dinâmico e a Indústria Mineira nas Décadas de 1940 e 1950.*
- 103 – Observações Finais da Segunda Parte.
- 106 – Terceira Parte: Política Econômica e a Relação Estado e Burguesia em Minas Gerais-1930/1955.
- 107 – Capítulo VI: Quadro Teórico.
- 111 – Capítulo VII: Revolução e Economia na Década de 1930: O Estado de Compromisso.
- 117 – Capítulo VIII: Estado, Burguesia e Industrialização.
- 117 – 8.1 – *A Ação Empresarial.*
- 124 – 8.2 – *A Ação Empresarial em Minas Gerais.*
- 143 – 8.3 – *Tecnocracia X Tecnoburocracia.*
- 146 – Observações Finais da Terceira Parte.
- 149 – Considerações Finais.
- 150 – Bibliografia.

## **LISTAS DE TABELAS**

- 22 - **TABELA 01** – Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras.
- 23 – **TABELA 02** – Exportação Mineira de Café (1876-1915).
- 25 – **TABELA 03** – Participação Proporcional da Produção Cafeeira da Zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais.
- 26 – **TABELA 04** – Produção de Café por Município – Zona da Mata
- 35 – **TABELA 05** – Minas Gerais: Evolução da População Escrava – 1717/1819.
- 36 – **TABELA 06** – Minas Gerais: Estimativas Mínimas das Importações Líquidas de Escravos, com Taxas Hipotéticas de Crescimento Natural – 1805/1819 e 1819/1873.
- 37 – **TABELA 07** – Minas Gerais: População Escravas por Regiões – 1873/1886.
- 58 – **TABELA 08** – Número Estimado de Fundições de Ferro e Produção Anual em Diversos Anos.
- 62 – **TABELA 09** – Fábricas Têxteis Fundadas em Minas Gerais – 1872/1887.
- 65 – **TABELA 10** – Comparação de Fábricas Têxteis Mineiras e de Outras Províncias em Vários Anos – 1881/1887.
- 67 – **TABELA 11** - Localização das mais Importantes Minas de Empresas Estrangeiras na Província de Minas Gerais – 1825/1888.
- 68 – **TABELA 12** – Participação de Vários Empreendimentos na Produção Aurífera da Província de Minas Gerais – 1820/1860.
- 69 – **TABELA 13** – Participação de Vários Empreendimentos na Produção Aurífera da Província de Minas Gerais – 1860/1893.
- 74 – **TABELA 14** – Principais Estabelecimentos Industriais em Juiz de Fora – 1905.
- 75 – **TABELA 15** – Principais Estabelecimentos Industriais em Juiz de Fora – 1914.
- 76 – **TABELA 16** – Principais Setores Industriais de Juiz de Fora – 1907/1920.
- 76 – **TABELA 17** – Principais Fábricas de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora – 1925.
- 77 – **TABELA 18** – Participação do Capital Cafeeiro em Ações nas Principais Empresas de Juiz de Fora – 1870/1929.
- 79 – **TABELA 19** – Principais Empresas de Proprietários de Origem Estrangeira em Juiz de Fora – 1914.
- 80 – **TABELA 20** – Cervejarias Alemãs em Juiz de Fora.
- 82 – **TABELA 21** – Mercado Consumidor de Alguns Produtos Industrializados de J. Fora.
- 83 – **TABELA 22** – Participação da Indústria de JF em Relação ao Estado de MG e a Zona da Mata – 1907.

- 83 – **TABELA 23** – Alguns Indicadores dos Estabelecimentos Industriais de JF em Relação a Outros Núcleos Industriais do País – 1907.
- 93 – **TABELA 24** – Organização Industrial em Belo Horizonte, Juiz de Fora e MG – 1947.
- 95 – **TABELA 25** - Brasil e MG: Produção de Aço e Cimento Portland – 1950/1960.
- 97 – **TABELA 26** - Participação de JF e BH na Produção Industrial de MG – 1947.
- 98 – **TABELA 27** – Evolução da Cidade Industrial de Contagem – 1947/1960.
- 99 – **TABELA 28** – Os Principais Produtos Siderúrgicos em Minas Gerais – 1940/1950.
- 101 – **TABELA 29** – Dados sobre a Indústria em Minas Gerais.
- 102 – **TABELA 30** – Indústria de Transformação: Índices do Crescimento do Produto Real e do Emprego de Operários em Minas Gerais, São Paulo e Brasil.
- 136 – **TABELA 31** – MG: Extensão das Estradas Construídas, Custos e Volume de Terra Escavado – 1944/1958.
- 137 – **TABELA 32** – MG: Origem dos Recursos do DER – 1946/1958.
- 138 – **TABELA 33** – BR e MG: Extensão da Rede Rodoviária Federal, Pavimentada e Não Pavimentada – 1955/1960.
- 138 – **TABELA 34** – BR e MG: Extensão da Rede Rodoviária Estadual, Pavimentada e Não Pavimentada – 1955/1960.
- 140 – **TABELA 35** – BR e MG: Evolução do Setor de Energia Elétrica.
- 141 – **TABELA 36** – CEMIG: Investimentos e Origem dos Recursos.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foro, de um lado, o espaço físico de Minas Gerais, e, de outro, a industrialização que se desenvolve no País e que tem reflexos naquele espaço.

Ao mesmo tempo em que se adensam as relações industriais com o aparecimento de setores cada vez mais complexos em direção à edificação do setor de bens de capital, Minas Gerais concorre, ao longo do tempo, com uma indústria às vezes autônoma e às vezes complementar ao conjunto brasileiro. A matriz mineradora, sem dúvida, colocou Minas Gerais em posição favorável para responder às iniciativas gerais de industrialização, comandada pelo Estado.

Fora deste setor, as relações mercantis com o Rio de Janeiro e, principalmente, o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata, também prepararam um mercado regional e fizeram brotar um capital que, como em São Paulo, diversificou-se em direção à indústria de bens de consumo.

Na perspectiva deste trabalho, esses resultados materiais, onde unidades de produção industrial vão se somando e se inter-relacionando, são reflexos de interesses políticos prévios que, igualmente, vão se avolumando com o crescimento dos mercados. Buscar identificar esses interesses e qualificá-los, posteriormente, foi um objetivo na crença de que essa identificação apontava para as potencialidades e os percalços do próprio conjunto industrial.

Não foi percorrido o caminho sem a tentativa de examinar toda a bibliografia que, mediata ou imediatamente, se referia ao aparecimento da indústria, ou do capital que deu origem à indústria, em Minas Gerais. Com isso, pudemos, paulatinamente, ir formando a nossa própria visão sobre esse processo.

A convicção de que Minas Gerais autoriza um destaque específico no conjunto brasileiro rumo à industrialização esteve, desde o início, presente neste estudo. Essa convicção brota da herança urbana colonial e da situação demográfica ímpar ali criada. Com a República, por força da descentralização, o Estado de Minas Gerais ganha peso político justamente em função daquela herança. Assim, as tentativas de industrialização, quando revestidas de interesse político representado institucionalmente, tiveram grandes

possibilidades de êxito, malgrado uma situação geográfica que não favorecia as importações de bens de capital.

Ao discutir a trajetória econômica de Minas Gerais, não pudemos deixar de analisar que esta se deu de forma desarticulada e descontínua, a qual, ao longo do século XIX até a inserção do Estado no processo de industrialização nacional, na segunda metade da década de 1950, flutuou o seu centro dinâmico da economia em algumas regiões distintas.

No caso da mineração aurífera, centro dinâmico da economia no século XVIII, promoveu o desenvolvimento da região central da Capitania. Após a crise dessa economia, a produção mercantil de gêneros alimentícios assume o papel de centro dinâmico da atividade econômica, que engloba a primeira metade do século XIX e tem a Zona Sul da Província como principal região produtora. Durante toda a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento da atividade agroexportadora cafeeira, na Zona da Mata, se constituiu principal produto de exportação de Minas Gerais e foi o responsável pelo surto de industrialização ocorrido naquela região e, portanto, transformou-a na principal zona industrial do Estado entre 1890 e 1930.

Por fim, o desenvolvimento do setor mineiro-metalúrgico que inseriu Minas no processo de industrialização nacional e transformou a Zona Metalúrgica, situada na região central do Estado, no centro dinâmico da economia mineira, a partir da segunda metade da década de 1950.

Dividimos o nosso estudo em três partes. Na primeira, abordamos a economia mineira no século XIX. Destaca-se nesta parte da pesquisa três capítulos: a economia mercantil de gêneros, desenvolvida principalmente na região Sul de Minas; a cafeicultura, que teve como principal região produtora a Zona da Mata; e a mão-de-obra, representada predominantemente pelo escravo.

Na segunda parte, nosso objetivo foi analisar o ambiente e as condições da industrialização mineira. Para isso, dividimo-la em dois capítulos: no primeiro, abordamos o processo de industrialização brasileiro destacando, a origem da indústria no Brasil, no século XIX; a formação do capital industrial nacional, a partir do complexo agroexportador cafeeiro capitalista de São Paulo, entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX; a fase de industrialização restringida, entre 1933 e 1955, e sua transição para industrialização pesada, a partir da segunda metade da década de 1950.

No segundo capítulo, discutimos as condições da industrialização em Minas Gerais, destacando a origem da indústria mineira no século XIX, com os ramos têxteis, siderurgia e mineração subterrânea; o surto de industrialização na Zona da Mata, liderado pela cidade de Juiz de Fora, entre 1890 e 1930, fruto dos investimentos advindos do complexo exportador cafeeiro regional, e o deslocamento do centro dinâmico da economia mineira, que se deslocou da Zona da Mata para a Zona Metalúrgica, devido o desenvolvimento do setor mineiro-metalúrgico naquela região, e que foi o responsável pela inserção de Minas Gerais, principalmente, após a segunda metade da década de 1950, quando ocorre a transição para a fase de industrialização pesada, no processo de industrialização nacional.

Por fim, na terceira parte deste trabalho, analisamos a política econômica em Minas Gerais no período de 1930 a 1955, e a relação entre Estado e elites empresariais mineiras na condução de políticas que visavam a industrialização estadual. Tem destaque nesta referida parte, Quadro Teórico, no qual discutimos as formulações teóricas acerca do papel do Estado no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, principalmente no que tange o período pós-Revolução de 1930. Dentro deste contexto nos filiamos a tese sobre a *análise integrada Estado/Sociedade*.

No capítulo seguinte, abordamos o papel da Revolução de 1930 na transição de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial, e seus desdobramentos no processo de industrialização nacional que se intensificou após este episódio. Finalizando esta terceira parte, discutimos as relações entre as elites empresariais e o Estado, tanto a nível federal quanto estadual, na condução de políticas econômicas comandadas pelo Estado no desenvolvimento da industrialização brasileira, bem como o surgimento de uma elite tecnoburocrática que teve participação ativa, principalmente, no desenvolvimento econômico e industrial de Minas Gerais.

**PRIMEIRA PARTE:**

**ECONOMIA MINEIRA NO SÉCULO XIX:**

**BALANÇO HISTÓRICO.**

Constitui-se objetivo desta primeira parte de nosso estudo traçar um balanço histórico da economia mineira no século XIX. Para isso, teremos como ponto de partida a crise da economia aurífera no final do século XVIII e, como ponto final de nossa análise, a cafeicultura que, com os seus capitais, estimulou a indústria na cidade de Juiz de Fora, principal centro urbano e industrial de Minas, entre o final do século XIX e o início do século XX.

Tentar entender a economia mineira como um todo é bastante complexo, já que sua formação regional se fundamenta em padrões diferenciados de colonização e evolução sócio-econômica. John Wirth, em seu estudo, analisa a economia de Minas Gerais como um mosaico, no qual as regiões<sup>1</sup> que compõem atualmente o Estado se desenvolveram em linha diferente de tempo, dando a Minas uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos<sup>2</sup>. Entretanto, essa particularidade de Minas Gerais é explicada, segundo Wirth, devido suas fronteiras não definirem uma região geográfica coerente, e sim, refletirem antes a conveniência colonial portuguesa, isto é, o desejo dos portugueses de isolar Minas, na primeira corrida do ouro do mundo moderno (1690 – 1740), de outras potências européias, além de frustrar o contrabando e a evasão de divisas dos campos auríferos<sup>3</sup>.

Minas Gerais foi a principal capitania do Império Português no século XVIII. Isto deveu-se a exploração de ouro, que teve o seu auge entre os anos de 1693 a 1770.<sup>4</sup> Em 1776, a população de Minas, excluídos os índios, era superior a 300 mil habitantes, o que representava 20% da população total da América portuguesa e constituía a maior aglomeração da Colônia<sup>5</sup>. Já a partir de 1760, haverá uma mudança da população da região da mineração para o sul da capitania. Isto posto, segundo Kenneth Maxwell, indicava profunda alteração das funções e da economia de Minas Gerais. A mudança era gradual e a transformação de uma economia predominantemente mineradora em economia agrícola não significava que qualquer uma delas, a primeira ou a última, jamais tivesse sido excludente em relação à outra<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Minas é composta economicamente por sete regiões: Triângulo, Oeste, Norte, Centro, Leste, Sul e Mata. A definição destas regiões encontra-se no estudo de J. Wirth, “O Fiel da Balança”.

<sup>2</sup> Wirth, J. *O Fiel da Balança*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, pg., 41.

<sup>3</sup> Ibid. pg., 40.

<sup>4</sup> Barbosa, Waldemar de A. *História de Minas Gerais* – vol. 1. Belo Horizonte: 3 vol, Ed. Comunicação, 1979. pg., 454.

<sup>5</sup> Maxwell, K. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977, pg., 109.

<sup>6</sup> Ibid. pg., 110.

A respeito da questão do abastecimento da região mineradora, em sua fase áurea, podemos dizer, que havia uma dinâmica produção de alimentos, paralela e, ao mesmo tempo, integrada à atividade mineradora, capaz de promover acumulações endógenas e de se constituir até numa atividade mais estável que a própria atividade mineradora<sup>7</sup>.

Maxwell afirma que o próprio processo de mudança, especialmente no decênio de 1780, tinha gerado notável diversificação da economia regional e, embora isto pudesse não ser um fenômeno persistente, durante o último quartel do século XVIII, tinha grande importância<sup>8</sup>.

A Minas Gerais rural apresentava feições que contrastavam gritantemente com a economia latifundiária de *plantation* do litoral. O surto do ouro criara, pela primeira vez, um mercado a centenas de quilômetros da costa para produtos como cachaça e açúcar, que até então estavam voltados à exportação<sup>9</sup>. Segundo Maxwell, os primeiros mineiros começaram a produzir localmente certos gêneros básicos essenciais ao abastecimento dos campos de mineração em crescimento. Nas duas primeiras décadas do século XVIII assistiram a um rápido crescimento de número de engenhos e a uma crescente produção de açúcar e de cachaça para o consumo local<sup>10</sup>.

Para Rui Guilherme Granziera, a economia aurífera, pela primeira vez, dera uma oportunidade aos pobres destas terras da América. Foi o ouro que realizou a inserção dos brancos pobres no mercado internacional da riqueza, algo que o açúcar sempre interditara, devido a seus vultuosos investimentos iniciais<sup>11</sup>. Granziera analisa ainda que foi o ouro, igualmente, que deixou como herança definitiva o que, há quase dois séculos atrás, os holandeses tentaram: a urbanização e, por conseqüência, o mercado.

Com a implantação dos engenhos de açúcar e a considerável demanda urbana, passou a haver um tipo especial de propriedade territorial, diferente dos grandes latifúndios monocultores do litoral. A fazenda de Minas, muitas vezes, combinava o engenho de açúcar com a mina, ou esta última com a pecuária. Muitos latifúndios tinham lavra aurífera, grande lavoura e engenhos de açúcar e de farinha<sup>12</sup>. Os produtos destas fazendas alimentavam o comércio tanto no interior da capitania como ao longo

---

<sup>7</sup> Oliveira, M. R. *Mercado Interno e Exportação: As Origens da Expansão Cafeeira na Zona da Mata Mineira: Notas para uma Pesquisa*. In: Revista LOCUS – vol. 1 n. 1. Juiz de Fora, EDUFJF, Núcleo de História Regional, Dpt. de História, UFJF 1995. pg, 10.

<sup>8</sup> Maxwell, K. op.cit. pg., 110.

<sup>9</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>10</sup> Ibid. pp., 110/111.

<sup>11</sup> Granziera, R. G. *Riqueza e Tradição na Independência*. In: Szmrecsányi, T. & Lapa, J. R. A *História Econômica da Independência e do Império*. pg., 51.

<sup>12</sup> Maxwell. op.cit pg., 111.

das rotas dos vales fluviais para as capitâneas vizinhas. Para Maxwell, havia um intenso comércio interno de cachaça, doces, queijos e algodão produzidos na zona de Montes Claros e fibras de linho do Rio Grande e do Rio das Mortes. A economia regional, com suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna, quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro, e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera<sup>13</sup>.

A crise da mineração transformou amplamente as áreas econômicas a ela conjugadas. Estas mudanças afetaram principalmente o Sul de Minas, região que, durante o período de florescimento da economia aurífera, se especializou na produção de gêneros de primeira necessidade, voltada para o abastecimento das Gerais<sup>14</sup>. Com a crise, as áreas mineradoras refluíram, reorganizando-se economicamente através da produção mercantil de gêneros alimentícios. Entretanto, o que parecia uma involução ou regressão econômica para as regiões mineradoras não o era para o Sul, pois, já alicerçado na produção mercantil de gêneros alimentícios, voltou-se para fora da capitania, em busca de outros mercados. (Lenharo, 1979: 73). Com isso, a região sul de Minas Gerais constituir-se-á, em principal produtora mercantil de gêneros, na primeira metade do século XIX. Uma outra região que não pode ser vista como região de refluxo econômico, devido à crise mineradora, é o Norte de Minas, onde a cultura do algodão generalizou-se, incrementando a exportação deste produto em ramas, em varas, ou em manufaturas produzidas na região e consumidas por escravos<sup>15</sup>.

Dividiremos esta primeira parte de nossa pesquisa nos seguintes capítulos: no primeiro, abordaremos o deslocamento do centro dinâmico da economia mineira entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX que, de uma economia mineradora, estabelecida na região central de Minas Gerais, passa para uma economia mercantil de gêneros alimentícios, que se estabelecerá na Região Sul. No segundo, analisaremos a cafeicultura mineira e o deslocamento do centro dinâmico do Sul para a Zona da Mata, a qual se constituirá principal região produtora de café da Província/Estado entre a segunda metade do século XIX até 1930. Por fim, discutiremos a mão-de-obra escrava em Minas Gerais no século XIX.

---

<sup>13</sup> Ibid. pg, 112.

<sup>14</sup> Lenharo, A. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolos, 1979, pg., 73.

<sup>15</sup> Ibid. pg., 75



## CAPÍTULO I - ECONOMIA MERCANTIL DE GÊNEROS<sup>16</sup>

A historiografia aponta o ano de 1808 como marco ímpar nos estudos de História do Brasil. Além de significar o ato final da quebra do “*exclusivo colonial*”, através da fixação da Corte no Rio de Janeiro, representa também um avanço significativo da internalização do capital nativo no Centro-Sul<sup>17</sup>. Estas novas condições deram margem à formação de um processo econômico específico na região, cujos resultados permitiram a expansão da economia cafeeira, com conseqüente recrudescimento do trabalho escravo<sup>18</sup>. Após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade, voltado para o mercado interno, solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul<sup>19</sup>.

Vimos anteriormente que, com a crise da mineração, a principal região que fornecia gêneros de primeira necessidade para as Gerais, o Sul de Minas, teve que se voltar para a busca de novos mercados. Lenharo afirma que o fator decisivo para que esta tendência se definisse foi o mercado carioca que, dilatando-se progressivamente, ainda que de forma lenta, garantiu o movimento de reorganização interna da economia do Sul de Minas<sup>20</sup>.

Esta produção mercantil de gêneros alimentícios, já alicerçada, é que permitiu à economia do Sul de Minas assimilar o fluxo migratório das áreas mineradoras em crise. Da mesma forma, recebeu esta região um impacto positivo de capitais deslocados da mineração. Isto explica, segundo Lenharo, em grande parte, o desvio de escravos, remanejados para a produção agropastoril, já que era apoiada em larga escala no trabalho compulsório<sup>21</sup>.

Da chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, aos anos trinta do século XIX, época em que o café passa a conduzir a expansão econômica do Centro-Sul, a economia mercantil de gêneros ocupará um espaço vital no crescimento das forças

---

<sup>16</sup> Esta expressão substitui o que correntemente aparece como “economia mercantil de subsistência”. Esta última se revela imperfeita por desconsiderar que o conceito de economia de subsistência é incompatível com o mercado.

<sup>17</sup> Lenharo, A. op.cit. pg. 21.

<sup>18</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>19</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>20</sup> Ibid. pg., 74.

<sup>21</sup> Ibid. Ibidem.

produtivas da região, apoiada na exportação do seu excedente para o consumo da Corte. A própria colonização do Vale do Paraíba Fluminense e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre os recursos egressos do setor mercantil de gêneros<sup>22</sup>.

Todavia, não foi só da produção de gêneros alimentícios que se ocupou a economia sul-mineira. Também o tabaco converteu-se numa atividade bastante significativa, cujo centro mais conhecido de produção era o de Baependi<sup>23</sup>.

Analisando a conjuntura internacional no início do século XIX, Rui Granziera afirma que havia uma crise no mercado marítimo de mercadorias avaliadas em ouro e com destino à Europa<sup>24</sup>. Essa fragilidade persistirá na economia brasileira pós-independência que, malgrado o seu re-arranjo interno organizado por D. João VI, será receptora, com as importações, num novo quadro de relações com a Inglaterra, assumindo valores anuais expressivos. De qualquer modo, segundo o autor, caberá ao café ser o veículo principal de reinserção do Brasil no mercado internacional<sup>25</sup>.

A propósito, sobre o cenário em que se insere o mercado carioca na primeira metade do século XIX, Cecília Helena Oliveira analisa que a reorganização da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro e a enorme concentração de pessoas na cidade, acarretaram profundas transformações no mercado de abastecimento de gêneros alimentícios<sup>26</sup>. A demanda de alimentos e provisões, aliada aos impostos sobre a produção e circulação de mercadorias e à atuação de negociantes atacadistas e de varejistas que ambicionavam controlar o mercado, transformavam a regularidade do fornecimento de gêneros aos consumidores<sup>27</sup>. Entretanto, segundo a autora, o abastecimento do mercado carioca não dependia somente da produção realizada pelos proprietários de fazendas, pequenos proprietários, lavradores e sitiantes estabelecidos nas cercanias da cidade, no Recôncavo da Guanabara e no Sul de Minas. Uma das regiões que se constituía, junto com estas citadas, como a principal fornecedora de gêneros de primeira necessidade, era o Rio da Prata<sup>28</sup>. Isto explica, de acordo com Oliveira, a decisão do governo Joanino de intervir em momentos de conflitos locais, como os verificados em Montevideú e em Buenos Aires, nas primeiras décadas do

---

<sup>22</sup> Ibid. pg., 29.

<sup>23</sup> Ibid. pg.75.

<sup>24</sup> Granziera, R. G. op.cit. pg., 57.

<sup>25</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>26</sup> Oliveira, C. H. L. S.A *Astúcia Liberal*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1986. pg., 101.

<sup>27</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>28</sup> Ibid. pg., 103.

século XIX<sup>29</sup>. Segundo ela, nestes momentos conflituosos, o comércio de cabotagem e as comunicações terrestres tornavam-se difíceis e podiam ser interrompidas, o que provocava a desorganização dos negócios estabelecidos entre atacadistas do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro com aquelas praças, resultando no aumento de preços e na escassez de farinha, carne defumada e outros produtos<sup>30</sup>. Diante dessas circunstâncias, sem dúvida, as pressões dos negociantes fluminenses e platinos, cujos interesses estavam vinculados a esse comércio, pesaram na decisão do governo.

A economia mercantil de gêneros acabou criando uma elite forte, que irá compor o jogo de poder e de pressões em torno dos governos de D. João VI e de D. Pedro I. Esta elite, atuará no sentido de obter espaços comerciais e políticos cada vez maiores, conquistando terras, títulos e prestígios<sup>31</sup>. A origem desta elite encontra-se no Vale do Paraíba Fluminense, no Sul de Minas Gerais, na Comarca do Rio das Mortes, bem como os comerciantes da cidade do Rio de Janeiro, incluindo ingleses e portugueses emigrados, e também proprietários do Recôncavo da Guanabara e de Goytacazes.

O aprofundamento do processo de mercantilização da produção e da concentração da propriedade da terra, bem como a luta pelo controle do mercado interno fluminense, do comércio de cabotagem e dos negócios de importação e exportação, ensejou um embate violento no seio desta elite. Junto a essa disputa de poder político e econômico na Corte, verificava-se, segundo Oliveira, a concentração de capitais e de recursos do Estado nas mãos de negociantes e proprietários que haviam conseguido controlar larga fatia do mercado, exercendo práticas mercantilistas e que ocupavam, por intermédio de relações pessoais, cargos burocráticos decisórios, como os que compunham o Real Erário e o Banco do Brasil. Esse grupo, que atuava na produção e na comercialização de mercadorias, tráfico negreiro, e que arrematava os impostos mais lucrativos, era formado pelos donos de engenhos e fazendas tradicionalmente mais abastadas da capitania fluminense, por negociantes atacadistas e por membros da burguesia portuguesa emigrados<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Ibid. Ibidem. Apesar do argumento não ser totalmente falso, acreditamos que as motivações territoriais-políticas, herança do século XVIII, tenham tido maior peso do que esses argumentos econômicos.

<sup>30</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>31</sup> Ibid. pg., 78.

<sup>32</sup> Ibid. pg., 108.

No jogo do mercado, na luta pela conquista de cargos burocráticos, privilégios e arrematação de contratos, esse grupo enfrentaria as pressões tanto de negociantes radicados no Sul de Minas, quanto dos proprietários de fazendas e negociantes estabelecidos no Recôncavo da Guanabara e em Goytacazes, além de negociantes ingleses, os quais procuravam ampliar a sua esfera de atuação, interferindo no comércio a varejo e no de cabotagem<sup>33</sup>.

As duas primeiras décadas do século XIX foram marcadas por esse movimento interno de reajustes e pelas emergências de múltiplos interlocutores em um jogo político fluído e complexo, que expressava a luta pela conquista de mercados, terras e capitais. Isso implicava o acesso a cargos públicos decisórios e a articulação de vínculos pessoais e de favor que possibilitassem o exercício de pressões junto ao monarca, no sentido de realização de interesses e ambições<sup>34</sup>.

Acerca da participação dos proprietários mineiros na formação desta elite das primeiras décadas do século XIX, Lenharo analisa que, enquanto se estreitava o laço mercantil de interdependência entre a Capital e as regiões produtoras do Centro-Sul, correspondentemente ganhavam maior destaque os políticos do interior, muitos dos quais envolvidos nas tarefas de comercialização dos produtos originários de suas próprias propriedades<sup>35</sup>. O centro das exportações mineiras tinha sede na praça comercial de São João Del Rey, que juntamente com Barbacena, constituíam os dois pólos do comércio atacadista, servindo de verdadeiros entrepostos regionais<sup>36</sup>. Situada na entrada das Gerais<sup>37</sup>, centralizavam o fluxo das mercadorias de diferentes regiões, até mesmo de Goiás e Mato Grosso. São João Del Rey drenava a maior parte das exportações de gêneros alimentícios mineiros, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão<sup>38</sup>.

A ascensão dos níveis de vida social e econômica dos proprietários do Sul de Minas, bem como o maior vínculo econômico desta região com a Corte e a proximidade com São Paulo, onde passou a funcionar a Faculdade de Direito, possibilitaram à camada proprietária daquela região um desempenho político relevante

---

<sup>33</sup> Ibid. pg., 109.

<sup>34</sup> Ibid. pg., 93.

<sup>35</sup> Lenharo, A . op.cit. pg., 89.

<sup>36</sup> Ibid. pp., 89/90.

<sup>37</sup> Atualmente, as cidades de S. J. Del Rey e Barbacena, pertencem a região das Vertentes. Região esta, próxima a zona central de Minas.

<sup>38</sup> Lenharo, A . op.cit. pp., 89/90.

na etapa posterior à Independência. Segundo Lenharo, os proprietários mineiros junto com outros elementos de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, constituíram uma nova geração de políticos, cuja trajetória incidiu especialmente entre os anos de 1826 a 1837. Esse espaço de tempo apanha, de acordo com o autor, a projeção e o declínio dessa nova geração que não somente diluiu-se no conjunto da representação dos moderados como, junto com eles, diluiu-se no processo mais amplo de “conservadorização” do sistema político encaminhado pelo Regresso<sup>39</sup>.

Com o avanço da economia cafeeira a partir da década de 1830, ofuscou-se a expressividade econômica e política do setor abastecedor. No nível econômico, o café chegou mesmo a penetrar em redutos tradicionais da produção mercantil de gêneros, desincentivou a sua produção em outras regiões e foi o causador direto das crises de abastecimento que assolaram a Corte nos anos de 1850 e 1860<sup>40</sup>. Devemos assinalar que a expansão da cultura cafeeira, tinha sua origem nos decisivos incentivos fiscais estabelecidos por D. João VI. Entretanto, a respeito desta economia, trataremos no capítulo seguinte de nosso estudo.

---

<sup>39</sup> Ibid. pg., 126.

<sup>40</sup> Ibid. pg., 135.



## **CAPÍTULO II - A CAFEICULTURA EM MINAS GERAIS**

O desenvolvimento econômico, o crescimento da população e o incremento das transações comerciais com a Europa e a América do Norte afetaram radicalmente a América Latina no século XIX. Depois de 1850, o processo de integração latino-americano na economia mundial se acentuou sob o impacto da agricultura comercial, da construção de vias férreas em áreas restritas e de novas correntes intelectuais<sup>41</sup>. Coube ao café a inserção do Brasil nesta economia.

Stanley Stein analisando a economia cafeeira no Brasil do século XIX, comenta que entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba Fluminense foi a zona de maior produção de café do mundo. Segundo o autor, no decorrer dos trinta anos anteriores, a floresta virgem tinha sido substituída por uma série de núcleos de colonização que se espalharam ao longo do Vale, cobrindo-o de grandes fazendas de café, com o auxílio do braço escravo<sup>42</sup>.

A produção de café no Brasil, de acordo com Stein, imprimiu seu cunho particular à formação econômica e social do país. A grande lavoura cafeeira de meados do século XIX constituiu a raiz, o tronco e os galhos da economia nacional; seu núcleo político, econômico e social. Para o autor:

*“Durante o Império ela (cafeicultura) transferiu o centro econômico e político da Bahia e Pernambuco mais para o sul, primeiramente para a Província do Rio, e mais tarde, sob a República, para o Estado de São Paulo. Do ponto de vista social, ela gerou uma nova aristocracia, os barões do café do Vale do Paraíba, importou uma corrente, sem precedentes, de escravos africanos, que modificou a estrutura étnica dessa parte do Brasil assim como sua estratificação social<sup>43</sup>”.*

Entretanto, afirma Stein, a expansão devastadora da cultura cafeeira através do Vale do Paraíba Fluminense durante o século passado e a crise da superprodução nos primórdios do século XX contribuíram para que os brasileiros verberassem sua

---

<sup>41</sup> Stein, S. J. *Grandeza e Decadência do Café*. São Paulo: Brasiliense, 1961, pg., IX.

<sup>42</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>43</sup> Ibid. pp., IX e X.

dependência econômica de um único produto, sujeito às vicissitudes dos mercados estrangeiros, situados a milhares de quilômetros dos centros de produção e fora de seu controle. De maneira geral, o autor analisa que, nesse fato residiam as raízes do nacionalismo brasileiro da década de 1890 e das primeiras décadas do século XX<sup>44</sup>.

A respeito da expansão da cafeicultura em Minas Gerais, há algumas divergências sobre seu desenvolvimento. Ilmar de Mattos, em seu estudo, analisa que a cafeicultura em Minas constituía-se numa espécie de extensão da economia cafeeira fluminense, devido as duas principais regiões produtoras de café em solo mineiro, a Zona da Mata e o Sul de Minas, serem regiões próximas do Vale do Paraíba. Segundo o autor, embora não tenha cessado de crescer durante toda a primeira metade do século XIX, a produção cafeeira em Minas ainda era extremamente pequena, se comparada com as produções das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>45</sup>.

Acerca dos números da produção cafeeira em Minas, Mattos nos mostra da seguinte forma:

*“9.739 arrobas na safra de 1818-1819; 163.000 na de 1834-1835; 757.773 arrobas vinte e quatro anos depois. No decorrer da Segunda metade do século, a produção mineira cresceria consideravelmente, alcançando 2.149.354 arrobas em 1867-1868, tendo contribuído para tanto a melhoria dos meios de comunicação com o porto do Rio de Janeiro. Não obstante, dentro da província mineira a área ocupada pelos cafezais não ultrapassaria a cerca de 5% da superfície total<sup>46</sup>”.*

Para Anderson Pires, o processo de gênese das estruturas sócio-econômicas que irão constituir a economia agroexportadora em Minas Gerais ocorre, grosso modo, no mesmo período em que se dá a estruturação da economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, possuindo, inclusive, aspectos comuns determinantes e fundamentais neste processo de estruturação agroexportadora, qual seja a liberação de recursos – cabedais e escravos – com a decadência da economia aurífera e sua transferência para a incipiente economia cafeeira de ambas as regiões<sup>47</sup>. Segundo o autor, a Zona da Mata mineira, que

---

<sup>44</sup> Ibid. pg., X.

<sup>45</sup> Mattos, I. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, pg., 62.

<sup>46</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>47</sup> Pires, A. J. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. (Mestrado). Niterói: UFF, 1993, pg., 22.

foi até o início do século XX a principal região produtora de café em Minas, encontra-se próxima ao Vale do Paraíba Fluminense e também próxima ao Rio de Janeiro, regiões economicamente dinâmicas no século XIX. No entanto, esta proximidade fará com que a Zona da Mata siga um caminho diferente que o das estruturas sociais e econômicas desenvolvidas no Vale do Paraíba Fluminense. Pires nos mostra como o café penetrou em Minas Gerais.

*“Vindo do Rio de Janeiro através do Caminho Novo, o café penetra em Minas Gerais pela Zona da Mata, onde a cultura se desenvolveu inicialmente nos vales dos rios Pomba e Paraibuna; mais tarde, sob a influência da expansão no Vale do Paraíba paulista, atinge o sul de Minas e, já bem adentrado o século XIX, a cultura se expande no Nordeste – vales dos rio Doce e Mucuri – e sudeste do estado<sup>48</sup>”.*

As duas principais regiões produtoras de café, como já apontamos anteriormente, foram a Zona da Mata e o Sul de Minas, que vão representar quase a totalidade da produção de café durante todo o correr do século XIX e o início do século XX, o que, em parte, se explica tanto pelo processo de expansão da cultura em Minas, quanto pela existência de melhores condições naturais para a cafeicultura nestas regiões<sup>49</sup>.

No entanto, existe, entre estas duas regiões um nítido predomínio da produção da Zona da Mata. Tendo constituído, como vimos, a “porta de entrada” do café em Minas, a região da Mata mineira irá deter cerca de 99% da produção da Província em meados do século XIX, apresentando uma tendência de queda de sua participação proporcional até o final deste século – período que assiste à expansão da produção nas outras regiões do Estado, principalmente o Sul – e o início do século XX, sem contudo, perder a primazia da produção, já que sua participação relativa gira em torno dos 60% a 80% do total da produção de Minas ainda no final da década de 1920<sup>50</sup>.

Vejamos alguns dados fornecidos pelo autor:

---

<sup>48</sup> Ibid. pg., 72.

<sup>49</sup> Ibid. pg., 95.

<sup>50</sup> Ibid. Ibidem.

**TABELA 01****PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ DAS PRINCIPAIS  
REGIÕES PRODUTORAS (1.000sacas)**

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
1876 - 1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881 - 1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891 - 1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901 - 1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911 - 1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921 - 1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

FONTE: (S.P., R.J., M.G) TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C, (DADOS AJUSTADOS AOS DE TAUNAY); (E. S.) ROCHA E COSSETTI. Apud. CANO, W. Padrões... Op.cit. pg. 293. Tabela 1.

**TABELA 02****EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ (1876-1915)  
(MIL ARROBAS)**

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1876	2.000	1896	7.100
1877	2.600	1897	9.800
1878	2.400	1898	8.500
1879	4.000	1899	9.200
1880	2.800	1900	6.600
1881	5.300	1901	12.500
1882	4.100	1902	11.800
1883	5.600	1903	12.400
1884	3.500	1904	8.600
1885	5.300	1905	8.000
1886	5.700	1906	9.500
1887	4.900	1907	10.600
1888	5.000	1908	9.800
1889	4.600	1909	11.100
1890	3.800	1910	7.900
1891	6.300	1911	6.800
1892	6.400	1912	8.800
1893	5.100	1913	10.100
1894	5.800	1914	8.800
1895	6.700	1915	9.300

FONTE: A) Os dados de 1876 a 1880, 1908 a 1915 foram retirados de Aristóteles Alvim, "Confrontos e Deduções" In: MINAS E O BICENTENÁRIO DO CAFEEIRO NO BRASIL - 1727/1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

B) Os dados de 1881 a 1896 foram retirados de tabela apresentada na “Mensagem dirigida pelo Presidente Dr. Wenceslau Brás ao Congresso Mineiro no ano de 1910”. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1910.

C) Para os anos restantes, os dados foram coligidos a partir das respectivas Mensagens Anuais dos Presidentes de Província.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Todos os dados de Mensagens Presidenciais foram convertidos de quilos para arrobas e arredondados.
- 2) Embora Taunay (cap. XXV, vol. III) critique os dados de Aristóteles Alvim, verificamos que, sempre que possível, esse autor recorreu a dados de Mensagens Presidenciais. Apud. Lima, J. H. CAFÉ E INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS – 1870/1920. Petrópolis, Vozes, 1981, pg., 45.

Os dados referidos na Tabela 1 evidenciam, em primeiro lugar, um vertiginoso movimento de expansão da produção do Estado de São Paulo, que das 925 mil sacas do período 1876/1880 salta para 11.131 mil na década de 1921/1930, o que representa um aumento de 1.103%. Dos 24,3% que ocupava na produção nacional em 1876/1880, a produção paulista passa a ocupar 66,5% na década de 1921/1930, o que demonstra um ritmo de expansão sem par em todo o país<sup>51</sup>. Nas análises de Pires, a presença de uma fronteira aberta nas dimensões que existiam em São Paulo, inexistente, pelo menos em proporções tão significativas, em qualquer outra região do País no período considerado, seguramente explica este intenso movimento de expansão agroexportadora em São Paulo<sup>52</sup>.

Em segundo lugar, a Tabela também evidencia um intenso processo de regressão da produção do Rio de Janeiro que das 1.987 mil sacas referentes ao período de 1876/1880, correspondentes a 52,2% da produção nacional, cai para 945 mil, ou seja, 5,6% da produção nacional na década de 1921/1930, demonstrando a decadência da economia agroexportadora do Rio de Janeiro, que pode ser explicada, segundo a literatura, pela exaustão dos solos e, a partir daí, pela sua incapacidade de superar o impacto causado pela abolição da escravidão<sup>53</sup>. Segundo Cano,

*“A produção cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1 milhão de sacas em 1835 passava a 1,5 milhão em 1840, crescendo lentamente para 1,8 milhão em 1870, e atingindo seu auge em 1882 com 2,6 milhões. Daí em diante, entraria numa flagrante decadência. O comportamento da demanda e dos preços externos estimulou um grande plantio de cafeeiros na primeira metade da década de 1830, provavelmente*

<sup>51</sup> Acerca da produção cafeeira paulista, Wilson Cano nos mostra que até o início da década de 1870, representava apenas 16% do total da produção brasileira, a partir desse momento, ingressa num período de vigorosa expansão, perfazendo em 1875 cerca de um quarto da produção nacional, saltando dez anos depois, para 40%, chegando a 60% na abertura do século XX. Cano, W. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. Campinas: 4. ed. Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pp., 44 e 54.

<sup>52</sup> Pires, A. J. op.cit., pg., 90.

*uma lenta expansão entre esse período e meados da década de 1860, dando-se grande expansão nos primeiros sete anos da década de 1870, quando os preços internacionais do café retomam níveis fortemente crescentes, passando de (Libras/saca) 1,68 em 1869 a 3,90 em 1877. Também não é difícil estimar a idade provável dos cafeeiros do Vale do Paraíba em 1882: certamente menos de 25% deles teriam idade inferior a 20 anos e mais de 60%, idade superior a 45 anos, o que lhes conferia baixíssima produtividade física. Se já eram más as condições econômicas do café nessa região, no início da década de 1880, a precipitação do processo abolicionista, a crise de superprodução de 1897 e a política deflacionista de 1898 a 1902, viriam agravar a crise, da qual não se recuperaria jamais”<sup>54</sup>.*

Por fim, sobre a posição de Minas Gerais frente à produção nacional, esta permanece constante, em torno de 20%, mantendo uma participação proporcional no total da produção do país, que é crescente no correr do período. Entre 1876/1880 e 1921/1930 o total da produção nacional cresce em torno de 340%, isto é, 3.803 mil sacas para 16.731 mil, ao passo que a de Minas cresce em torno de 349%, acompanhando, em linhas gerais, o ritmo de crescimento da produção total do País. Tal situação demonstra o movimento de expansão da produção agroexportadora mineira no correr do mesmo período, em que pese o fato de esta expansão estar longe do vigor demonstrado pela expansão de São Paulo<sup>55</sup>.

Vejamos agora a participação da produção de café da Zona da Mata em relação à produção total do estado de Minas Gerais.

---

<sup>53</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>54</sup> Cano, W. op.cit. pg., 36.

<sup>55</sup> Pires, A. J. op.cit. pp., 90/91.

**TABELA 03****PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO CAFEEIRA DA ZONA DA MATA NA PRODUÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

(Períodos Selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847 - 1848	745.381	743.707	99,77
1850 - 1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.333.800	87,83
1903 - 1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTES: 1 – para 1847/48, 1850/51 e 1903/04 – GIROLETTI, D. “Industrialização...” Op.cit. pg.152 e 156.

2 – para 1886 e 1888: **Zona da Mata** – MELLO, P.C. Op.cit. pg. 41 (apresenta os dados para Minas Gerais sem a “Zona de Santos”, ou seja, o Sul de Minas).

3 – para 1926: “O café no segundo centenário...” pgs. 601-604.

Obs: 1- produção em arrobas;

2 – para 1903/04 os dados se referem à produção de 64 municípios mineiros (19 da Zona da Mata, 19 do Sul de Minas, 15 do Oeste, 9 do Triângulo e 2 da Zona Norte);

3 – para 1886 e 1888 – os dados relativos à exportação; para a Zona da Mata os dados se referem a Minas sem a “Zona de Santos”, ou seja, o Sul de Minas; como as duas regiões são responsáveis por praticamente o total da produção do estado acreditamos que estes dados assim se aproximam muito da produção da Mata mineira.

**TABELA 04****PRODUÇÃO DE CAFÉ (ARROBAS) POR MUNICÍPIO – ZONA DA MATA**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
CARANGOLA	800.000	14,08%
CATAGUASES	666.000	11,72%
MURIAÉ	586.000	10,31%
JUIZ DE FORA	520.000	9,15%
PONTE NOVA	437.000	7,69%
MAR DE ESPANHA	326.000	5,73%
ALÉM PARAÍBA	320.000	5,63%
UBÁ	306.000	5,38%
LEOPOLDINA	304.000	5,35%
S. J. NEPOMUCENO	280.000	4,92%
VIÇOSA	260.000	4,57%
RIO NOVO	200.000	3,52%
RIO BRANCO	160.000	2,81%
SÃO MANUEL	160.000	2,81%
GUARARÁ	130.000	2,28%
POMBA	120.000	2,11%
PALMA	80.000	1,40%
RIO PRETO	26.000	0,45%
<b>TOTAL</b>	<b>5. 681.000</b>	<b>100%</b>

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais, Ano II (1922-1925), Secretaria de Agricultura – Serviço de Estatística Geral – Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. Quadro VII, p. 312. Apud. Lima, J. H. op.cit. pg., 44.

OBS. Os quadros foram convertidos de quilos para arrobas.

A respeito da Tabela 3, os dados deixam transparecer nitidamente uma tendência de crescimento da produção cafeeira da Zona da Mata. Entre 1888 e 1926, só para tomar um exemplo, este crescimento é de ordem de 153,46%. Aparentemente, dada à proporção da produção da região para aquela que corresponde à do estado considerado

como um todo, esta expansão foi fundamental para o comportamento da produção mineira.

Um dos principais fatores da expansão cafeeira na Zona da Mata foi o desenvolvimento do sistema viário. Até a década de 1860, a Mata possuía um precário sistema viário que, em grande parte, limitou, até este período, o efetivo processo de incorporação produtiva à área limítrofe à província do Rio – que, grosso modo, pode ser identificada com o “sul” da região, englobando municípios como Mar de Espanha, Além Paraíba, Juiz de Fora entre outros. Este atraso do sistema viário prejudicava imensamente a expansão da cultura em direção às áreas “norte” e “nordeste” da Mata, devido ao impacto na estrutura dos custos das unidades<sup>56</sup>.

O desenvolvimento do sistema viário da Zona da Mata vai trazer consigo um grande impulso ao processo de expansão da cultura cafeeira na região. Inicialmente, a inauguração da Rodovia União & Indústria, em 1861, melhorou significativamente as condições de transporte entre a Mata mineira e o Rio de Janeiro, permitindo um maior fluxo comercial à produção, além da economia de tempo e recursos. Posteriormente, a partir da década de 1870, a expansão da malha ferroviária vai consolidar, definitivamente, o processo de incorporação produtiva da Mata, principalmente em relação ao centro comercial localizado no Rio de Janeiro<sup>57</sup>.

Existiu uma espécie de “causação circular”, de acordo com as análises de Pires, entre a expansão ferroviária e a expansão da cafeicultura, onde a primeira provocava e estimulava o crescimento da segunda – pela diminuição dos custos e maior eficiência dos transportes, com a conseqüente ampliação das margens de lucro – e esta gerava os recursos que permitiam o crescimento da primeira<sup>58</sup>.

Em síntese, o processo geral da expansão da cultura cafeeira na Zona da Mata, condicionado, como foi, pela melhoria do sistema viário local nos permite destacar a identificação de duas áreas relativamente distintas no que diz respeito às condições gerais da economia agroexportadora da região. A primeira, mais próxima ao centro comercial sediado no Rio, tem seu processo de incorporação produtiva efetivada até as décadas de 1860 e 1870 – quando seus principais municípios são atingidos pela expansão da malha ferroviária -, podendo, em linhas gerais, ser identificada como “sul” da região e vai compreender, como já dissemos antes, os municípios de Mar de

---

<sup>56</sup> Ibid. pg., 98.

<sup>57</sup> Ibid. pg., 100.

<sup>58</sup> Ibid. Ibidem.

Espanha, Além Paraíba, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguazes entre outros. A segunda, mais distante daquele centro, inicia o efetivo processo de incorporação produtiva – *pari passu* à expansão da malha ferroviária – a partir das décadas de 1880 e 1890, podendo ser identificada com o “norte” e “nordeste” da Zona da Mata e vai compreender, por sua vez, municípios como Muriaé, Ponte Nova, Carangola, Manhuaçu entre outros<sup>59</sup>.

Passemos agora a analisar a crise da cafeicultura em Minas Gerais.

Fazendo uma analogia entre a crise da economia cafeeira nas regiões do Vale do Paraíba Fluminense e na Zona da Mata Mineira, Pires constata que no caso do Vale do Paraíba, a crise teria correspondido a uma estagnação econômica generalizada e a um processo de despovoamento sem qualquer diversificação econômica visível. Ao contrário, no caso da Mata, não houve crise nesse período, esta somente se dá na década de 1920. O que ocorrerá é um surto de industrialização que colocará Juiz de Fora, principal cidade da Zona da Mata, como a mais industrializada de Minas no início do século XX. Isso a nosso ver comprova essa ausência de crise, o que pode ser demonstrado na tabela 1.

A respeito da crise da economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, Stein analisa que no final do século XIX e início do século XX, devido à decadência dos cafezais e também à abolição, colonizadores advindos de Minas Gerais traziam consigo não uma nova cultura, como o café, mas gado, para produzir leite e carne, com o objetivo de abastecer a capital da República<sup>60</sup>.

*“No Vale (...), os colonizadores mineiros encontravam pastagens mais barata do que no Sul de Minas, donde podiam largar o gado para pastar a vontade em meio ao capim que se alastrava rapidamente pelos cafezais abandonados”<sup>61</sup>.*

Acerca da cafeicultura na Zona da Mata, o que vemos é uma crise dos preços, no período entre 1898 e 1910, mas que não se transforma em estagnação econômica. Esta crise irá trazer como consequência uma mudança no eixo principal da produção

---

<sup>59</sup> Ibid. pp., 100/101.

<sup>60</sup> Stein, S. J. op.cit. pg., 344.

<sup>61</sup> Ibid. Ibidem.

agroexportadora no interior da Mata. A área “norte” e “nordeste”, constituindo uma área de incorporação mais recente – cuja conclusão, coincide com o fechamento da fronteira na região - , começa a predominar na dinâmica da produção agroexportadora da Zona da Mata, assim como de todo o Estado de Minas Gerais, passando por um processo de expansão produtiva que, não por mera coincidência, se inicia justamente no final do século XIX, quando os principais municípios produtores do estado passam a se localizar, predominantemente, nesta área, pelo menos até o final da década de 1920, como será o caso de Muriaé, Carangola e Manhuaçu<sup>62</sup>. Na área “sul”, cujo processo de incorporação produtiva foi efetivado nos anos 60 e 70 do século XIX, a crise dos preços será sentido de maneira mais forte, perdendo a região dinamismo frente à “área nova” (norte e nordeste), a partir da década de 1890, o que não significa que apresente uma produção estagnada a partir da referida década<sup>63</sup>. Ao contrário, o ano de 1890 é um marco no impulso industrial na cidade de Juiz de Fora, o que mostra que havia nesta referida cidade uma diversificação econômica causada pelo capital cafeeiro. Este impulsionará maior atividade no comércio, bem como um aparelhamento bancário local, que se iniciava com a criação dos Bancos: Territorial Mercantil de Minas (1887) e o Crédito Real (1889), que estimularão a circulação monetária na cidade, substituindo assim, o papel do Comissário. É importante frisar que este aparelhamento bancário demonstra a retenção do capital produzido na região, que não escoava totalmente para o Rio de Janeiro.

Em suma, reportando-nos aos dados da Tabela 1, podemos dizer que a crise que assolou as plantações de café no Vale do Paraíba Fluminense, não ocorreu na Zona da Mata de Minas. Pela referida Tabela vimos um movimento de expansão da produção agroexportadora mineira que, se não é da mesma proporção da expansão da cultura cafeeira paulista, é pelo menos um ritmo de crescimento constante, o qual acompanha o crescimento da produção total do País. Isso demonstra que a economia cafeeira em Minas pertencia a um complexo econômico diferenciado e integrado, ao contrário do Rio de Janeiro – monocultor – onde a penetração do capital financeiro e usurário foi muito maior e mais devastador.

Em relação à cidade de Juiz de Fora, seu crescimento econômico coincidirá com a consolidação do sistema viário, o que tivemos a oportunidade de abordar anteriormente, analisando a construção da Rodovia União & Indústria. A abertura desta,

---

<sup>62</sup> Pires, A . op.cit. pg., 103.

<sup>63</sup> Ibid. Ibidem.

irá transformar a cidade num entreposto comercial, permitindo o desenvolvimento do comércio local, tendo como conseqüência maior concentração de capital<sup>64</sup>. Assim, todo o café produzido na Zona da Mata era reunido em Juiz de Fora para ser transportado até o porto do Rio de Janeiro, através da Cia. União & Indústria, empresa que construiu a rodovia. Em suma, segundo Giroletti,

*“Este crescimento econômico se refletiu imediatamente no processo de urbanização da cidade, no aumento da população e da arrecadação municipal, nos melhoramentos urbanos e na ampliação do setor de mercado interno, com efeitos benéficos na economia como um todo”* <sup>65</sup>.

O surto de industrialização de Juiz de Fora, cujos investimentos advém, direta ou indiretamente do capital cafeeiro, terá seu auge de desenvolvimento entre as décadas de 1890 a 1930. Teremos mais adiante, uma parte específica sobre tal assunto.

---

<sup>64</sup> Giroletti, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, pg., 41.

<sup>65</sup> *Ibid.* pg., 47.

### **CAPÍTULO III - MÃO-DE-OBRA**

Não poderíamos finalizar esta primeira parte de nosso estudo, sem discutir a força de trabalho empregada nos setores produtivos analisados nessa pesquisa: a mão-de-obra escrava. O emprego do escravo como força de trabalho na economia brasileira remonta à época colonial, quando da introdução e expansão da produção açucareira na região nordeste da colônia<sup>66</sup>.

Em Minas Gerais, a escravidão constituiu-se em mão-de-obra preponderante com a mineração. Entretanto, o que interessa para nossa pesquisa é a análise do emprego da força de trabalho escrava no período posterior ao auge desta economia, isto é, o papel do escravo na economia diversificada de Minas no século XIX.

Roberto Borges Martins, em seu estudo sobre a economia escravista de Minas Gerais no século XIX, analisa que o sistema escravista na Província neste período foi o maior que existiu em toda a história da instituição servil no Brasil. Durante todo o século a população mancípia de Minas superou a de qualquer outra província brasileira e apresentou, além disso, um vigoroso crescimento<sup>67</sup>.

Mas, o que explica este grande número de escravos em Minas? De acordo com Martins, descrever a história da escravidão na Província como uma transferência da mineração para o café é um engano grosseiro. Para o autor, a grande maioria dos escravos mineiros no século XIX nunca esteve numa mina nem numa fazenda de café. No início da década de 1870, o contingente de escravos em Minas não engajado na agricultura de exportação ou na mineração era muito mais numeroso que a população escrava total do Rio de Janeiro ou de São Paulo<sup>68</sup>. Ainda, seguindo as análises de Martins, embora a agricultura fosse o principal setor de emprego da força de trabalho escrava, os mancípios eram também utilizados numa variedade de outras ocupações, incluindo a pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras. Em algumas destas,

---

<sup>66</sup> Sobre o número de escravos africanos introduzidos na colônia à época da expansão da economia açucareira, ver: Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16 ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979. pp., 41-69.

<sup>67</sup> Martins, R. B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Texto para Discussão n. 10, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982, pg., 01. Os dados oferecidos pelo autor sobre a população escrava em Minas, são os seguintes: de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, ela (a população escrava) passou a mais de 380 mil em 1873. Isto é pouco reconhecido na historiografia em geral.

<sup>68</sup> *Ibid.* pg., 04.

como a indústria têxtil e a siderurgia, o emprego de escravos parece ter sido considerável. Isto, segundo o autor, demonstra que a distribuição ocupacional da força de trabalho escrava em Minas foi claramente mais diversificada do que nas províncias cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>69</sup>.

O fundamental para Martins é compreender que a grande população servil de Minas no princípio do século XIX não era uma herança do “rush” do ouro, ou seja, não eram escravos remanescentes daqueles importados para a mineração, nem os seus descendentes, e sim, o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora<sup>70</sup>.

Discorrendo sobre a economia mineira no século XIX, o autor comenta que, fora o setor cafeeiro da Mata, as exportações eram uma exceção e não a regra e que a maior parte da economia da Província era a antítese da economia de “*plantation*” exportadora, isto é, a economia mineira consistia, sobretudo, de unidades agrícolas produzindo principalmente para o autoconsumo e vendendo o excedente em mercados locais. Algumas áreas da província supriam mercados externos – especialmente a cidade do Rio de Janeiro – de gêneros alimentícios. No entanto, segundo Martins, estas exportações eram de natureza residual, na maioria dos casos, e os fluxos eram ínfimos em comparação com a produção provincial desses bens<sup>71</sup>.

Para Roberto Martins, a fazenda mineira, embora compreendesse muitas vastas extensões de terra e numerosos escravos, não era parte integrante da grande lavoura. À ela faltavam quase todas as características definidoras da “*plantation*”: a monocultura, a organização e a disciplina quase fabris e, acima de tudo, a orientação e a mentalidade exportadora. Ao contrário, esta propriedade rural constituía-se em unidades auto-suficientes, espalhadas por um vasto território, isoladas dos mercados importantes e, em algumas regiões, apenas parcialmente integradas na economia monetária; sua tecnologia era extremamente primitiva e sua produção muito diversificada, incluindo freqüentemente produtos “coloniais”, do tipo tradicionalmente associados com a “*plantation*” exportadora, como o açúcar e o algodão, produzidos quase exclusivamente para o consumo local<sup>72</sup>.

Novamente perguntamos, o que explica o alto número de escravos numa economia pouco exportadora e voltada quase exclusivamente para o autoconsumo?

---

<sup>69</sup> Ibid. pg., 05.

<sup>70</sup> Ibid. pg., 11.

<sup>71</sup> Ibid. pp., 36-37.

<sup>72</sup> Ibid. pg., 37.

Martins tenta responder recorrendo as análises de Wakefield<sup>73</sup> e conclui dizendo que a escravidão era necessária, do ponto de vista da classe proprietária, porque não havia uma oferta voluntária de trabalho assalariado. Segundo Martins, durante todo o século XIX havia abundância de gente, mas para o desespero dos empregadores potenciais, braços de aluguel eram cronicamente escassos. O camponês livre aceitava tarefas ocasionais, ou mesmo alguns empregos de natureza mais independente, como os de vaqueiros ou tropeiros – entretanto, não havia como persuadi-lo a se engajar, numa base permanente, para trabalhar para os outros, com “constância e em combinação”<sup>74</sup>.

Os estudos de Martins sobre a economia mineira do século XIX, geraram polêmicas com outros estudiosos de Minas do mesmo período. Robert Slenes, em seu estudo, discorda das análises de Martins que caracteriza a economia mineira como não-exportadora. Segundo Slenes, na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada “para fora”, Minas era uma economia de exportação bastante significativa<sup>75</sup>.

Para Slenes, a maior importância da escravidão em Minas foi a possibilidade de usar o trabalho e a terra, uma vez subjugados para a produção mercantil. Minas não teria importado tantos escravos se não tivesse tido uma economia de mercado bastante significativa; e essa economia, por sua vez, não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da província<sup>76</sup>.

Dois fatores contribuíram, segundo o autor, para o apego dos mineiros à escravidão: a força do setor de exportação da província (exportação de mercadorias e de minérios preciosos), que era razoavelmente grande no contexto da época, especialmente na primeira década do século XIX; e o alto custo de transporte de importações que, garantiu que a demanda do setor externo estimulasse, principalmente a produção interna da província, em vez de gerar um grande influxo de mercadorias de fora<sup>77</sup>.

De acordo com Slenes, os argumentos apresentados por Wakefield, no entanto, não estavam ausentes em Minas; inclusive, é provável que tenha estado mais presente do que em muitas outras regiões. Como a terra era abundante, e portanto o trabalho não podia ser coagido pelo salário, como a produção camponesa de mantimentos e outras

---

<sup>73</sup> Wakefield, E. G. *A View of Art of Colonization*. New York: A . M. Kelley, 1849.

<sup>74</sup> Martins, R. B. op.cit. pg., 51.

<sup>75</sup> Slenes, R. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Cadernos do IFCH, n. 17, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985, pg., 39. Robert Slenes entende o conceito de exportação, como produtos remetidos para fora da província, mesmo destinados ao mercado brasileiro.

<sup>76</sup> Ibid. pg., 59.

mercadorias destinadas à venda no Brasil provavelmente era pequena e altamente inelástica, e como as condições políticas permitiam o acesso à mão-de-obra escrava por preços relativamente baixos, os empregadores mineiros em potencial, que tinham capitais, recorreram ao escravo: não só em atividades voltadas para fora, mas também na produção para o mercado interno. Vale dizer, segundo o autor, que o grande efeito multiplicador das atividades de exportação em Minas foi sentido especialmente pelo setor escravista da província, não pelo setor que usava trabalho livre. Como as exportações mineiras (especialmente as de ouro e diamantes) requeriam relativamente pouca mão-de-obra, é provável que a maioria dos escravos em Minas trabalhasse para suprir o mercado interno da Província. Mesmo assim, o centro dinâmico da economia mineira – a atividade que criava esse mercado interno e determinava como a Província empregasse seus escravos – teria sido o setor exportador<sup>78</sup>.

A respeito dessa polêmica envolvendo Roberto Martins e Robert Slenes, Ana Lúcia Lana analisa que o **Fator Wakefield**, fundamental na argumentação de Martins, é um elemento a ser considerado na dificuldade em controlar mão-de-obra livre. Entretanto, a partir dos estudos de Slenes, parece-nos fundamental destacar que Minas Gerais oitocentista se inscrevia, ainda que de maneira peculiar, no sistema econômico escravista brasileiro<sup>79</sup>.

De acordo com Lana, o escravo é riqueza para uma produção de caráter mercantil, que se insere nos moldes da dominação do capital comercial presentes na economia brasileira do período. A atividade mercantil desenvolvida em Minas Gerais insere-se nos marcos das transformações estruturais por que passa o Brasil nesse momento: falência do Antigo Sistema Colonial, independência política e o desenvolvimento de uma forte atividade comercial a partir de 1808. A importância do capital comercial como elemento determinante da estrutura da produção e o incremento da vida urbana são fatores decisivos para a economia mineira do século XIX<sup>80</sup>.

Nas palavras da autora, este era um momento de integração nacional e dificilmente Minas poderia permanecer à margem desse processo, voltado para uma economia de autoconsumo. Segundo ela, a diversidade das atividades produtivas, a

---

<sup>77</sup> Ibid. pg., 60.

<sup>78</sup> Ibid. pp., 60-61.

<sup>79</sup> Lana, A . L. D. *A Transformação do Trabalho*. Campinas: UNICAMP, 1988. Pg., 29.

<sup>80</sup> Ibid. pg., 30.

tradição urbana, a antiga colonização e o incremento do sistema escravista fazem com que a província mineira inscreva-se nas transformações nacionais<sup>81</sup>.

Para Lana, até que o café, na década de 1870, assuma o papel de grande cultura de exportação, a produção alimentar e, secundariamente, a mineração, o tabaco e o algodão serão atividades mercantis fundamentais no desenvolvimento de Minas. O chamado **Fator Wakefield** conta como elemento limitador, mas é a empresa mercantil que organizará a produção escravista mineira<sup>82</sup>.

Existem atualmente muitos trabalhos que abordam a economia escravista mineira do século XIX, e não iremos aqui, dentro dos limites impostos pelo nosso estudo, analisá-los. O que importa para a nossa pesquisa, no entanto, é afirmar que a atividade econômica em Minas Gerais dos oitocentos formou uma sociedade heterogênea, com base econômica diversificada e dinâmica, em estágio avançado de reestruturação, que processou-se após o revés do declínio da mineração aurífera. Desta forma, coexistiram em seu território formas de organização múltiplas do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa e com fortes vínculos externos<sup>83</sup>, o qual o elemento mancípio teve participação preponderante em tal economia.

Vejamos alguns dados importantes em relação a economia escravista de Minas no século XIX.

**TABELA 05**  
**MINAS GERAIS: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA**  
**1717 – 1819**

ANO	ESCRAVOS	TAXA DE CRESCIMENTO (PORCENTO POR ANO)
1717	33.000	-
1749	88.286	3,1
1786	188.941 (*)	2,1
1808	148.772	-1,1
1819	168.543	1,1

FONTE: 1717-1749 – Goulart, A Escravidão, pp. 139-41; 1786-1808: “População da Província de Minas Gerais”, pp. 294-95; 1819: Estimativa do Conselheiro Velloso de Oliveira, reproduzida em Silva, Investigações, p. 152.

(\*) Numa população total 393.698 apenas.. 362.847 indivíduos tiveram seus status especificado, dos quais 174.135 (48%) eram escravos. Presumindo que a mesma proporção ocorria na população total, obtém-se 188.941 escravos. Apud. Martins, R. op.cit. pg., 11.

<sup>81</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>82</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>83</sup> Paiva, C. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1996, pg., 156.

**TABELA 06**

MINAS GERAIS: ESTIMATIVAS MÍNIMAS DAS IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE ESCRAVOS, COM TAXAS HIPOTÉTICAS DE CRESCIMENTO NATURAL, 1808-1819 E 1819-1873.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO NATURAL (POR 1000)	1808 - 1819		1819 - 1873	
	IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS TOTAIS	MÉDIA ANUAL	IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS TOTAIS	MÉDIA ANUAL
10	2.426	221	71.431	1.323
05	11.073	1.007	140.939	2.610
00	19.771	1.797	213.350	3.951
-05	28.528	2.593	290.030	5.371
-10	37.350	3.395	372.459	6.897
-15	46.246	4.204	462.263	8.560
-20	55.224	5.020	560.728	10.384

FONTE: Os dados da população das tabelas 3 e 4. A metodologia é a mesma da Tabela 5. Apud. Martins, R. op.cit. pg., 26.

**TABELA 07****MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ESCRAVA POR REGIÕES 1873 – 1886.**

REGIÕES	1873		1880		1884		1886		% da Pop/ Livre em 1873.
	escravo	%	escravo	%	escravo	%	escravo	%	
METALÚRGICA -MANTIQUEIRA	95,401	24.9	63,160	19.5	51,820	17.3	49,436	17.3	24.7
MATA	100,776	26.3	100,248	30.9	106,939	35.8	104,360	36.4	16.8
SUL	81,511	21.3	71,682	22.1	63,982	21.4	61,270	21.4	19.0
ALTO PARANAÍBA	18,493	4.8	11,616	3.6	10,443	3.5	9,998	3.5	5.2
OESTE	33,711	8,8	29,806	9.2	24,440	8.2	23,152	8.1	10.1
TRIÂNGULO	7,966	2,1	9,436	2.9	5,921	2.0	5,522	1.9	2.1
S.FRANCISCO- M.CLAROS	7,983	2.1	8,325	2.6	7,574	2.5	7,411	2.6	4.9
PARACATU	2,639	0.7	1,714	0.5	1,587	0.5	1,548	0.5	1.9
JEQUITINHONH A-MUCURI- DOCE	34,160	8.9	28,551	8.8	26,225	0.8	23,794	8.3	15.2
MINAS GERAIS	382,640	100.0	324,538	100.0	298,931	100.0	286,491	100.0	100.0

FONTE: Recenseamento 1872; Falla... Pres. Sant'Ana. 1880, pp. 25 – 26; Falla ... Pres. Gonçalves Chaves, 1884, pp. 63 – 64; Relatório ... Pres. Souza Magalhães, 1887, pp. 32 – 34.

NOTA: O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado para 381.893 para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população dos municípios incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 382.640, que é 0,2% maior que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para 10 municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. Todos esses ajustamentos estão em Martins, “Growing in Silence”. Apêndice B.

## **OBSERVAÇÕES FINAIS**

O objetivo central desta primeira parte de nossa pesquisa, foi analisar a formação sócio-econômica de Minas Gerais no século XIX após a crise da economia aurífera. Para isso, foram abordadas as seguintes questões: a economia mercantil de gêneros, a cafeicultura e a mão-de-obra.

A província mineira ao longo dos oitocentos desenvolveu dois centros dinâmicos de sua economia: o Sul, que se especializou na exportação de gêneros alimentícios, a partir de 1808; e a Mata, que se tornou a maior produtora de café entre a segunda metade do século XIX até as três primeiras décadas do século XX.

Vimos que a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, constituiu-se num marco na quebra do “*exclusivo colonial*” e um avanço significativo na internalização do mercado. É neste momento que se solidifica o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para o mercado interno. É neste momento também que o Rio de Janeiro torna-se o pólo drenador desta economia.

A economia mercantil de gêneros transformou a região Sul de Minas Gerais numa das principais regiões exportadoras para o mercado carioca. A referida Zona já abastecia há muito tempo os campos auríferos das Gerais, sendo este tipo de produção um alicerce da economia regional. Com a crise da mineração, o Sul receberá positivamente a maior parte dos capitais e escravos deslocados das minas. Assim, a produção mercantil de gêneros naquela região terá uma marca original, baseada na produção agro-pastoril em grandes propriedades, apoiadas largamente no trabalho compulsório. Até a chegada do café, o Sul de Minas se constituirá no centro dinâmico da economia mineira.

À cafeicultura coube engendrar uma nova inserção do Brasil na economia internacional. Esta cultura chegou em Minas Gerais pela Zona da Mata, transformando-a na principal região produtora da província e o centro dinâmico da economia mineira, entre a segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, como observamos anteriormente.

Vimos que a expansão do complexo agroexportador cafeeiro estimulou o desenvolvimento de um sistema viário moderno na Mata e transformou a cidade de Juiz de Fora no principal entreposto comercial de Minas, a partir da década de 1860. Isto teve como conseqüência uma maior concentração de capitais que financiou direta ou

indiretamente o surto de industrialização daquela cidade, que terá o seu auge econômico no período de 1890 a 1930.

Por fim, finalizamos o capítulo discorrendo sobre a mão-de-obra escrava na província mineira. Para esta discussão, nos baseamos em três autores: Roberto Borges Martins, Robert Slenes e Ana Lúcia Lana. Podemos dizer que a polêmica entre estes autores não é conclusiva. Entretanto, Slenes parece apresentar melhores evidências. Em relação a Martins, apesar dos dados pesquisados, ele não conseguiu visualizar que as atividades agroexportadoras foram bastante fortes em todo o século XIX e que isso não seria possível, como bem analisou Slenes, sem ter Minas um forte setor agroexportador. Ana Lana caminha na mesma direção de Slenes, analisando que foi a empresa mercantil que organizou a produção escravista em Minas, mostrando que a produção alimentar era bastante significativa na Província e constituía principal atividade de exportação até a época em que o café assume o papel de grande cultura exportadora. No entanto, Lana comete erro ao generalizar as informações de todas as regiões de Minas para a Zona da Mata, definindo a pequena e média propriedade e uma forte produção alimentar para a região, o que é negado por estudos recentes de Anderson Pires e Rômulo Garcia<sup>84</sup>. O único ponto de unidade entre Martins, Slenes e Lana é o **Fator Wakefield** como elemento presente na província de Minas.

Apesar dos autores citados acima não conseguirem visualizar Minas Gerais como um mosaico, elemento imprescindível para se entender a formação econômica e social do Estado, diríamos que Slenes e, depois Lana, conseguiram compreender melhor a economia mineira dos oitocentos. Do estudo de Slenes, coadunamos que se não houvesse uma economia de mercado bastante significativa, bem como um setor exportador forte, Minas não teria importado tantos escravos. Basta verificar a Tabela 7, que nos mostra a distribuição da população escrava na Província, que perceberemos que a região que possui mais mancipios é aquela ligada ao complexo agroexportador, isto é, a Zona da Mata.

Acerca da pesquisa feita por Lana, concordamos com que os anos posteriores à independência foram momentos de integração nacional, e dificilmente Minas poderia permanecer à margem deste processo, voltada para uma economia de autoconsumo. Para ela, a produção alimentar e, depois o café, foram os elementos fundamentais no desenvolvimento econômico da província.

---

<sup>84</sup> Pires, A . op.cit. Andrade, R. G. *Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e seus Vínculos de Parentesco*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1995.

Quando nos propusemos a discutir a formação sócio-econômica de Minas Gerais no século XIX, tínhamos como pressuposto a tese do **MOSAICO MINEIRO** de J. Wirth. Segundo o autor, Minas não se constituiu como uma região homogênea, e sim, um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões que dificilmente se interligavam economicamente entre si até as primeiras décadas do século XX, e que sofriam influências ou estavam voltadas para mercados de outras regiões como São Paulo (como são os casos das regiões Oeste, Triângulo e Sul), Rio de Janeiro (Mata) e Bahia (Norte e Leste)<sup>85</sup>.

Para tentar realizar uma síntese da formação social e econômica de Minas Gerais, ainda é preciso que se leve em conta este “*mosaico*”, ou seja, Minas não se constituiu numa unidade econômica natural, e sim, cada uma de suas sub-regiões discretamente construíram suas próprias histórias, formaram todas uma unidade distinta com uma identidade definível<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> Wirth, J. op.cit. pg., 41.

<sup>86</sup> Ibid. pg., 66.

**SEGUNDA PARTE:**

**AMBIENTE E CONDIÇÕES DA  
INDUSTRIALIZAÇÃO MINEIRA.**

O objetivo desta segunda parte do nosso estudo é abordar o ambiente e as condições em que se deram a industrialização em Minas Gerais. Para realizarmos esta análise, partiremos do processo de industrialização brasileiro para depois inserirmos Minas Gerais em tal contexto.

A segunda parte desta pesquisa será dividida em dois capítulos: no primeiro, abordaremos o processo de industrialização nacional, destacando-se: as origens da indústria brasileira no século XIX; a formação do capital industrial a partir do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, nas duas últimas décadas do século XIX até 1930; e, finalizando abordaremos a fase de “industrialização restringida”, no período 1933/1955 e sua transição para fase de “industrialização pesada”.

O segundo capítulo será sobre as condições da industrialização de Minas Gerais. Este terá como principais pontos de análise as origens da manufatura mineira no século XIX, destacando-se aí três ramos industriais: a siderurgia, o setor têxtil e a mineração aurífera subterrânea; o surto de industrialização ocorrido em Juiz de Fora, entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, fruto das inversões de capitais advindos do complexo agroexportador cafeeiro da Zona da Mata, centro dinâmico de Minas Gerais entre a segunda metade do século XIX até 1930; e por fim, a inserção de Minas no processo de industrialização brasileiro, a partir da década de 1930, como consequência da integração do mercado nacional, liderado pela indústria paulista e, que levará Minas Gerais a concentrar seu parque industrial na região central do Estado, na Zona Metalúrgica, especializando-se no setor mineiro-metalúrgico, o qual consolidará a inserção do Estado no processo de industrialização nacional, a partir da segunda metade da década de 1950.



## **CAPÍTULO IV – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL**

### **4.1 – A INDÚSTRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX**

As primeiras tentativas de se implantar indústrias no Brasil remontam ao início do século XIX, mais especificamente com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, na colônia, fugindo da ocupação de Portugal pelas forças napoleônicas.

De acordo com Nícia Vilela Luz, o alvará de 1 de abril de 1808 é o marco da política joanina de liberdade à indústria<sup>1</sup>. Em sua análise, o objetivo de D. João VI era inaugurar no Brasil a era “industrial” com efeito de multiplicar a riqueza local, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a um certo elemento da população que não se acomodava à estrutura sócio-econômica vigente, estrutura que se definia, essencialmente, pelo regime escravocrata<sup>2</sup>.

Segundo a autora, para se implantar indústrias em um país era preciso, em primeiro lugar, de um pequeno impulso às empresas nascentes. A própria doutrina liberal reconhecia este tipo de necessidade. Isto levou ao Príncipe Regente a criar condições de favorecimento a este tipo de atividade econômica, estabelecendo o alvará de 28 de abril de 1809, o qual implicava: isenções de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de impostos de exportações para os produtos manufaturados da colônia, utilização dos artigos de produção local no fardamento das tropas Reais, e por fim, estabelecia-se certas concessões que iriam, no decorrer do século, favorecer certas práticas contra os quais protestariam os defensores do liberalismo econômico<sup>3</sup>.

Entretanto, todas essas tentativas apontadas anteriormente para incentivar a implantação de indústrias no Brasil, tornaram-se sem efeito diante das imposições do mais forte. Dois anos após o alvará concedendo liberdade de indústria, era assinado um tratado com a Grã-Bretanha conferindo às manufaturas ingleses uma tarifa preferencial de 15%. Nas palavras de Luz,

---

<sup>1</sup> Luz, N. V. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Difel, 1960, pg., 14.

<sup>2</sup> Ibid. Ibidem.

“Entregava-se às manufaturas inglesas o mercado brasileiro, inutilizando todos os esforços despendidos, anteriormente, a favor das fábricas nacionais”<sup>4</sup>.

Nos anos 40, ensaiou-se uma nova tentativa de incentivos à implantação de indústrias no país, devido o prazo estabelecido pelos diversos tratados comerciais ter expirado<sup>5</sup>. No entanto, neste período o café já se constituía no principal produto de exportação da economia brasileira, o que reforçou o debate e a confirmação na crença do destino agrícola do Brasil<sup>6</sup>. Não podemos deixar de comentar aqui que, nessa época, se acentuava a chamada divisão internacional do trabalho, segundo a qual não era interessante para as grandes potências européias permitir que países da América, principalmente, os latino-americanos, criassem ou incentivassem a implantação de indústrias em seus respectivos países. A estes, restava, apenas, a produção de produtos primários (matérias-primas) para suprir as necessidades das indústrias européias (leia-se inglesas, principalmente).

A ausência de capitais, dificuldades de mão-de-obra qualificada, concorrência de empreendimentos mais lucrativos, ambiente de desconfiança, proteção inadequada, enfim todo um conjunto de fatores levaram ao esmorecimento o impulso industrial do Brasil nos meados do século XIX<sup>7</sup>. A estes fatores, acrescentamos, de acordo com Roberto Simonsen, a falta de combustíveis e depósitos de minérios afastados da costa, em lugares de difícil acesso, sem concentração de populações<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Ibid. pg., 15.

<sup>4</sup> Ibid. pp., 16/17. De acordo com João Antônio de Paula, revivia-se o velho Tratado de Methuem, ainda mais vantajoso para a Inglaterra. Paula, J. A. . *O Prometeu no Sertão: a Economia e Sociedade da Capitania de Minas dos Matos Gerais*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1988, pg., 377.

<sup>5</sup> Luz aponta para um desses incentivos, a tarifa Alves Branco, de 1844. Esta tributou em 30% a maioria dos produtos estrangeiros. Todavia esta quota revelar-se-ia insuficiente para uma proteção eficaz sendo impossível ao governo estabelecer taxas que realmente amparassem satisfatoriamente a indústria nacional. Ibid. pp., 17/18. Na análise de Paula, a política protecionista de Alves Branco virá tarde para impedir a consolidação do produto importado, já então produzido em condições extremamente mais avançadas e, portanto, imbatíveis na competição com qualquer produto nacional similar. Paula, J. A. . op.cit. pg., 377.

<sup>6</sup> A respeito desta questão, Simonsen analisa que esta mentalidade agrária da época, se refletia através da política tarifária. Nas palavras do autor, o regime tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as idéias protecionistas até 1888, quando passou a ser protecionista, mais com intuito de proporcionar rendas ao tesouro público, do que, propriamente, de fomentar a criação de indústrias. Simonsen, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, pg., 11.

<sup>7</sup> Luz, N. V. op.cit. pg., 33.

<sup>8</sup> Simonsen, R. C. op.cit. pg., 10.

No final da década de 1860, entretanto, uma série de circunstâncias iria reanimar as atividades industriais. Há dois principais fatores que destacaremos. O primeiro, a Guerra Civil norte-americana que possibilitou um surto notável da cultura algodoeira no Brasil, provocando por sua vez, um renascimento da indústria têxtil do algodão<sup>9</sup>. O segundo e provavelmente o mais decisivo, foi a Guerra do Paraguai, já que o impulso não se limitou à indústria de tecidos de algodão, mas atingiu vários outros setores<sup>10</sup>.

Rui Guilherme Granziera também analisa que após a Guerra do Paraguai é que se percebe o desenvolvimento da indústria têxtil<sup>11</sup>. Todavia, de acordo com ele,

*“A Guerra transcorrerá, pois, no momento em que o caráter exportador do complexo cafeeiro mais se consolidara, agora sob a égide do sistema bancário estrangeiro. O que se percebe, facilmente, nos anos de guerra, é justamente a continuidade e o desenvolvimento da atividade nuclear de exportação e a persistência dos óbices à produção doméstica voltada para o mercado interno”<sup>12</sup>.*

O autor conclui que a guerra não exerceria nenhum efeito de demanda imediata que pudesse alterar, radicalmente, a situação do setor manufatureiro, até porque tratava-se de uma guerra que desde os primórdios “estava prestes a encerrar-se...”<sup>13</sup>.

No entanto, é justamente a guerra que, com a implantação do sistema de transporte ferroviário, promove, através do sistema monetário, a transformação que estaria na base do subsequente desenvolvimento da economia brasileira<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Segundo Rui Guilherme Granziera o algodão, impulsionado pela crise americana, que das exportações totais do Brasil tomados em valor, constituía apenas 3,8% em 1860/1861 passa a constituir 21,4% do total das exportações em 1863/1864. Nas palavras do autor, o acréscimo de divisas proporcionadas por essa cultura é, assim, de aproximadamente 500% no período. Granziera, R. G. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979, pg., 75.

<sup>10</sup> Luz, N. V. op.cit. pg., 34.

<sup>11</sup> Granziera, R. G. op.cit. pg., 99.

<sup>12</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>13</sup> Ibid. pg., 100.

<sup>14</sup> Ibid. Ibidem.

Na análise de Granziera,

*“O período que se estende de 1870 a 1889 estará profundamente marcado pelas radicais transformações que se operam durante a Guerra do Paraguai, e a circunstância de elas se esconderem por detrás de um (véu monetário) explica o fato de não terem sido apontadas”<sup>15</sup>.*

---

<sup>15</sup> Ibid. Ibidem.

## 4.2 – DA FORMAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL À DEPRESSÃO DOS ANOS DE 1930.

Como é sabido na historiografia do século XIX, nas décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por transformações profundas. Estas transformações influenciaram na formação de novas relações de produção não somente na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, o desenvolvimento do mercado, a rápida expansão do sistema ferroviário e a aparição das primeiras indústrias<sup>16</sup>. Em síntese, segundo Silva, esse período precede e cria as condições necessárias à industrialização no Brasil.

João Manuel Cardoso de Mello faz sua análise sobre esse período na mesma direção que Silva. Segundo o autor, a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria ao gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de transformar em capital produtivo industrial; transformar a própria força de trabalho em mercadoria e promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis<sup>17</sup>.

De acordo com J. M. Cardoso de Mello o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado tanto no núcleo exportador (produção e beneficiamento do café) quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive a de importação, serviços financeiros e de transporte)<sup>18</sup>.

O surgimento do capital industrial se deu entre 1890 e 1894. Neste período, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva, o que

---

<sup>16</sup> Silva, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, pg., 18. Vale lembrar que a partir de 1870 e sobretudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. *Ibid*, pg., 49. As transformações na produção cafeeira após a década de 1870 no Brasil se insere no alargamento do mercado proposto pela Segunda Revolução Industrial.

<sup>17</sup> Mello, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. 10 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pp., 104/105.

<sup>18</sup> *Ibid*. pg., 106.

era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem, simplesmente, uma taxa de rentabilidade esperada positiva para que se transformassem em decisões de investir<sup>19</sup>.

Não se pode negar que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da política econômica do Estado, isto é, crédito farto, instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais, como a faculdade concedida aos bancos de se transformarem em industriais, a reforma da lei de sociedades anônimas e o impulso dado às bolsas de valores<sup>20</sup>.

Em suma,

*“O complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador”<sup>21</sup>.*

O período que se estende entre o final da década de 1880 e início da década de 1890 a 1933, marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Para Cardoso de Mello,

*“O intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à Crise de 29. De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliamente a massa de força de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem*

---

<sup>19</sup> Isto mostra que a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, e sim, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. Idem. Ibidem.

<sup>20</sup> Ibid. pg., 106/107.

<sup>21</sup> Ibid. pg., 107.

*ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações”<sup>22</sup>.*

A respeito do desenvolvimento regional da indústria nesse período, podemos dizer que, se o capital cafeeiro gerou as condições necessárias para o surgimento do capital industrial, naturalmente as indústrias se desenvolveriam e se concentrariam na região cafeeira, como de fato ocorreu. É claro que havia indústrias em outras regiões do País, mas a concentração e o desenvolvimento industrial tendeu-se à região do café, isto é, nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente, São Paulo<sup>23</sup>. Segundo Sérgio Silva nesta região, concentraram-se 61% do valor da produção industrial do País em 1907 e 65% em 1920<sup>24</sup>.

Gorender nos fala do tipo de indústria que surgiu no período em que estamos estudando. Segundo ele, a industrialização brasileira começou com a predominância da indústria leves de bens de consumo não-duráveis, ocupando os primeiros lugares, durante longo tempo, os ramos de tecido e de alimentos<sup>25</sup>.

Outro aspecto relevante consiste no caráter inicial bastante regionalizado da formação da indústria nacional, devido o custo excessivo dos meios de transporte na época, do baixo nível da acumulação de capital e da incidência de um imposto interestadual sobre a circulação de mercadorias. As fábricas das regiões mais desenvolvidas conseguem, nesta fase inicial, uma espécie de proteção para reservar seu próprio mercado, ao abrigo da concorrência de produtos de outras regiões (Gorender, 1990: pp., 29/30).

Liana Aureliano segue na mesma direção que Gorender. Para ela, não havia entre o final do século XIX e início do século XX um mercado nacional integrado. Os principais mercados urbanos, os situados junto ao litoral, estavam praticamente isolados uns dos outros, devido ao alto custo dos transportes, como assinalou Gorender, e também pelas imensas distâncias marítimas entre Norte/Nordeste, Nordeste/Leste e Leste/Extremo Sul<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Ibid. pp., 115/116.

<sup>23</sup> Sobre este assunto ver principalmente o estudo de Cano, W. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. Também Silva, S. op.cit.

<sup>24</sup> Silva, S. op.cit. pg., 80. Para o autor é sobretudo na cidade do Rio de Janeiro e em sua periferia e no Estado de São Paulo que se encontra a indústria nascente brasileira.

<sup>25</sup> Gorender, J. *A Burguesia Brasileira*. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990, pg., 29.

<sup>26</sup> Aureliano, L. *No Limiar da Industrialização*. Campinas: Série Teses, Instituto de Economia/UNICAMP, 1999, pg., 32.

Segundo a autora a permeabilidade dos mercados inter-regionais era bastante fraca, o que não impedia a configuração de mercados regionais de porte. Além disso, surgiram mercados locais, junto aos núcleos do interior protegidos pelas barreiras estabelecidas por elevados custos de transportes no sentido litoral/interior (Aureliano, 1999: pg.,32).

Na década de 1920, a indústria brasileira passa por significativa transformação. Ocorre uma profunda modernização da indústria de bens assalariados e surge o embrião do departamento de bens de produção<sup>27</sup>.

Nas análises de Aureliano,

*“O desenvolvimento do departamento de bens de produção na década de 20, ainda que limitado, adquiriu importância crucial para o futuro, na medida em que é condição fundamental para que, mais adiante, o capital industrial possa se reproduzir de modo relativamente independente do capital mercantil exportador”<sup>28</sup>.*

A emergência deste embrião do departamento de bens de produção foi possível somente porque o capitalismo atingiu, no Brasil, um grau relativamente avançado de desenvolvimento. Isto posto, era sinal de que a economia exportadora capitalista havia levado até a plenitude suas potencialidades, sobrepondo-as mesmo, ao gerar, no seu movimento, algo de essencialmente contraditório com o padrão de acumulação que lhe era próprio. Não era viável, no entanto, qualquer avanço além deste, pois esbarrava em limites econômicos e políticos intransponíveis<sup>29</sup>.

Dois setores do departamento de bens de produção se destacam no desenvolvimento industrial deste período, a indústria do aço e a indústria do cimento. Para Cardoso de Mello ambos os setores teriam enorme importância quando a economia brasileira se recuperasse da crise de 1929<sup>30</sup>.

A respeito da pequena indústria do aço, analisamos que o passo decisivo deste setor foi no nascimento da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Segundo Cardoso de Mello o grande móvel do investimento belga consistiu em penetrar no mercado de minérios

---

<sup>27</sup> Ver Mello, J. M. C. op.cit. pg., 173, também, Aureliano, L. op.cit. pg., 45.

<sup>28</sup> Aureliano, L. op.cit. pg., 46

<sup>29</sup> Ibid. pg., 50.

<sup>30</sup> Mello, J. M. C. op.cit. pg., 177.

brasileiro (sobre o qual houvera, a partir de 1910, uma verdadeira corrida internacional) através da incorporação dos depósitos à empresa absorvida (Companhia Siderúrgica Mineira). Como não existisse qualquer possibilidade ou interesse em montar por aqui a siderurgia pesada, optou-se pela realização de uma “experiência pura”<sup>31</sup>.

De acordo com Carlos Manuel Peláez as instalações iniciais da CSBM (Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira) consistiam de um pequeno forno, com uma produção diária de 15 a 20 toneladas de lingotes. Entre 1921 e 1927, a ARBED expandiu significativamente a subsidiária brasileira<sup>32</sup>. Segundo o autor foram construídos dois fornos a carvão vegetal, cada qual com capacidade de 50 toneladas por dia, e três fornos Siemens-Martin, com capacidade de 50t/dia<sup>33</sup>.

Outra feição importante desses planos de expansão, foi a instalação de três laminadores de aço, que deram ao Brasil a primeira usina de aço laminado, uma fábrica de arame, oficinas mecânicas e fundições. À companhia, entretanto, faltava uma forjaria<sup>34</sup>. De acordo com Peláez, pode-se pois inferir dessa descrição que, em sua fase inicial, a Belgo-Mineira foi simplesmente uma experiência crua, pois os dirigentes da ARBED não estavam convencidos das perspectivas brilhantes da metalurgia no Brasil, e assim, continuaram a operar a usina na base dos privilégios dados pelo governo<sup>35</sup>.

Acerca da implantação da indústria do cimento, esta se deu com a criação, em 1924, da Companhia Brasileira de Cimento Portland, de capital canadense e americano<sup>36</sup>.

Analisando a implantação da indústria de cimento, podemos afirmar que esta está presa, essencialmente, a uma estratégia de ocupação a longo prazo de uma faixa substancial do mercado brasileiro, cujas expectativas de evolução, naquela altura, não deveriam deixar de ser alentadoras. Além disso, os equipamentos transferidos para o Brasil estariam inteiramente amortizados. São, talvez, estas razões, que explicam por que a Companhia Brasileira de Cimento Portland decidiu ampliar substancialmente sua capacidade produtiva em 1926 e 1927 ainda que com notável capacidade ociosa<sup>37</sup>.

---

<sup>31</sup> Ibid. pg., 175.

<sup>32</sup> Peláez, C. M. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972, pg., 148.

<sup>33</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>34</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>35</sup> Ibid. pp., 148/149.

<sup>36</sup> Mello, J. M. C. op.cit. pg., 176. É importante frisar que tanto a indústria do aço quanto a do cimento tiveram importantes incentivos governamentais.

<sup>37</sup> Ibid. Ibidem.

Para finalizar abordaremos o curto período, mas não menos importante ou talvez um dos mais importantes da História recente do País, de 1929 a 1932, que marca a passagem do capitalismo brasileiro a uma nova fase de desenvolvimento<sup>38</sup>.

Segundo Aureliano rompe-se o modo de acumulação exportador capitalista, que prevalecera desde fins do século passado, ao mesmo tempo em que se perfazem as condições indispensáveis para que, em 1933, se inicie a “Industrialização Restringida”<sup>39</sup>. A crise de 29, portanto, mais do que a crise do complexo exportador cafeeiro, representa a precipitação da crise da economia exportadora capitalista, na medida em que nesse momento já estão criados pelo próprio desenvolvimento do capital mercantil as condições fundamentais para a negação de seu predomínio<sup>40</sup>.

De acordo com Aureliano o desenvolvimento do departamento de bens de produção durante a década de 1920 tem um significado muito mais profundo do que parece à primeira vista. Seu caráter decisivo está simultaneamente estabelecido:

*“de um lado, é a expressão mais cabal do avanço da economia exportadora capitalista; de outro, a indicação evidente que ultrapassou seus próprios limites, porque elemento estranho à sua estrutura e dinâmica, porque sinal mais claro de que o capital industrial poderia, mais adiante, ser capaz de se mover com certa autonomia em relação ao capital mercantil exportador. Em outras palavras, o desenvolvimento e a diversificação da indústria de bens de produção marcam a crise estrutural da economia exportadora*

---

<sup>38</sup> Neste período ocorreu o grande “crack” nas maiores bolsas de valores dos países industrializados, o qual foi denominado pela historiografia contemporânea de crise de superprodução capitalista, e atingiu a totalidade dos países capitalistas. Segundo Furtado a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão caracterizou-se por um verdadeiro programa de fomento da renda nacional. De acordo com ele, praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.

Para Furtado os anos de depressão fizeram com que o “quantum” das importações diminuíssem, devido a política de fomento a renda, implícita na defesa dos interesses cafeeiros. Esta política fez com que houvesse uma forte baixa no poder aquisitivo externo da moeda, traduzindo-se numa elevação dos preços dos artigos importados, o que automaticamente comprimiu o coeficiente de importações.

Com a alta dos preços dos produtos importados, aumentou a procura de produtos produzidos internamente. Cria-se, então, conseqüentemente, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. 16 ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp., 192, 196 e 197.

<sup>39</sup> Aureliano, L. op.cit. pg., 15.

<sup>40</sup> Ibid. Ibidem.

*capitalista, ainda que estivéssemos atravessando um momento de expansão sem precedentes do capital cafeeiro*”<sup>41</sup>.

Winston Fritsch analisa este período da seguinte forma:

*“O fim da Primeira República, marca, portanto, o início de uma dupla transição. Por um lado, a de uma economia primário-exportadora baseada no café, com um regime cambial e comercial relativamente livre, para uma economia voltada “para dentro” com severos controles sobre as transações externas. Por outro lado, a transição de um sistema político onde a plutocracia paulista tinha papel hegemônico, para algo mais difuso em termos de distribuição regional e social da apropriação corporativa dos favores do Estado, ampliados em decorrência do fim do **laissez faire** nas transações com o resto do mundo”*<sup>42</sup>.

Com o mercado interno constituindo-se fator dinâmico principal nos anos que seguiram a crise<sup>43</sup>, bem como a produção industrial e a produção mercantil de alimentos voltada para o mercado interno já recuperadas da crise em 1933, o País entra num outro nível de desenvolvimento. Este novo estágio em que se encontrará a economia brasileira será discutido a seguir.

---

<sup>41</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>42</sup> Fritsch, W. *Apogeu e Crise na Primeira República*. In: Abreu, M. P. et alli. *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990, pg., 32.

<sup>43</sup> Celso Furtado analisa que a produção industrial se recupera da queda durante a depressão e já em 1933 recupera o nível de 1929. Também a produção agrícola voltada para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. Furtado, C. op.cit. pg., 198.

### 4.3 – INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA

O período que se estende de 1933 a 1955, denomina-se “**Industrialização Restringida**”<sup>44</sup>.

De acordo com J. M. Cardoso de Mello,

*“há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se estender na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, **num golpe**, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”*<sup>45</sup>.

Durante toda esta fase, haverá um crescimento mais que proporcional do departamento de bens de produção. Entretanto, é indiscutível que sua capacidade produtiva nos principais ramos produtivos é insuficiente para cobrir sequer as necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. Isto posto, o departamento de bens de produção será incapaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado na frente da demanda final<sup>46</sup>.

Segundo Cardoso de Mello o setor industrial, portanto, se liberta da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira. No entanto, a capacidade para importar continua impor à taxa de acumulação industrial um limite em última instância, ainda que as restrições, dentro do padrão de acumulação, possam ser vencidas sucessivamente, com a contínua diferenciação da

---

<sup>44</sup> Este conceito foi elaborado por João Manuel Cardoso de Mello, em seu estudo intitulado O CAPITALISMO TARDIO. op.cit.

<sup>45</sup> Mello, J. M. C. op.cit. pg., 117.

<sup>46</sup> Ibid. Ibidem.

indústria leve de bens de produção e da indústria de bens de consumo promovidas à sombra de um forte grau de proteção<sup>47</sup>.

Maria da Conceição Tavares conduz sua análise na mesma direção que Cardoso de Mello. Segundo ela,

*“pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é o processo de expansão industrial, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento”<sup>48</sup>.*

Em suma, o ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, um movimento endógeno de acumulação<sup>49</sup>.

Assim, as relações internas entre os dois setores industriais básicos (o de bens de consumo e o de bens de produção), determinam tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial, como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucros e de sua acumulação dentro das empresas industriais. Essas margens de lucro, bem como sua taxa relativa sobre o capital industrial global, dependem, por um lado, do caráter pouco

---

<sup>47</sup> Ibid. pp., 117/118. Furtado nos fala que os equipamentos industriais necessários a realização da produção foram importados nesse primeiro momento pós-crise de 29, de indústrias que haviam fechado as suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial. Todavia, fato mais importante desse momento foi o aproveitamento da capacidade já instalada no país, possibilitando à indústria maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários para a expansão subsequente. Furtado, C. op.cit. pp., 198/199.

<sup>48</sup> Tavares, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pg., 131.

<sup>49</sup> Ibid. pg., 133.

competitivo da estrutura industrial, instalada ao amparo de uma elevada proteção externa e, por outro, dos custos reais e monetários da mão-de-obra direta<sup>50</sup>.

No entanto, é justamente a contradição entre a tendência à acumulação sem limites, própria ao capital em geral, e a estreiteza das bases técnicas-econômicas, em que esbarra a todo o momento, que imprime o movimento da economia brasileira entre 1933 a 1955<sup>51</sup>.

Contudo, podemos concluir, a partir das análises anteriores que o desenvolvimento do capital industrial, malgrado desenvolvimento restrito, traduziu-se pelo limite em última instância à acumulação determinado pela capacidade de importar.

Para finalizarmos, analisaremos o processo de concentração industrial no Brasil, em nível regional, o qual se consolidará em São Paulo, no período pós-crise de 29.

Como dissemos anteriormente, a indústria brasileira desde o seu surgimento tendeu a concentrar-se na região cafeeira, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. Nos anos 20, esta concentração se intensificará ainda mais em São Paulo.

De acordo com Wilson Cano o processo de concentração industrial em São Paulo consistiu fenômeno que tem seu ponto de partida já no início do século XX, por volta de 1905/1907 e está dividido em dois momentos. O primeiro, que se estende de 1907 a 1919, o autor denomina-o de grande salto quantitativo da indústria paulista<sup>52</sup>. O segundo momento constitui entre 1919 a 1929, período em que o autor chama de salto qualitativo. Neste, a indústria paulista diversifica sua produção e introduz, ainda que de forma incipiente, alguns segmentos industriais mais dinâmicos, de bens de produção já instalados com dimensão para suprir um mercado em escala nacional. É nessa segunda fase que a concentração industrial em São Paulo se tornará mais efetiva<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>51</sup> Aureliano, L. op.cit. pg., 98.

<sup>52</sup> Segundo Cano entre o período de 1907 a 1919, a indústria paulista cresceu 8,5 vezes, alterando sua participação no total da indústria brasileira, de 15,9% para 31,5%. A respeito da indústria do resto do país, apresentaria resultados bastante inferiores, crescendo apenas 3,5 vezes e diminuindo sua participação, de 84,1% para 68,5%. Cano, W. op.cit. pg., 243.

<sup>53</sup> Ibid. pg., 274. Para Wilson Cano o processo de concentração industrial em São Paulo se deu devido a economia cafeeira paulista apresentar maior dinamismo no contexto nacional, resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como os de transporte ferroviário, o do porto marítimo, o de comunicação e de urbanização. Com isso, ao mesmo tempo, criou-se um acúmulo de economias externas que beneficiaram a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos da produção, sem falar ainda que esse mesmo complexo cafeeiro desde cedo precipitou a formação e o desenvolvimento de um mercado de trabalho que, dada as condições em que é formado e ampliado, resultaria em menos pressões nos custos de produção industrial. O satisfatório desempenho da agricultura paulista, por outro lado, proporcionaria grande parte do

Há dois principais fatores, além daqueles colocados em notas anteriores, que explicam a concentração da indústria em solo paulista: o retrocesso relativo da indústria da Guanabara e o tipo de “ajuste complementar” entre a economia de São Paulo e a das outras regiões, que se vai estruturando ao longo desse processo concentrador<sup>54</sup>.

No período denominado de **Industrialização Restringida**, a concentração de indústrias em São Paulo se consolidará. Isto ocorrerá, segundo Wilson Cano, devido ao “deslocamento do centro dinâmico”<sup>55</sup> da economia nacional, isto é, o padrão de acumulação baseado no modelo primário-exportador se alterará em favor da indústria, constituindo esta, o principal determinante do nível de atividade econômica<sup>56</sup>.

Em suma, a explicação para a concentração industrial no Estado de São Paulo, estaria na maior capacidade da economia paulista em absorver indústrias. O processo iniciado na década de 1920 (salto qualitativo), pelo qual a indústria de São Paulo dava seus primeiros passos para a conquista do mercado nacional, seria sumamente reforçado. Ao mesmo tempo, a fraca dinâmica da economia periférica nacional, que teria menor desenvolvimento capitalista, impediu-lhe maior expansão industrial<sup>57</sup>.

---

suprimento alimentar à sua força de trabalho e garantiria o abastecimento local de matérias-primas à indústria. Ibid. pg., 244.

<sup>54</sup> Ibid. pg., 259 e seg.

<sup>55</sup> Essa expressão é de Celso Furtado. Ver Furtado, C. op.cit. Capítulo XXXII.

<sup>56</sup> Cano, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pp., 172 e seg.

<sup>57</sup> Ibid. pg., 71.



## **CAPÍTULO V – AS CONDIÇÕES DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS**

### ***5.1 – A INDÚSTRIA MINEIRA NO SÉCULO XIX***

A indústria em Minas Gerais remonta ao século XIX. Num primeiro momento, esta localizava-se na região central de Minas, onde se situavam as minas auríferas. Nesta região, destacaram-se três ramos industriais: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil. No entanto, essa incipiente indústria operava de maneira rudimentar e com baixo nível tecnológico, com exceção da mineração que naquele período obteve cabedal de investimentos, principalmente inglês, que mudou o perfil da mineração subterrânea na província, dotando-a de processos produtivos que normalmente se igualavam àqueles empregados na Europa<sup>58</sup>. Examinaremos cada um desses tipos de indústria que operavam em solo mineiro.

A respeito da siderurgia suas origens estão na produção doméstica no século XVIII. Desenvolveu-se de maneira híbrida no século XIX, misturando contribuições africanas com certas inovações européias, o que resultou numa estrutura produtiva descrita basicamente como manufatura rudimentar<sup>59</sup>.

Segundo Douglas Libby, o marcante isolamento de Minas e os altíssimos preços das mercadorias importadas permitiram que, desde a segunda década do século XIX, a indústria siderúrgica se desenvolvesse e se expandisse numérica e geograficamente ao longo de seis décadas<sup>60</sup> (ver Tabela 8). Num primeiro momento, as mudanças nos processos de extração do ouro impulsionaram a produção comercial do ferro (as minas subterrâneas constituíram-

---

<sup>58</sup> Libby, D. C. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista; Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pg., 263.

<sup>59</sup> Ibid. pg., 134. Ver também Gomes, F. M. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. O estudo de Gomes é um importante relato sobre os percalços que a siderurgia percorreu para se desenvolver no país.

<sup>60</sup> Segundo o autor, a produção de ferro em bases racionais e comerciais irá surgir na fase de franca decadência do ouro, ou seja, com a exaustão do ouro aluvial e das aflorações em encostas, a busca pelo metal

se em importantes consumidoras do metal durante todo esse período). Com o decorrer do tempo, alargou-se o mercado do qual tanto a lavoura quanto as tropas passaram a ser parcelas ponderáveis.

### **TABELA 08**

#### **NÚMERO ESTIMADO DE FUNDIÇÕES DE FERRO E PRODUÇÃO ANUAL EM DIVERSOS ANOS**

<b>ANO</b>	<b>N. DE FUNDIÇÕES</b>	<b>PRODUÇÃO ANUAL (t)</b>
1821	31	-
1853	84	2250
1855	64(1050)	-
1864	120(140)	-
1880	110	3000
1881	120	-
1883	80	-
1893	100	2000
1893	4 USINAS 51 FORJAS	-

FONTE: Quadro adaptado de Baeta, Nilton. A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA EM MINAS GERAIS, Belo horizonte, Imprensa Oficial, 1973, pg., 209. Os números entre parênteses são estimativas nossas. Apud. Libby, D. op.cit. pg., 154.

Na década de 1880 a indústria siderúrgica sofrerá dois duros golpes. O primeiro, com o início da penetração das ferrovias no centro do território mineiro, região onde se situavam as principais indústrias daquele setor no período. A penetração da rede ferroviária naquela região significou o fim de seu isolamento frente ao mercado importador. O segundo golpe foi a abolição da escravidão, que privou a siderurgia rudimentar da sua única vantagem diante da concorrência estrangeira, ou seja, a mão-de-obra regular, representada

---

precioso exigia mais equipamentos, principalmente equipamentos de ferro e aço obrados, especialmente quando se tratava de escavações subterrâneas. Libby, D. C. op.cit. pg., 143.

pelo trabalhador cativo<sup>61</sup>, já amortizados. Com a queda do Império, as pequenas fundições foram desaparecendo e o rápido e quase total fracasso da tentativa de instalação de usinas durante a década de 1890 condenou Minas Gerais a esperar mais três décadas para ver renascer a realização de sua vocação siderúrgica<sup>62</sup>.

A siderurgia comercial de Minas Gerais do século XIX caracterizou-se como uma indústria manufatureira. O próprio processo de fundir o ferro exigia uma quantidade de mão-de-obra que ultrapassava os limites da oficina artesanal. Ao mesmo tempo, essa indústria impôs uma nítida separação das tarefas individuais, que é a essência da divisão técnica do trabalho. Também, é preciso levar em conta que, na maioria das vezes, as fundições eram organizadas com base na separação entre capital e trabalho, isto é, a mão-de-obra não participava da posse dos meios de produção. No entanto, na manufatura clássica essa mão-de-obra seria assalariada; no caso da siderurgia mineira dos oitocentos o braço escravo foi francamente majoritário<sup>63</sup>.

Como uma indústria inserida num regime escravista, a siderurgia mineira dependeu em grande medida da mão-de-obra escrava ao longo de todo o século XIX<sup>64</sup>. Essa dependência leva-nos a reconhecer que uma apreciada quantidade de mancipios integravam a mão-de-obra “especializada”, ou seja, representavam indivíduos com conhecimento técnico na arte de fundir ferro. A mão-de-obra escrava será ao mesmo tempo, importante e bloqueadora, no avanço da siderurgia mineira da época.

Em síntese, ocorreu uma falta de continuidade entre o florescimento das pequenas fundições e a metalurgia do século XX, sendo esta uma fundamental contradição inerente ao ensaio siderúrgico do regime escravista. Ora, o isolamento de Minas, aliado ao surgimento de uma demanda específica permitiu e estimulou a transformação de uma atividade doméstica em uma indústria siderúrgica comercial, cujos processos produtivos eram essencialmente manufatureiros e que tiveram no escravo sua maior e mais consistente fonte de força de trabalho. Embora essa indústria se mostrasse capaz de conquistar novos

---

<sup>61</sup> Segundo o autor, a primeira fabricação do ferro em Minas se deveu aos conhecimentos metalúrgicos do escravo africano. Este constituiu-se principal mão-de-obra na indústria siderúrgica mineira do século XIX. Ibid. pg., 136.

<sup>62</sup> Ibid. pg., 135.

<sup>63</sup> Ibid. pg., 160.

<sup>64</sup> Dos três principais setores industriais que estão sendo discutidos aqui, mineração aurífera, têxtil (doméstica e fabril) e siderurgia, esta última claramente se comprovou ser mais dependente do trabalho mancipio. Ibid. pg., 161.

setores de consumidores, representados principalmente pela lavoura e pelas tropas, o mesmo isolamento implicou um mercado global limitado, pouco propício a uma acumulação de capital que levasse a siderurgia mineira a equiparar-se tecnologicamente à européia. Ao mesmo tempo, o largo uso do trabalho escravo e, em particular, do escravo especializado, “liberou” o homem livre do esforço de aprender a arte de fundir o ferro, em especial os proprietários das forjas, que pelo menos algum capital poderiam ter investido em melhoramentos tecnológicos, caso estivessem inteirados do funcionamento das fundições<sup>65</sup>.

Embora, em parte, cronologicamente coexistentes, o setor têxtil era dividido em duas ramificações distintas na época, em termos de seus processos produtivos: produção doméstica e produção fabril<sup>66</sup>.

Na primeira metade do século XIX reuniram-se condições que conduziram ao enorme crescimento da produção doméstica têxtil, uma herança do passado colonial de Minas<sup>67</sup>. Para Libby,

*“Com suas rocas e teares manuais, milhares de mulheres e meninas mineiras construíram uma verdadeira indústria que, aproveitando o isolamento da província e a abundância do algodão, ultrapassa em muito a produção de autoconsumo, conquistando determinadas faixas do mercado local e mesmo nacional”*<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> Ibid. pg., 177. Mais do que isso, faltaram também uma sólida política protecionista, incentivos e apoio estatal à indústria nascente, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX quando se dá o grande salto tecnológico com o desenvolvimento da indústria do aço, que se constituiu no “carro-chefe” da Segunda Revolução Industrial. Todavia, isto não aconteceu no Brasil dos oitocentos, pois que os interesses dominantes passavam longe da indústria. O que aconteceu, foi um extremado agrarismo que beneficiou apenas os interesses industriais britânicos. Como vimos, a Tarifa protecionista de 1844 não produziu os efeitos positivos de incentivar as indústrias nacionais, e, portanto, o sucesso de implantar a grande siderurgia no Brasil. Perdemos aquele “trem” que nos garantiria no futuro, uma inserção soberana e independente na divisão internacional do trabalho, o que significaria, na verdade, o início do processo de endogenização da expansão capitalista no Brasil, um passo no sentido da montagem, dentro das fronteiras nacionais, do departamento de bens de produção. A respeito deste assunto consultar: Paula, J. A. . op.cit. pp., 374-380.

<sup>66</sup> Libby, D. C. op.cit. pg., 186.

<sup>67</sup> Na análise de Libby, os primeiros povoadores das Gerais não tardaram a iniciar uma fabricação doméstica de tecidos, destinada a suprir as necessidades imediatas. A prática foi claramente se difundindo até a segunda metade do século XVIII, quando ultrapassou os limites da simples produção para o consumo do lar e os panos mineiros começaram a ser comercializados abertamente dentro da capitânia. À semelhança do que aconteceu à siderurgia mineira dos oitocentos, acredita-se que o vulto da indústria têxtil doméstica em Minas no século XIX é algo inédito na história das economias escravistas do Novo Mundo. Fruto também do marcante isolamento da vasta província interiorana, essa indústria, no entanto, não pôde sobreviver a sua extensão à liberação da entrada de mercadorias de além-fronteira. Ibid. pp., 187 a 212.

<sup>68</sup> Ibid. pg., 186.

Maria Teresa Ribeiro de Oliveira segue com sua análise sobre a indústria têxtil mineira dos oitocentos na mesma direção que Libby. Segundo ela, a produção caseira de tecidos constituiu atividade antiga e florescente, e embora a maior parte da produção fosse consumida internamente, era também exportada para outras províncias<sup>69</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, o final da década de 1860 e início da década de 1870 constituiu período favorável à indústria. A expansão monetária durante o anos da Guerra do Paraguai, associado a um aumento das tarifas de importação, teria estimulado a produção industrial. A manutenção das tarifas de importação e uma valorização cambial resultante das medidas de política monetária restritivas implementadas no pós-guerra teriam, por sua vez, favorecido a expansão dos investimentos nos primeiros anos da década de 1870. Isto posto, ocorreu um surto de investimentos no setor têxtil identificado nos anos de 1870-1875<sup>70</sup>.

Oliveira analisa que os primeiros investimentos na indústria têxtil mineira coincidiram com o surto de investimentos no início da década de 1870 (ver Tabela 9). É neste momento que surge a moderna indústria têxtil em Minas Gerais, sendo o setor industrial que mais crescerá entre as três últimas décadas do século XIX até a década de 1920, e que terá na fábrica do Cedro, fundada em 1872, em Tabuleiro Grande, município de Sete Lagoas, região central da Província, o marco pioneiro do desenvolvimento desta moderna indústria<sup>71</sup>. Segundo Domingos Giroletti, é a lucratividade no setor têxtil, ao longo do período 1870/1900, mantendo-se em ótimo patamar, que explica a implantação deste ramo industrial em Minas Gerais, nas três últimas décadas do século XIX.

---

<sup>69</sup> Oliveira, M. T. R. *Indústria Têxtil Mineira no Século XIX*. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, vol. 1, Belo Horizonte, 1993, pg., 114.

<sup>70</sup> Ibid. pg., 116. A esse respeito ver também Libby. Segundo ele, o término dos conflitos nos Estados Unidos e a subsequente reorganização da produção algodoeira daquele país praticamente alijaram a matéria-prima brasileira dos mercados europeus no início da década de 1870. Essa eliminação das exportações em grande escala redundou numa queda vertiginosa dos preços internos do algodão que, por sua vez, passaram a atrair investimentos que pudessem tirar proveito da situação. Libby, D. C. op.cit. pg., 225.

<sup>71</sup> Giroletti, D. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991, pg., 23.

Entre 1872 e 1900, foram criadas em Minas 28 fábricas de tecidos, sendo 14 na região central, 6 no Norte, 4 na Zona da Mata, 3 no Sul e 1 no Oeste (ver dados aproximados na Tabela 9). Em 1907 havia 36 estabelecimentos em funcionamento. O setor têxtil empregava nesta época 50% da mão-de-obra fabril, correspondia 62% do capital investido e era responsável por 40% do valor da produção industrial do Estado<sup>72</sup>.

### **TABELA 09**

#### **FÁBRICAS TÊXTEIS FUNDADAS EM MINAS GERAIS – 1872/1887**

<b>FÁBRICA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO POR ZONA</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>
CEDRO	CENTRO	1872
BRUMADO	CENTRO	1872
MACHADENSE	SUL	CERCA DE 1872
CACHOEIRA	NORTE	1876
BÉRI-BÉRI	LESTE	1877
ITABIRANA	CENTRO	1879
MARZAGÃO	CENTRO	1880
SR. BOM JESUS DA ÁGUA FRIA	LESTE	1881
FÁB. MONTES CLAROS	NORTE	1882
CASSU	TRIÂNGULO	1882
SÃO SEBASTIÃO	NORTE	1884
SÃO SILVESTRE	MATA	1885
INDUSTRIAL MINEIRA	MATA	1885
CACHOEIRA DOS MACACOS	CENTRO	1886
MARIENSE	CENTRO	1887

FONTE: Extraído do mapa elaborado por Libby, D. op.cit. pg., 231.

Oliveira subdivide em dois períodos a expansão dos investimentos na indústria têxtil mineira: 1880-1884 e 1885-1889. No primeiro período, os investimentos serão estimulados, principalmente, devido o surto industrial ocorrido no País. No segundo, haverá retração nos

<sup>72</sup> Ibid. pg., 34.

anos de 1884 e 1885, mas em 1886, eles voltarão a ser estimulados. Todavia, a partir desse mesmo ano eles oscilarão frequentemente.

É importante frisar que o grosso das indústrias têxteis de Minas Gerais no século XIX situavam-se na região Central da Província, como também as siderúrgicas (ver Tabela 9). Entretanto, há uma grande diferença entre esses dois setores no que tange o emprego da mão-de-obra. Enquanto a siderurgia tinha no escravo sua principal mão-de-obra, a indústria têxtil se constituiu no único ramo industrial, no século XIX, a se caracterizar pelo emprego quase que exclusivo do trabalho livre. Isto se explica devido a siderurgia depender inicialmente dos conhecimentos técnicos dos escravos na arte de fundir ferro. Ao contrário, no setor têxtil mineiro, foi justamente a tradição dos colonizadores em confeccionar seus próprios tecidos, que levaram ao desenvolvimento deste tipo de indústria. Sem falar que, no período em que se dá o surto industrial têxtil em Minas, um dos fatores de estímulo a essa indústria se encontra na relativa disponibilidade de mão-de-obra livre<sup>73</sup>.

As fábricas têxteis instaladas em Minas eram de pequeno porte. Isto se deve a dois fatores: o transporte de equipamentos pesados, volumosos e ao mesmo tempo delicados, para o interior da Província, era extremamente penoso e caro; e à natureza do mercado consumidor. Embora algumas fábricas colocassem parte de sua produção na praça do Rio de Janeiro, na maioria das vezes o mercado poderia ser caracterizado como essencialmente local<sup>74</sup>.

Para Oliveira isto se explica, grosso modo, por estas estarem fora da região cafeeira da Província, isto é, na Zona da Mata, e sim, situadas na região central, onde o mercado era limitado e a constituição desse setor têxtil foi para atender, principalmente, aquele mercado local, em substituição da produção caseira de panos (Oliveira, 1993: pg., 133).

Acerca do capital empregado na constituição das fábricas têxteis mineiras, foi ele constituído e financiado por pequenos grupos de parentes e/ou amigos que viviam na região onde seriam construídas as fábricas<sup>75</sup>. A maioria das fábricas estabelecidas nos anos de

---

<sup>73</sup> Isso não quer dizer que o escravo não era utilizado nesse setor, no entanto, a indústria têxtil foi a que menos empregou o trabalho cativo.

<sup>74</sup> Libby, D. C. op.cit. pg., 230.

<sup>75</sup> Ibid. pg., 126. Ver também Oliveira, M. T. R. *Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira do Século XIX*. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3. Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE, Vol. 2, Niterói, 1996, pp., 16 a 30. Esta informação é endossada também por Giroletti, que analisa que, a maior parte dos industriais (proprietários, gerentes,

1870 foram construídas no local onde viviam os investidores. Este padrão de investimento parece ter predominado até os primeiros anos da década de 1880, quando se dá a transição para as sociedades anônimas, tornando-se esta a forma predominante de associação de capitais para investimentos no setor<sup>76</sup>. Entretanto, a adoção generalizada da sociedade anônima como forma típica de associação de capital na indústria têxtil mineira não introduziu maiores alterações no padrão de investimento. O capital das novas companhias concentrava-se ainda nas mãos de um pequeno grupo de acionistas de uma mesma família da região<sup>77</sup>. Essa situação só irá mudar a partir dos anos de 1890, no período pós-encilhamento, quando o empreendimento de novas fábricas será feito não mais por grupos familiares ou investidores engajados em atividades locais como fazendeiros, comerciantes, funcionários do governo e profissionais liberais, e sim, por pessoas com experiência anterior no setor, quer como investidores, quer como empresários<sup>78</sup>.

Em suma, concordamos com a análise que Maria Teresa Ribeiro de Oliveira faz sobre as variações no ritmo de expansão da indústria têxtil mineira no século XIX. Segundo ela, as razões devem ser buscadas em situações conjunturais específicas à economia mineira e não trasladadas das regiões exportadoras. Isto se explica, como falamos anteriormente, devido grande parte das fábricas têxteis estarem fora da região agroexportadora da Província, situada na Zona da Mata, e localizadas no Centro, onde o mercado se encontra isolado e limitado. Assim, a produção fabril de tecidos estava protegida geograficamente da concorrência externa (pelo menos até mais ou menos as últimas décadas do século XIX, quando da penetração das ferrovias na região central de Minas) . Por outro lado, essa mesma proteção geográfica impedia a expansão desta mesma indústria, assinalado pelo pequeno porte das fábricas mineiras<sup>79</sup> (ver Tabela 10).

---

acionistas) procedia de uma mesma base social e cultural. Era, em sua maioria, descendentes de fazendeiros ou comerciantes locais, quando não donos de fazendas e de casa comerciais. Giroletti, D. op.cit. pg., 16.

<sup>76</sup> Isto se deu devido, principalmente, a lei n. 3.150 de 4 de novembro de 1882, lei esta que eliminou a necessidade de autorização do Governo Central para a constituição de uma sociedade anônima. Ver. Oliveira, M. T. R. op.cit. pg., 128.

<sup>77</sup> Ibid. pg., 129.

<sup>78</sup> Ibid. pg., 130.

<sup>79</sup> Um exemplo significativo está no número médio de teares instalados nas fábricas do Rio de Janeiro e nas fábricas de Minas. Enquanto que no Rio, em 1885 o número médio de teares por fábrica era de 118 teares; em Minas, na mesma época, a média era de 45 teares por fábrica. Em 1905, Minas Gerais ocupava o primeiro lugar em número de estabelecimentos têxteis, com 30 fábricas. São Paulo vinha em segundo com 18 fábricas e o Rio de Janeiro junto com a Bahia estavam em terceiro com 11 estabelecimentos. Entretanto, enquanto que o número médio de teares por fábrica no país era de 224,4, em Minas a média era de 76,5 teares por estabelecimento. Ibid. pg., 132.

**TABELA 10**  
**COMPARAÇÃO DE FÁBRICAS TÊXTEIS MINEIRAS E DE OUTRAS**  
**PROVÍNCIAS EM VÁRIOS ANOS – 1881/1887.**

Ano	Fábrica	Província	Fus/Fiação	Teares	Metro/Tec/ Fab/Ano	Operários	Capital
1881	St. Aleixo	BA	5.500	110	1.000.000	180	800:000\$
1881	Petropolit.	RJ	4.500	106	1.000.000	180	500:000\$
1881	Brasil Ind.	RJ	20.200	450	3.200.000	400	1.350:000\$
1881	Aliança	RJ	5.400	100	2.000.000	210	600:000\$
1881	F. Velho	AL	2.500	60	550.000	125	300:000\$
1881	Rink	RJ	-	110	1.500.000	130	400:000\$
1881	Pau Grande	RJ	1.200	60	500.000	110	300:000\$
1881	S. Francisca	SP	-	80	-	160	-
1881	Cedro	MG	1.200	40	300.000	130	300:000\$
1881	Cachoeira	MG	1.800	60	600.000	130	400:000\$
1881	Brumado	MG	1.384	20	-	60-80	150:000\$
1882	Béri-Béri*	MG	1.020	40	-	130	300:000\$
1882	U. Itabirana	MG	750	28	-	42	160:000\$
1885	Cedro	MG	1.200	54	396.136	132	500:000\$
1885	Cachoeira	MG	2.000	110	693.955	187	600:000\$
1885	U. Itabirana	MG	750	28	-	64	234:537\$
1885	M. Claros	MG	1.152	40	360.000	81	320:000\$
1885	Cassu	MG	557	24	200.000	58	200:000\$
1885	S. Sebastião	MG	2.000	40	500.000	75	189:000\$
1885	Marzagão	MG	1.800	50	135.000	80	200:000\$
1885	S. Silvestre	MG	-	50	400.000	60	200:000\$
1885	Ind. Mineir.	MG	-	-	-	200	660:000\$
1885	S. Vicente	MG	-	40	-	-	160:000\$
1886	Macacos	MG	3.000	100	1.200.000	180	300:000\$
1887	Mariense	MG	-	-	-	-	120:000\$

FONTES: Arquivos da Exposição da Indústria Nacional. RJ, Typ. Nacional, 1882, p. XCXII. Brasil, Arquivo Público Mineiro, Secretaria do Governo, Códice 30, 1886-1887. Manusc. Liberal Mineiro, 15 de julho de 1882, p. 4, c. 1-2. Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Relatórios e Balanços, 1883-1892. Manusc. Tamm, Paulo, A FAMÍLIA MASCARENHAS. BH, Papelaria e Tipografia Brasil, Velloso e Cia., 1940, p. 370. Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial, Informações Apresentadas ao Corpo Legislativo. RJ, Typ. Nacional, 1883, p. 295-300. Apud. Libby, D. op.cit. pg., 232.

\* A fábrica de Béri-Béri incluía uma oficina de lapidação de diamantes.

Em relação a mineração aurífera em Minas oitocentista, podemos analisar que, com o esgotamento do ouro aluvial desde fins do século XVIII, era necessário, para a extração do minério, o emprego de novas técnicas. O método adotado para tal empreendimento foi o sistema de mineração subterrânea. No entanto, este se revelava um investimento muito caro, necessitando de um volume muito significativo de capitais. Será a partir da terceira década do século XIX que investimentos estrangeiros, principalmente ingleses, se farão presentes nesse ramo da economia mineira.

De acordo com Douglas Libby as companhias estrangeiras de mineração aurífera chegaram com o propósito de tirar o ramo de um estado de declínio progressivo através da aplicação de sua tecnologia “de ponta” e sua organização administrativa<sup>80</sup>. Entre os anos de 1824 e 1833/1834, pelo menos seis sociedades concessionárias inglesas efetivamente iniciaram suas operações em território mineiro. Embora, apenas duas tivessem êxito financeiro esperado por seus acionistas, não resta dúvida de que as companhias estrangeiras mudaram profundamente o perfil da mineração subterrânea em Minas Gerais, dotando-a de processos produtivos que normalmente se igualavam àqueles empregados na Europa<sup>81</sup>.

Para avançar um pouco mais o assunto, um empreendimento de mineração subterrânea no século XIX exigia a reunião de somas mais ou menos vultuosas de capital e a concentração de grandes contingentes de mão-de-obra, para alcançar uma escala de operações que oferecesse a possibilidade de sucesso financeiro. Além disso, o empreendimento teria de ser dotado de uma administração capaz de supervisionar racionalmente uma complexa série de processos concatenados. Segundo as análises de Libby, se uma mina aurífera não constituía propriamente uma fábrica, a organização de sua exploração poderia perfeitamente ser comparada às organizações fabris contemporâneas de maior complexidade. A aplicação de máquinas à mineração viabilizou a exploração de grandes e profundas minas, e essas máquinas acabaram impondo seu ritmo ao trabalho humano, assim introduzindo na mineração aurífera a dinâmica do sistema fabril<sup>82</sup>. Vejamos

---

<sup>80</sup> Libby, D. C. op.cit. pg., 356.

<sup>81</sup> Estima-se que 16 empresas estrangeiras, principalmente de capital inglês, atuaram na mineração aurífera subterrânea em Minas Gerais ao longo do século XIX. A primeira empresa a se estabelecer foi A IMPERIAL BRAZILIAN MINING ASSOCIATION, organizada em 1824, em Londres. Uma das principais companhias, senão a principal companhia mineradora que, pode-se dizer, gerou algum lucro para os seus acionistas foi a SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY, fundada em Londres em 1830. Ibid. pp., 307 a 344.

<sup>82</sup> Ibid. pg., 265.

alguns dados nas Tabelas 11, 12 e 13, abaixo, sobre a localização das minas e a sua produção aurífera ao longo do século XIX.

**TABELA 11**

**LOCALIZAÇÃO DAS MAIS IMPORTANTES MINAS DE EMPRESAS  
ESTRANGEIRAS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1825/1888.**

<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>MINA</b>
Morro Vermelho	Roça G. Gold Mining Co.	Roça Grande
Caeté	Brazilian Gold Mines	Descoberto
Congonhas de Sabará	St. J. D'el Rey Mining Co.	Morro Velho
Congonhas de Sabará	Société Des Mines D'or de Faria	Mina de Faria
Itabira do Campo	Brazilian Company	Cata Branca
Mariana	Brazil. Consols Gold Mining Co.	Taquara
Mariana	Anglo-Brazilian Gold Mining Co.	Santa Ana e Passagem
Serro Frio	Serra da Candonga Co.	Serra da Candonga
Socorro	Imperial Brazilian Mining Assoc.	Gongo Soco
Cocais	National Brazilian Mining Assoc.	Cocais
Santa Bárbara	St. Bárbara Gold Mining Co.	Mina do Pari
Catas Altas	Pitangui Gold Mining Co.	Pitangui
Ouro Preto	East D'el Rey Mining Co.	S. Vicente e Morro das Almas
Mariana	D. Pedro North D'el Rey M. Co.	Maquiné
Mariana	Ouro Preto Gold Mines of Brazil	Mina de Passagem
S. José D'el Rey	General Mining Assoc.	Luzia e Rezende

FONTE: Extraído do Mapa elaborado por Libby, D. op.cit. pg., 268.

**TABELA 12**

**PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA  
DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS - 1820/1860.**

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>PROD. LIBRA/PESO</b>	<b>% PRODUÇÃO/Cias INGLESAS</b>	<b>% DA PRODUÇÃO GLOBAL</b>
Imperial Brazilian Mining Association (Gongo Soco, Cata Preta, Água Quente ) 1825-1856	35.364	39,0	20,6
National Brazilian Mining Association (Cocais) 1833-1860	557	0,6	0,3
St. John D'el Rey Mining Company (Morro Velho) 1835-1860	51.631	56,9	30,1
Brazilian Company (Cata Branca) 1840-1844	3.167	3,5	1,8
Produção Contabilizada de Cias Inglesas, 1825-1860	90.719	100,0	52,8
Conjunto de 10 outras minas exploradas por associações estrangeiras ou nacionais (estimativa), 1820-1860	1.000	-	0,6
Outras minerações nacionais e faiscaidores (estimativa) 1820-1860	80.000	-	46,6
Produção Global 1820-1860	171.719	-	100,0

FONTE: Henwood, Wiliam Jory, "Observation on Metalliferous Deposits", TRANSACTIONS OF THE ROYAL GEOLOGICAL SOCIETY OF CORNWALL, Penzance, Wilain Cornish, 8 (1): 367-369, 1871. Apud. Libby, D. op.cit. pg., 270.

**TABELA 13**  
**PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA**  
**DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1860/1893**

<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>PRODUÇÃO EM kg</b>	<b>% PRODUÇÃO CONTABILIZADA</b>
St. J. D'el Rey M. Co. (Morro Velho) 1860-1886	30.790,4	80,3
D. Pedro N. D'el Rey M. Co. (Maquiné) 1865-1875	2.427,0	6,3
Anglo-Brazilian G. M. Co. (Santa Ana) 1865-1872	753,6	2,0
Brazilian Consols G. M. Co. (Taquara-Queimada) 1873-1875	4,8	*
Pitangui G. M. Co. (Pitangui) 1876-1887	285,0	0,7
Ouro Preto G. M of Brazil (Passagem) 1884-1893	2.730,7	7,1
Brazilian G. M. Ltda. (Descoberto) 1880-1883	15,0	*
St. Bárbara G. M. Co. (Pari) 1885-1893	1.335,0	3,5
Produção Global – 1860/1893	38.341,5	100,0
<b><u>PRODUÇÃO SOMENTE DO ANO DE 1879</u></b>		
St. J. D'el Rey M. Co. (Morro Velho)	1.511,5	83,0
St. Bárbara G. M. Co. (Pari)	177,3	9,6
D. P. N. D'el Rey M. Co. (Maquiné)	40,0	2,2
C. M. Brasileira (Itabira)	5,5	0,2
Faiscadores (estimativa)	90,4	5,0
Produção Global, 1879	1.824,7	100,0

FONTE: Ferrand, P. L'OR À MINAS GERAIS, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913, vol 1, pp 135, 140, 144-147, 150-152; "Estatística da produção de ouro na Província de Minas Geraes no anno de 1879", Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto 1: 168, 1881; Libby, D. C. TRABALHO ESCRAVO E CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL: O CASO DE MORRO VELHO, Belo Horizonte, Itatiaia, 1984, p. 148. Apud. Libby, D. op.cit. pg., 271.

\* Indica menos de 1%.

Portanto, podemos ver através das Tabelas 12 e 13, que o desempenho do conjunto das empresas estrangeiras engajadas na mineração aurífera no século XIX, em Minas Gerais, num quadro global, foi de fracasso. Libby aponta pelo menos, três fatores que levaram a esse fracasso. Em primeiro lugar, o elevado número de companhias representava uma considerável dispersão de capital que talvez, para o autor, tivesse sido melhor empregado em alguns poucos empreendimentos de maior vulto e, portanto, com melhores possibilidades de vencer os desafios que a mineração impusera no período. A dispersão de investimentos pode ter resultado em parte de operações especulativas pouco escrupulosas realizadas na bolsa londrina. Em segundo lugar, o alto custo no emprego de tecnologias nos empreendimentos. De acordo com o autor, a concentração de capital teria facilitado a custosa implantação da tecnologia disponível aos empreendimentos. Por último, a maioria das jazidas trabalhadas pelos empreendimentos estrangeiros se compunha de depósitos já esgotados ou de uma pobreza de produção, que nunca teria permitido uma exploração mais rentável deste ramo da economia<sup>83</sup>.

Para finalizar a abordagem da mineração aurífera em Minas Gerais no século XIX, veremos a utilização da mão-de-obra neste setor. Esta constituía-se predominantemente de escravos alugados. Não pretendemos aqui repetir o que já foi exposto por Libby em sua pesquisa. O que achamos interessante e procuraremos frisar é que a prática de aluguel de escravos era uma forma bastante corriqueira em Minas oitocentista, não só na mineração aurífera, como também, em outras atividades. Apesar de uma solução nada barata, foi a única encontrada pelos investidores estrangeiros para superar o problema da mão-de-obra. Somente a indústria da mineração subterrânea era capaz e tinha recursos financeiros para tal empreendimento, dentre os três tipos de indústrias que estamos analisando. Apoiada no capital estrangeiro era única que dispunha de capital suficiente para lançar mão do braço escravo alugado.

Assim, pudemos perceber que os ramos industriais instalados em Minas Gerais, principalmente, na Zona Central da Província, no século XIX, discutidos nessa parte do capítulo, se desenvolveram a partir e somente do regime escravista. O escravo era o elemento mais importante nessas indústrias, seja como mão-de-obra, como é o caso da siderurgia e a mineração, seja como “consumidor”, como é o caso da indústria têxtil, na

---

<sup>83</sup> Ibid. pg., 285.

qual tinha como principal produto o “pano grosso”, vestidos pelos mancípios. Estas indústrias irão definhar no final dos oitocentos, devido, principalmente, à chegada das ferrovias e também à abolição da escravidão.

Ao contrário destas, a indústria que irá se desenvolver em Juiz de Fora na Zona da Mata mineira, no final do século XIX e início do século XX, terá como principal fator de estímulo o capital cafeeiro, no qual, direta ou indiretamente, estimulará o surto de industrialização da cidade, o centro mais dinâmico da região entre 1850 e 1930. Este assunto será debatido no próximo item, quando discutiremos como a acumulação geral do modelo agroexportador estimulou o desencadeamento de um surto industrial no País entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, e como se deu esse processo na cidade de Juiz de Fora.

## 5.2 – O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE JUIZ DE FORA

O surto de industrialização ocorrido na cidade de Juiz de Fora se enquadra dentro do processo que originou a industrialização nas áreas onde predominou a economia cafeeira. Vimos como se deu a formação do capital industrial no Brasil, a partir do final do século XIX, no capítulo anterior, tomando como base o surto de industrialização de São Paulo. O caso de Juiz de Fora se encontra inserido neste movimento geral de acumulação de capital da economia agroexportadora, que, predominantemente mercantil em seu conjunto, implicou num processo de diversificação urbano-industrial.

Anderson Pires analisando em seu estudo a diversificação urbano-industrial de Juiz de Fora concluiu que

*“em que pese a existência de determinadas especificidades regionais ou locais , o processo de industrialização do município – enquanto parte integrante do movimento geral de constituição do setor urbano-industrial – se coloca (...), como indissociável da estrutura e da dinâmica da economia agroexportadora da Zona da Mata”<sup>84</sup>.*

O surto industrial de Juiz de Fora tem seu capital originado, direta ou indiretamente no seu núcleo fundamental, ou seja, a própria acumulação do capital cafeeiro realizada no espaço regional. Este se desenvolveu efetivamente a partir do final da década de 1880 e início da década de 1890, quando se verifica o predomínio de médias e grandes empresas, com produção em série, tecnologia relativamente avançada, grande produtividade e concentração de mão-de-obra. Neste momento estabeleceram-se unidades propriamente fabris que vão ter no trabalho assalariado a forma predominante de extração do produto excedente<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Pires, A .J. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930* . (Mestrado). Niterói: UFF, 1993. pg., 119.

<sup>85</sup> Ibid. pg., 131.

Para Domingos Giroletti, o principal fator que levou Juiz de Fora e não outro município da Zona da Mata a se industrializar, foi a transformação desta cidade em principal centro armazenador da produção cafeeira da região, devido a construção da Rodovia União & Indústria, inaugurada em 1861, a qual modernizou o sistema de transporte de café para o Porto do Rio de Janeiro<sup>86</sup>. Para o autor a Rodovia União & Indústria revolucionou o sistema de transportes em Minas Gerais, e abriu horizontes promissores à produção, ao comércio, à indústria e ao desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora (Giroletti, 1988: pg., 34).

Até a chegada das ferrovias na região, em 1875, a maioria do café produzido na Zona da Mata mineira reunia-se em Juiz de Fora para ser exportado, através da Rodovia União & Indústria, para o Porto do Rio de Janeiro. Isto permitiu que a cidade se tornasse um entreposto comercial de grande vulto, estimulando o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital. Com isso, Juiz de Fora se transformará em ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, local de passagem obrigatória entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, localizada no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e um centro polarizador de uma vasta região de Minas e de parte de Goiás<sup>87</sup>.

Com um sistema de transporte rápido e eficiente para a época, a maior parte dos produtos exportados e importados por Minas englobando as regiões Centro, Oeste, partes do Sul e a Zona da Mata, tinham que, obrigatoriamente, passar por Juiz de Fora. Isto permitiu o desenvolvimento do comércio de importação e exportação, de atacado e varejo. Para o produtor e consumidor, tornava-se mais barato e mais cômodo venderem sua produção em Juiz de Fora e ali mesmo se abastecerem de produtos de que precisassem, sem necessariamente recorrer ao Rio de Janeiro<sup>88</sup>.

Por ser um terminal da rodovia que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado em pólo econômico mais dinâmico da Zona da Mata, Juiz de Fora começou a

---

<sup>86</sup> Giroletti, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, Capítulo 1. A respeito da Rodovia União & Indústria ver também: Bastos, W. L. *Mariano Procópio Ferreira Lage sua Vida, sua Obra, sua Descendência*. Juiz de Fora: Ed. Caminho Novo, 1961. Esteves, A. O. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. Oliveira, P. *História de Juiz de Fora*. 2 ed., Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda., 1966. A Cia União & Indústria foi fundada pelo fazendeiro Mariano Procópio, com o fito de construir uma estrada moderna que facilitasse o escoamento da produção cafeeira da região para o porto do Rio de Janeiro.

<sup>87</sup> *Ibid.* pg., 41.

aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de importantes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital, possibilitando assim a atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais, isto é, mão-de-obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais. A chegada das ferrovias, a partir de 1875, reforçará o papel da cidade enquanto centro econômico polarizador da Zona da Mata, tornando-se também importante centro ferroviário de Minas Gerais<sup>89</sup>.

Em suma, o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata mineira transformará a região no centro dinâmico da economia provincial, por sua dominância constituída a partir da segunda metade do século XIX e perdurando até 1930. O capital acumulado na economia cafeeira estimulará a diversificação urbano-industrial, aumentando a receita pública, modernizando o sistema de transportes e estimulando o surgimento dos núcleos de mercado interno. Dentre os municípios que compõem a Zona da Mata, a cidade de Juiz de Fora se destaca ao se transformar num entreposto comercial como consequência da abertura da Rodovia União & Indústria, nos anos de 1860. Isto permitirá à cidade uma maior concentração e acumulação de capital, refletidos no crescimento e na diversificação da economia urbana, engendrando um surto industrial. Vejamos os principais estabelecimentos industriais que se formaram ou se instalaram em Juiz de Fora no período que compreende o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>88</sup> Ibid. pg., 46.

<sup>89</sup> Ibid. pg., 51.

**TABELA 14****PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1905**

INDÚSTRIAS	CAPITAL	FORÇA	MÁQUINAS	OPERÁRIOS	PRODUÇÃO
Fábrica Mascarenhas	400	Eletricidade	80 TEARES	200	50.000 M tecidos
Cia Industrial Mineira	1.830	260 C.V.	128 TEARES	330	Consome 100 ar De algodão/dia
Fábrica de meias Meurer	250	Elétrico – 10c.v.	DIVERSAS	100	4.000 dz meias 300 dz camisas
Fábrica de meias JO	-	Eétrico-6c.v.	DIVERSAS	25	50 dz meias 70 dz camisas
Fábrica de móveis e calçados	-	Elétrico-20c.v. Vapor-16c.v.	-	100	-
Curtume Krambeck	-	VAPOR 16 C.V.	-	25	600 meios de sola
Mecânica Mineira	-	Elétrico-25c.v.	Fornos, máquinas e ferramentas	7	Máquinas p/ lavoura
Máquinas e fundição de ferro e bronze	-	Elétrico- 7 ½ c.v	2 fornos, 2 forjas, tornos, máquinas, plainas	15	Máquinas p/ lavoura
Pregos S. Nicolau	100	-	6 máquinas	-	5.000 K/dia
Velas e Sabão	120	Vapor-30c.v.	2 máquinas	18	3.600 velas/dia
Fábrica St. Maria Amélia	-	Elétrica-5c.v.	-	6	200K polvilho p/ lavanderias
Cerveja Stiebler	80	-	-	-	15.000 garr/mês
Cerveja Kremer	-	-	-	6	6.000 p/mês manteiga e gasozas

FONTE: Relatório Carlos Prates. 1905. P. 116/118. Apud. Andrade, S. M B. V. CLASSE OPERÁRIA EM JUIZ DE FORA. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987, pg., 24.

**TABELA 15****PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1914**

INDÚSTRIA	ANO/fundação	FORÇA	OPERÁRIOS	CAPITAL	PRODUTO
Cia. Fabril J. F	1914	-	300	500:000\$000	Calçados
Cia. Ind. Mineira	1889	-	637	-	Brim, algodões crus
Cervej, J. Weiss	1878	-	20	-	Cerveja
Curt. Krambeck	1877	-	35	-	Couros e peles
Medeiros & Martins	1897	elétrica	215	-	Bebidas, vinhos, massas, vinagre
Aniagem e sacos	1907	52 HP	76	100:000\$000	Aniagem
J. R. Ladeira & Cia	1910	-	80	-	Laticínios
J.R. Ladeira & Cia	1913	-	80	-	Baldes, estamparias
Pant. Arcuri & Spinelli	1892	-	200	-	Ladrilhos e telhas
George Grande	1874	10 HP	28	-	Máquinas e fundição
Corrêa & Corrêa	1878	elétrica		5.000\$000	Móveis e calçados
St. Antônio	1908	10 HP	55	50.000\$000	Meias
Fab. Sarmento	1909	190 c.v.	190	-	Fiação de Algodão, tinturaria
São João	-	-	40	-	Caclesiário e zefir
Fiação e Tecelagem Mascarenhas	1887	200 c.v.	526	600:000\$000	Tecidos
Fiação e Tecelagem /Meurer	1896	100 c.v.	300	500:000\$000	Meias
A Teixeira & Alves	1912	-	45	-	Litografia / tipografia
Tecelagem/ Carlos Stiebler	1907	30 HP	70	150:000\$000	Meias e Camisas
Otto & irmão	1912	-	35/40	-	Máquinas para lavoura
Fund. Kasher	1865	-	40	-	Máquinas para fundição, marcenaria, serralharia, serraria, ferraria e carpintaria

FONTE: Esteves, Albino. *ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA*. p. 284-287. Apud. Andrade, S. M B. V. op.cit. pg., 28-30.

**TABELA 16****PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1907/1920**

SETOR	1907			1920		
	CAP.	PROD.	OP.	CAP.	PROD.	OP.
<b>ALIMENTAÇÃO</b>	18,9%	32,6%	17,3%	35,4%	51,5%	21,2%
<b>TÊXTIL</b>	62,9%	40,2%	50,0%	43,4%	29,7%	51,3%

FONTE: Andrade, S. M. B. V. op.cit. pg., 18.

De acordo com os dados da Tabela 16 acima, constatamos que os principais setores industriais estabelecidos em Juiz de Fora são os ramos têxtil e alimentício. A predominância destes setores não foge à regra em relação a outros importantes centros industriais do País naquele período, tais como Rio de Janeiro e São Paulo. Como vimos anteriormente, o surto de industrialização ocorrido no Brasil em fins do século XIX, e início do século XX, teve como principais ramos industriais justamente estes setores acima descritos, classificados como *bens de consumo assalariado*.

**TABELA 17****PRINCIPAIS FÁBRICAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUIZ DE FORA – 1925**

EMPRESAS	N. DE FUSOS	N. DE TEARES	N. OPERÁRIOS	VALOR/PROD.
Cia. St. Cruz	5.700	150	400	2.800:000\$000
Cia. M. Sarmiento	3.264	134	300	2.390:000\$000
Cia. Ind. Mineira	20.000	462	967	1.054:253\$000
Cia B. Mascarenhas	12.000	250	600	5.617:000\$000
Fáb. A. Meurer	4.000	220	350	2.451:000\$000

FONTE: Secretaria da Agricultura, Anuário Estatístico, Ano II (1922-1925), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. Apud. Andrade, S. M. B. V. op.cit. pg., 31.

Vejamos a participação do capital cafeeiro na formação dos empreendimentos que levaram a cidade de Juiz de Fora a diversificar sua estrutura urbana e a desenvolver sua indústria.

O capital cafeeiro atuou em vários setores empresariais de Juiz de Fora: na criação e modernização dos meios transporte rodo-ferroviário; na criação de bancos como o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e o Banco de Crédito Real; na criação e melhoria dos transportes urbanos; na construção civil/industrial; na indústria propriamente dita; no setor de energia elétrica no qual tem destaque a criação da Cia. Mineira de Eletricidade, e na prestação de serviços diversos, como escolas secundárias, hospitais, etc.

Vejamos a participação do capital cafeeiro na constituição desses empreendimentos industriais através da Tabela abaixo.

**TABELA 18**

**PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL CAFFEEIRO EM AÇÕES NAS PRINCIPAIS  
EMPRESAS DE JUIZ DE FORA – 1870/1929.**

<b>SETORES</b>	<b>EMPRESAS</b>
RODO-FERROVIÁRIO	? Cia. União & Indústria ? Cia. União Mineira ? Cia. Ramal do Rio Novo ? Cia. E. F. J. Fora - Piau
FINANCEIRO	? Banco Territorial Mercantil de M.G. ? Banco de Crédito Real de M.G.
TRANSPORTES URBANOS	? Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Pará ? Cia. Ferrocarril de Bondes de J. F.
ENERGIA ELÉTRICA	? Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	? Cia. Construtora Mineira
INDUSTRIAL	? Chimico Industrial Mineira ? Mecânica Mineira ? Fiação e Tecelagem Industrial Mineira ? Fiação e Tecelagem S. Vicente ? Cia. Laticínios de J. F.
DIVERSOS	? Soc. Progresso de J.F. ? Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos ? Academia de Comércio ? Cia. Mutação Comercial e Agrícola

FONTE: Inventários – Juiz de Fora – 1870/1929. Apud. Pires, A . op.cit. pg., 148.

Através dos dados fornecidos pela Tabela 18, podemos concordar com a afirmação de Anderson Pires, que analisa como a economia cafeeira foi imprescindível para o processo geral de diversificação urbano-industrial de Juiz de Fora e, assim, para a própria efetivação do processo de expansão capitalista, na forma em que se deu no âmbito da economia regional. Segundo ele, pela via específica do processo de reprodução econômica, o setor agroexportador foi fundamental para o surgimento e a expansão do setor urbano do “complexo” regional ao se constituir em um dos espaços fundamentais – mas não exclusivo – onde se efetivava o processo de realização dos produtos e serviços identificados com o universo urbano da economia. Por outro lado, o autor comenta que, estes mesmos produtos e serviços se tornam fundamentais para o próprio movimento de re-produção da atividade agroexportadora, chegando a desempenhar funções estratégicas nas fases críticas do ciclo cafeeiro<sup>90</sup>.

Dessa forma, estabelece-se nesta relação inter-setorial, no âmbito da economia regional, uma complementaridade recíproca que torna a presença do setor urbano-industrial impensável fora do contexto econômico em que estava inserido e no qual houve um predomínio visível da atividade agroexportadora – seja na determinação da renda e do capital, seja na definição da *natureza* da referida economia<sup>91</sup>.

Vejam os o papel do imigrante no surto de industrialização de Juiz de Fora. Sabemos de acordo com a Tabela 19, que algumas empresas fundadas em Juiz de Fora eram de iniciativas de imigrantes alemães e italianos. Entretanto, o mito do *self made man* não atingiu nem todos os imigrantes, nem tampouco a maioria deles. Vejam a seguinte Tabela abaixo contendo algumas das principais empresas organizadas por imigrantes em Juiz de Fora.

---

<sup>90</sup> Pires, A. J. op.cit. pp., 148/149.

<sup>91</sup> Ibid. pg., 149.

**TABELA 19****PRINCIPAIS EMPRESAS DE PROPRIETÁRIOS DE ORIGEM ESTRANGEIRA EM  
JUIZ DE FORA - 1914**

INDÚSTRIAS	ANO/FUNDAÇÃO	PROPRIETÁRIOS
Fiação e tecelagem de malha	1896	Antônio Meurer
Fáb. Ladrilhos e Telhas	1892	Pantaleone Arcuri & Spinelli
Curtume Krambeck	1877	Krambeck & Irmãos
Fab. St. Antônio	1908	Daruiche Massoud
Máquinas e Fundição	1874	George Grande
Fundição Kascher	1865	F. J. Kasher & Irmãos
Mecânica Central	1912	Otto & Irmão
Tecelagem de malha	1907	Carlos Stiebler
Cervejaria José Weiss	1879	José Weiss

FONTE: Andrade, S. M. B. V. op.cit.

Os imigrantes que vieram para Juiz de Fora podem ser analisados em dois momentos: o primeiro, quando da construção da Rodovia União & Indústria, em meados da década de 1850, prevaleceu o imigrante alemão<sup>92</sup>. No segundo, ao final do século XIX e início do século XX, devido a conjuntura econômica e política do período e o novo direcionamento da política imigratória do Império, que se voltava para a substituição do braço escravo, ingressaram imigrantes italianos predominantemente.

De acordo com Mônica Ribeiro, a partir da chegada dos alemães na cidade no ano de 1857, criou-se, apesar da vagarosa inserção dos imigrantes, um novo estímulo ao

<sup>92</sup> Além de arquitetos, engenheiros e artífices que vieram para auxiliar na construção da estrada, vieram também 1162 colonos alemães para a constituição de uma colônia agrícola, denominada D. Pedro II. Esta foi organizada por Mariano Procópio, cafeicultor que organizou a Cia União & Indústria. Segundo Mônica Ribeiro, a criação da colônia era para garantir mão-de-obra para a construção da rodovia, valorização da terra e consecução de recursos do governo para cobrir os déficits da Companhia. Oliveira, M. R. *Imigração e Industrialização: os Alemães e Italianos em Juiz de Fora – 1854/1920*. (Mestrado). Niterói: UFF, 1991. Capítulo II.

crescimento das funções urbanas de Juiz de Fora<sup>93</sup>. O crescimento urbano auxiliado pela construção da Rodovia União & Indústria, que transformou a cidade num entreposto comercial de grande vulto na região da Zona da Mata, abriu possibilidades de fixação dos imigrantes, através do comércio de gêneros, artigos artesanais, abertura de pequenas oficinas, bem como permitiu a produção de artigos através das oficinas domésticas. Um bom exemplo dessa dinâmica é a criação de cervejarias na cidade<sup>94</sup>.

### TABELA 20

#### CERVEJARIAS ALEMÃS EM JUIZ DE FORA

<b>NOME</b>	<b>FUNDADOR</b>	<b>DATA</b>
Fábrica S. Pedro	Sebastian Kunsz	1861
Fábrica Kremer	Augusto Kremer	1867
Cervejaria José Weiss	José Weiss	1879
Cervejaria Poço Rico	Martin Kascher, Francisco e Antônio Friesz	1881
Cervejaria Estrela	Guilherme Griese	-
Cervejaria Dois Leões	Carlos Stiebler	1894
Cervejaria Tapera	Cia Assibelo e Cia. Adquirida por Pedro Shubert	1894
Cervejaria Borboleta	Frederico Winter	1889

FONTE: Stehling, J. L. JUIZ DE FORA, A CIA. UNIÃO & INDÚSTRIA E OS ALEMÃES. ARQUIVO PERMANENTE DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. ENTREVISTAS COM DESCEDENTES. Apud, Oliveira, M. R. op.cit. pg., 80.

<sup>93</sup> Ibid. pg., 62.

<sup>94</sup> Ibid. pg., 68.

Alguns imigrantes, e seus descendentes que eram portadores de certas qualificações profissionais, apoiados por pequenos empréstimos familiares e algumas associações de capitais, libertaram-se da mera condição de assalariados e/ou agricultores, para assumirem funções mais rendosas, muitas vezes se transformando assim em empresários<sup>95</sup>.

Em síntese, a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento industrial e comercial da cidade de Juiz de Fora foi, principalmente, no fornecimento de mão-de-obra qualificada, dando origem às primeiras manufaturas, na criação de casas comerciais e oficinas, bem como na estruturação de um mercado de mão-de-obra<sup>96</sup>.

Vejamos a expansão do mercado. Acerca desta questão, Pires assinala que é a própria expansão dos serviços urbanos do município – ferrovias, sistema financeiro, telefonia, energia elétrica, etc. – que explica o impulso no surto de industrialização local. Entretanto, a ampliação da demanda interna que advém da reorganização do processo de trabalho no setor agroexportador – o núcleo fundamental da determinação da renda do sistema – fornecerá um suporte fundamental a tal surto<sup>97</sup>. Aliado aos mercados consumidores urbanos, a demanda gerada no setor agroexportador da região irá se constituir em um dos principais espaços – mas, não o único – de realização da produção industrial de Juiz de Fora<sup>98</sup>.

Os mercados de outras regiões de Minas e de outros estados como o Rio de Janeiro e em menor vulto, o de São Paulo, irão assumir um papel importante, mas limitado, como consumidores de produtos da indústria juiz-forana. Isto posto, os fatores que explicam este limitado consumo estão, principalmente, na descentralização da indústria em Minas Gerais, na capacidade industrial fluminense – no período a economia mais industrializada do País – nos altos preços dos fretes, na precariedade do sistema de transportes e comunicações, tudo isso gerando uma espécie de proteção natural aos mercados consumidores de produtos manufaturados – que assumem uma feição nitidamente regionalizada até aproximadamente 1930 – e favorecendo a dispersão da indústria, exigindo uma competição da produção industrial com outros centros de produtores<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> Ibid. pg., 81.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> Pires, A. op.cit. pg., 131.

<sup>98</sup> Ibid. pp., 131/132.

<sup>99</sup> Ibid. pg., 132.

**TABELA 21****MERCADO CONSUMIDOR DE ALGUNS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DE  
JUIZ DE FORA – 1914**

EMPRESA	PRODUTOS FABRICADOS	MERCADO CONSUMIDOR		
		MG	RJ	OUTROS
Cervejaria José Weiss	Bebidas	X	-	-
Cervejaria Poço Rico	Bebidas	X	X	-
Curtume Krambeck	Couros	X	X *	-
Emp. Laticínios Brasil	Leite e derivados	X	X	-
J. R. Ladeira & Cia.	Laticínios, Baldes, Estamparia e Artigos Diversos	X	X	Todo País
Estabelecimento Industrial	Bebidas, Massas, Calçados	-	X	-
Fund. Francisco Grande	Máquinas: Lavoura e Indústria	X	X	-
Fundição Kascher	Máquinas, serraria, serralharia, ferraria, carpintaria	-	X	São Paulo
Litogr. Estamp. Mineira	Folha de Flandres, Latas	X	X	-
Mecânica Central	Máquina para Lavoura	X	X	São Paulo
Comp. Fabril J. Fora S/A	Calçados e Chinelos	X	X	Goiás

FONTE: Esteves, A . O . ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915. P. 281-287. Apud. Giroletti, D. op.cit. pg., 107.

\* O Curtume Krambeck vendia a maior parte de seu produto através de sua filial localizada no Rio de Janeiro.

**TABELA 22****PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA EM RELAÇÃO AO ESTADO DE MINAS E A ZONA DA MATA – 1907**

	<b>M. GERAIS</b>	<b>Z. MATA</b>	<b>J. FORA</b>	<b>% MG</b>	<b>% ZM</b>
N. ESTAB.	524	192	43	8,20	22,34
CAPITAL*	26.515	10.459	5.859	22,09	56,01
N. OPER.	9.421	2.997	1.516	16,09	50,58
PRODUÇÃO	32.444	14.070	8.341	25,86	59,28
CAP/EST.*	53	54,47	136,25	+157	+150
OPER/EST*	18	15,60	35,25	+96	+125
PROD/EST*	62	73,28	193,27	+213	+164

FONTE: O BRASIL, SUAS RIQUEZAS NATURAIS, SUAS INDÚSTRIAS. Rio de Janeiro, M. Osaso e Cia., 1909. Apud. Lima, J. H. op.cit. pg., 96-100. Tabela XVIII. Apud. Pires, A . op.cit. pg., 133.

\* em contos.

**TABELA 23****ALGUNS INDICADORES DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA EM RELAÇÃO A OUTROS NÚCLEOS INDUSTRIAIS DO PAÍS – 1907**

	<b>DIST. FED.</b>	<b>S. PAULO</b>	<b>R. JANEIRO</b>	<b>J. DE FORA</b>
CAP./ESTAB*	254	393	413	136,25
OPER./ESTAB*	52,6	74,2	69,8	35,25
PROD./ESTAB*	334	362	270	193,97

FONTE: Pires, A . op.cit. pg., 134.

\* em contos.

A importância do mercado regional para o surto de industrialização de Juiz de Fora foi significativa. No entanto, se por um lado este mercado constituiu-se em um importante pressuposto para a própria efetivação do processo, por outro se colocou como um de seus principais condicionantes, impondo em grande parte limites à diversificação e a maior envergadura da estrutura industrial que resultou dele<sup>100</sup>.

De acordo com as Tabelas 21, 22 e 23, acima, a participação da indústria de Juiz de Fora no contexto da região da Zona da Mata, do Estado de Minas Gerais e frente a outros núcleos industriais do País, no início do século XX, é muito esclarecedora, no que se refere à capacidade e aos limites econômicos da região e, também da divisão inter-regional do trabalho em que se inseriu a estrutura produtiva da cidade.

A partir da Tabela 22, podemos perceber o predomínio da indústria juiz-forana, tanto em relação a Zona da Mata como ao Estado de Minas Gerais. Juiz de Fora, como consta na referida Tabela, detinha 22,09% do capital, 16,09% do número de operários e 25,86% do valor da produção do Estado. A cidade se constituiu naquele momento no principal centro industrial de Minas Gerais. Em relação à Região da Mata, estes valores, respectivamente, 56,01% (capital), 50,58% (operários) e 59,28% (produção), demonstram uma enorme concentração industrial no município, reafirmando a condição deste como centro urbano por excelência da região<sup>101</sup>.

Em suma, o surto de industrialização ocorrido em Juiz de Fora, constituiu um processo singularmente intenso no contexto mineiro, o que, pelo menos indiretamente, se relacionava com o fato da região a qual o município servia como referência ser aquela que possuía a economia mais dinâmica de todo o Estado de Minas Gerais até as três primeiras décadas do século XX<sup>102</sup>.

Todavia, se compararmos o parque industrial de Juiz de Fora com outros centros industriais do País como Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal, naquele mesmo momento, conforme a Tabela 23, veremos que o setor industrial juiz-forano, se revela significativamente menor do que aqueles centros citados, levando-nos a concluir que o

---

<sup>100</sup> Ibid. pg., 132.

<sup>101</sup> Para mais informações ver: Pires, A . J. op.cit. Capítulo 4. Para várias informações sobre a industrialização de Juiz de Fora, ver: Lima, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Petrópolis: Vozes, 1981, Capítulo II. Também Giroletti, D. op.cit.

<sup>102</sup> Pires, A . op.cit. pg.,133.

surto de industrialização local foi limitado, periférico tanto pela média de capital quanto pelo número de operários, bem como o valor da produção por estabelecimento.

Assim, concluímos que:

*“Vinculada tanto pela via da formação de capital quanto pela de mercado de realização da produção, a uma cafeicultura que manteve um comportamento sensivelmente dinâmico (...), a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país. Estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização cuja fragilidade é um reflexo da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período posterior a 1930, quando paralelamente à constituição de um mercado nacional – que vai corresponder a uma invasão e ocupação de um de seus espaços básicos de realização econômica – sofre um processo irreversível de estagnação e decadência”<sup>103</sup>.*

Por fim, discutiremos o declínio da indústria de Juiz de Fora a partir dos anos de 1930. Podemos destacar aqui quatro fatores infra-estruturais que se transformaram em fortes pontos de estrangulamento no desenvolvimento industrial da cidade: abastecimento de água, transportes, comunicação e energia elétrica<sup>104</sup>. É interessante observar que, são justamente esses fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial da cidade entre o último quartel do século XIX e o início do século XX. Todavia, estes não conseguiram acompanhar o ritmo de desenvolvimento ocorrido em outras regiões do País, e mesmo em Minas, fazendo com que Juiz de Fora ingressasse em um processo de estagnação.

Outro fator importante que devemos destacar aqui, é a dependência sofrida pela indústria juiz-forana. Para Maria Carlota de Souza Paula esta dependência se manifestava de duas formas: em primeiro lugar, devido a suas ligações externas, como a indústria brasileira de um modo geral, importando toda a tecnologia de que dependia; importava

---

<sup>103</sup> Ibid. pg., 134.

<sup>104</sup> Paula, M. C. S. *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1976. pg., 112. A respeito do fator energia elétrica, foi em Juiz de Fora onde se inaugurou a primeira Usina Hidrelétrica da América Latina, resultado da iniciativa do industrial Bernardo Mascarenhas. A Usina foi inaugurada em 1889 e conseguiu suprir a cidade de energia elétrica com folga até o início da década de 1920, quando o crescimento demográfico e econômico superou-a.

também matérias-primas inexistentes ou de difícil acesso no Brasil, e outros insumos básicos que necessitassem de alguma forma de processamento (importava máquinas, amianto, anilina, por exemplo).

Em segundo lugar, há que se destacar a dependência com os grandes centros internos, principalmente, o Rio de Janeiro. Esta dependência se manifestava ou na compra de produtos acabados que deveriam ser importados, ou na aquisição de matérias-primas, ou na comercialização do seu próprio produto, além de suas principais indústrias viverem em função destes mercados centrais. A dependência assume singular importância na medida em que determinou algumas características de Juiz de Fora como centro industrial. Acima de tudo, condicionou o relacionamento posterior deste centro com a área dinâmica, contribuindo, inclusive, para a crise de sua indústria<sup>105</sup>.

As condições do surto de industrialização brasileiro e as desvantagens internas de Juiz de Fora, no início do século XX, determinaram sua dependência direta ou indiretamente, com relação aos grandes centros, em especial ao Rio de Janeiro. A importação de máquinas, ou de qualquer outra mercadoria destinada a sua indústria, era feita através daquele porto; a própria compra, muitas vezes, era realizada por intermédio de casas importadoras ou representantes comerciais ali sediados<sup>106</sup>.

Com isso, há que se destacar três problemas: em primeiro lugar, a transação comercial propriamente dita era muito mais fácil para as indústrias cariocas e paulistas; em segundo, os lucros auferidos daquelas transações ficavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo, sendo, provavelmente, reinvestidos; por último, os custos das importações ficavam bem mais elevados para as firmas de Juiz de Fora do que para as empresas dos dois grandes centros citados. Não podemos deixar de acrescentar ainda que as inovações tecnológicas chegavam mais rapidamente às indústrias do Rio e de São Paulo, proporcionando-lhes vantagens diferenciais em termos de produção<sup>107</sup>.

Além dos fatores colocados acima, seja os de ordem estrutural, seja os de ordem de dependência e concorrência com outros mercados, temos que acrescentar uma breve avaliação da conjuntura político-econômica pós-revolução de 1930, que ensejará o novo

---

<sup>105</sup> Ibid. pg., 67.

<sup>106</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>107</sup> Quando as fábricas do interior procuravam se modernizar, as indústrias desses grandes centros já se haviam antecipado, colocando-se em posição vantajosa para eventual concorrência. Ibid. pg., 70.

modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil, estimulando o crescimento industrial (principalmente indústrias de bens de produção) e que trará conseqüências irreversíveis para Minas Gerais.

Ou seja, a partir dos anos de 1940, haverá uma progressiva concentração industrial em Belo Horizonte e sua transformação no principal pólo industrial do Estado. Vários fatores contribuirão para isto, entre os quais, a integração do mercado nacional que vinha se estruturando na década de 1930, com a liderança da indústria paulista<sup>108</sup> e que induzirá a Minas Gerais a se especializar na produção de bens intermediários, e a orientação industrialista de que se revestirá o governo mineiro, fruto é claro, de uma orientação ainda maior que é a política econômica do governo central, a qual acrescida à necessidade cada vez mais premente da integração estadual, levará à criação da cidade industrial de Contagem, contígua a Belo Horizonte, para onde passarão a se dirigir os grandes interesses estaduais<sup>109</sup>.

A industrialização de Belo Horizonte e o deslocamento do centro dinâmico da economia mineira pós-30, será discutida a seguir. Por enquanto nos ateremos ao declínio da indústria juiz-forana.

Ora, desde as primeiras iniciativas, Juiz de Fora se especializou na produção de bens de consumo assalariado, sobretudo de indústrias têxteis e de alimentação. Nos primeiros momentos isso foi condizente com as características do surto de industrialização brasileiro de então. Entretanto, a cidade deve ser avaliada sob o ponto de vista de sua incapacidade para diversificar o setor industrial, o que se tornou um dos requisitos essenciais para a continuidade do crescimento dos centros industriais existentes<sup>110</sup>. O retrocesso econômico ocorrido na indústria juiz-forana, bem como na Zona da Mata, está ligado, principalmente,

---

<sup>108</sup> Segundo Wilson Cano, a integração do mercado nacional se deu em dois momentos: o primeiro, que se estende da Crise de 1929 à segunda metade da década de 1950, a industrialização se encontrava restringida e a articulação inter-regional, a conquista e o alargamento dos mercados se deu via comércio de mercadorias; o segundo, que se estende do período 1956/1962 em diante, sob as determinações da industrialização pesada, a integração do mercado nacional se processou via acumulação de capital. Cano, W. *Desequilíbrios...* op.cit. Ver também Brandão, C. A. *Uma História da Longa Construção da Unidade Nacional: Notas sobre a Natureza da Formação e Integração do Mercado Nacional*. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5 Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE, São Paulo: FEA/USP, 2001.

<sup>109</sup> Entre os anos de 1935 a 1941, Belo Horizonte começa a suplantiar Juiz de Fora, que perde sua primazia industrial no Estado. Embora inicialmente as diferenças fossem pequenas, o crescimento da hegemonia da capital assume um ritmo acelerado. Com os poderes públicos empenhados em fazer da capital um verdadeiro centro industrial, além de outros fatores, Belo Horizonte foi-se afirmando e polarizando praticamente todo o crescimento industrial mineiro. Paula, M. C. S, op.cit. pp., 80-85.

<sup>110</sup> Ibid. pg., 90.

a dispersão demográfica da região, somando-se a isto a situação precária dos meios de comunicação e de transportes<sup>111</sup>, e acima de tudo, o baixo poder aquisitivo da maioria de sua população.

Por fim, Maria Carlota de Souza Paula lança uma hipótese muito plausível que também ajuda a explicar a estagnação industrial de Juiz de Fora, isto é, a falta de representação política da cidade em relação ao governo estadual. Segundo ela, interpreta-se a marginalização de Juiz de Fora, dentro do Estado, como decorrência direto dos esforços de dinamização e concentração industrial na capital e na Zona Metalúrgica, o que exigia excessiva concentração dos recursos estaduais. Entretanto, estes recursos não foram totalmente concentrados, nem o Estado de Minas “parou” devido àquela política. É certo que durante muito tempo diversas regiões foram deixadas à margem, porém, a despeito disso, o governo atendeu também a serviços regionais. Sendo poucos os recursos restantes para este fim, sua alocação deve ter se dado conforme critérios de “prioridade”, dentre as quais não podemos descartar os vínculos políticos regionais e as pressões dos grupos representados. Neste ponto, é que se investe contra a incapacidade da representação de Juiz de Fora no processo político estadual<sup>112</sup>.

Digo que a hipótese de Maria Carlota de Souza Paula é plausível, pois com a criação da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), em 1933<sup>113</sup>, o grupo industrial que participará como força social, dotado de recursos organizacionais próprios, nos debates a respeito do rumo a ser tomado pela economia nacional, bem como a mineira, estará ligado ao setor metalúrgico, que está estabelecido na capital e na Zona Metalúrgica do Estado<sup>114</sup>. Será este grupo que estará à frente do desenvolvimento industrial de Minas, no final dos anos de 1940 e início dos anos 1950, quando o Estado iniciará o seu projeto de recuperação econômica, que diga-se de passagem, será lançado por Américo

---

<sup>111</sup> Acerca dos transportes, como vimos, a Zona da Mata, embora tenha se iniciado na era de transportes modernos, logo que estes chegaram a se desenvolver no Brasil, adiantando-se a muitas outras regiões de Minas Gerais, não contou com o seu desenvolvimento posterior satisfatório. Juiz de Fora deixou de se beneficiar de um sistema viário, que lhe poderia trazer vantagens diferenciais, na forma de economias externas, cuja ausência é um dos mais sérios entraves à industrialização. Ibid. pg., 123.

<sup>112</sup> Ibid. pp., 136/137.

<sup>113</sup> Até a fundação da FIEMG, o único órgão de classe que defendia os interesses dos industriais, em Minas Gerais, era o Centro Industrial de Juiz de Fora. Contudo, este era de caráter regional, não atendendo aos interesses dos industriais de todo o Estado. Tendo uma participação pouco expressiva na condução de políticas industriais no Estado de Minas, durante o período estudado.

<sup>114</sup> A este respeito ver: Delgado, I. G. *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, pg., 58.

Gianetti, um dos principais líderes dos industriais mineiros ligado ao setor metalúrgico, quando de sua passagem pela Secretaria de Agricultura no governo Milton Campos (1947-1951)<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> Ibid. pg., 87.

### 5.3 – O DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO E A INDÚSTRIA MINEIRA NOS ANOS DE 1940 E 1950

O deslocamento do eixo dinâmico da economia mineira da Zona da Mata para a Zona Metalúrgica, inicia-se a partir da década de 1920, quando se dá a expansão do setor metalúrgico naquela região. Neste período a capital, Belo Horizonte, começa a exercer o papel de integração econômica. É claro, que nesse primeiro momento, este se deu de forma limitada, não abrangendo todo o Estado, apenas as zonas menos desenvolvidas do centro para o norte, que passaram a ser ainda que de forma incipiente, polarizadas pela capital mineira<sup>116</sup>.

Antes de aprofundarmos esta questão, acerca do desenvolvimento industrial da Zona Metalúrgica, faremos uma breve análise da transferência da capital do Estado de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Esta se deu através de um acordo quase unânime em torno da conveniência de erigir um novo centro político, ainda que a sua localização tenha sido alvo de muita controvérsia<sup>117</sup>.

Se Ouro Preto fora elevada à sede do governo mineiro quando polarizava o ciclo da mineração, o esgotamento deste gerou um novo quadro: a área central entrou em declínio enquanto as Zonas da Mata e Sul adquiriram crescente importância econômica, populacional e política. À medida que isso ocorria, o centro político-administrativo se dissociava das zonas dinâmicas da economia mineira, o que motivava às elites destas regiões reivindicarem uma solução para o problema, transferindo-se de preferência a capital para a porção sul do estado. Tal opção, contudo, não era endossada pelos ainda poderosos políticos da área central – a chamada Zona Metalúrgica – nem pelos do norte do Estado<sup>118</sup>.

Paralelamente, havia outro móvel no impulso mudancista, ou seja, a fundação de uma nova capital era encarada por seus defensores como símbolo da inserção de Minas em

---

<sup>116</sup> A respeito deste assunto ver: Dulci, O . S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pg., 42.

<sup>117</sup> Ibid. pg., 40.

<sup>118</sup> Ibid. Ibidem.

uma nova fase de progresso. E, sob esse aspecto, as lideranças de todas as zonas estavam de acordo, com exceção de uma parcela minoritária de fiéis à tradição de Ouro Preto, cuja posição de resistência, nas palavras de Dulci, aparecia como reacionária, inadaptada aos novos ventos republicanos.

A escolha do local constituiu-se, afinal, numa obra de equilíbrio político, pela qual os conservadores renitentes foram vencidos sem que, entretanto, a capital fosse deslocada para as zonas economicamente dinâmicas. O arranjo obtido visava conciliar tradição e modernidade. Isto é, o governo continuaria sediado na área central, relativamente próximo a Ouro Preto, estabelecendo um elo com o passado e com as origens da região mineira. Esta localização poderia convir, além do mais, às diversas partes do Estado, sendo justificada pelos seus adeptos, como o mais adequado traço de união para um território tão heterogêneo como o de Minas Gerais. O elemento modernizante, por sua vez, residia na decisão de fundar uma cidade planejada segundo as concepções urbanísticas que refletiam a visão de progresso das elites brasileiras na virada do século (Dulci, 1999: pp., 40/41).

Sob o ponto de vista do dirigismo, Dulci analisa que a questão da mudança da capital apresenta duplo interesse. Em primeiro lugar, foi um projeto decidido e executado na órbita estatal, ou seja, por razões de Estado. Era uma iniciativa eminentemente política, que procurava a modernização de cima para baixo, representando ao mesmo tempo, uma experiência relativamente ousada, para os padrões da região e da época, de planejamento público. E, neste sentido, afastava-se significativamente da ortodoxia liberal então professada pelos grupos dirigentes, em Minas, como em quase em todo o País. Em segundo lugar, o projeto estava claramente associados as metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro”. E, além disto, esperava-se que a iniciativa da mudança contribuísse firmemente para colocar Minas Gerais na trilha do progresso<sup>119</sup>.

Assim foi fundada a Cidade de Minas, depois chamada de Belo Horizonte, a nova capital do Estado de Minas Gerais. Como vimos, a partir dos anos de 1920, a capital começa a exercer o papel de integração econômica. Todavia, esta encaminhar-se-á por uma trajetória bem diversa daquela originalmente prevista de centro aglutinador da economia estadual. Segundo Otávio Dulci,

---

<sup>119</sup> Ibid. pg., 41.

*“talvez irrealista, esta meta não chegou a ser alcançada num primeiro momento, quando seria mais lógico, e só adquiriu alguma visibilidade quando deixou de fazer sentido”<sup>120</sup>.*

Com efeito, a concepção de um sistema econômico regional mais ou menos autárquico, que se buscava constituir na época da mudança da capital, era coerente com a realidade da economia brasileira na passagem do século. Não havia, então, um mercado verdadeiramente nacional, mas mercados locais, no máximo regionais, abastecidos por produção própria e por importações de outros países. Quando finalmente, Belo Horizonte atingiu certa centralidade econômica, os rumos da economia brasileira já eram outros. O mercado se nacionalizava de forma crescente, processo que foi acelerado pelas crises externas como a Primeira Guerra, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra. Delineava-se, por aí, uma divisão inter-regional do trabalho, que vinculava a Zona Metalúrgica mineira à estrutura industrial do País como área especializada na produção de bens intermediários, como ferro-gusa, aço, cimento etc.<sup>121</sup>.

O crescimento da indústria derivada de recursos naturais, bem como o crescimento do pólo econômico-administrativo da capital Belo Horizonte, irá levar a um processo de concentração industrial na Zona Metalúrgica do Estado. Com isso, os dois aspectos citados acima se constituíram nos principais determinantes das orientações políticas estaduais, em vistas das alternativas que se lhes apresentavam no processo de desenvolvimento nacional<sup>122</sup>.

Quanto ao desenvolvimento da indústria metalúrgica, embora não fosse diretamente vinculada aos esforços de integração regional, contribuiu para acelerá-la, pois, coincidentemente, a capital se localizava na região detentora das grandes jazidas de minério de ferro. Desta forma, reforçou a concentração de recursos e atenções do governo estadual

---

<sup>120</sup> Ibid. pp., 42/43.

<sup>121</sup> Ibid. pg., 43. O percentual da siderurgia mineira na produção nacional aumentou em muito, no período da Segunda Guerra. Entretanto, decaiu um pouco no período seguinte. Para Fernando Nogueira da Costa, Minas, que produzia em torno de 90% do ferro-gusa brasileiro, 60% do aço e mais da metade dos laminados nessa época, tem sua significação no contexto siderúrgico nacional diminuída no pós-guerra, em virtude da instalação Cia. Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (RJ), em pleno funcionamento em 1946. Costa, F. N. *Bancos em Minas Gerais – 1889/1964*. (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1978, pg., 131.

naquela região, desfavorecendo muitas outras, mesmo que isto se tenha dado somente pela não-redistribuição de recursos e sem objetivo explícito de prejudicar alguma zona em especial, como bem ponderou Maria Carlota S. de Paula<sup>123</sup>.

Entre os anos de 1930 a 1947<sup>124</sup> (ver Tabela 24), ocorrerá uma ampliação do complexo industrial mineiro. Os motivos desta se dá de modo especial através da expansão da Belgo-Mineira, com a usina de João Monlevade, da ACESITA, além da Vale do Rio Doce<sup>125</sup>. A expansão destas empresas está também relacionada com os impactos da Segunda Guerra Mundial. Segundo Diniz, em razão deste conflito, alguns importantes projetos na área de mineração e metalurgia foram definidos para Minas Gerais no início dos anos de 1940. O problema da exportação de minério de ferro passou a ser prioritário para as potências bélicas aliadas, isto é, os Estados Unidos e a Inglaterra, daí decorrendo os chamados “Acordos de Washington” e a conseqüente criação da Cia. Vale do Rio Doce<sup>126</sup>.

---

<sup>122</sup> Paula, M. C. S. op.cit. pg., 148. Sobre as políticas econômicas do governo mineiro, iremos abordá-las na parte seguinte da pesquisa.

<sup>123</sup> Ibid. pp., 148/149.

<sup>124</sup> Segundo os dados encontrados no estudo de Clélio Campolina Diniz, em 1947 a produção industrial da Zona Metalúrgica ultrapassa a produção industrial da Zona da Mata. Esta detinha 35,6% do valor da produção industrial de Minas em 1920, em 1947 este valor cai para 20%. Enquanto que a Zona Metalúrgica aumenta de 32,0% em 1920 para 44,7% em 1947. Diniz, C. C. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981, pg., 31.

<sup>125</sup> A respeito da Belgo-Mineira, vimos no capítulo anterior que esta Cia. foi importante para ampliação da incipiente indústria do aço no Brasil. Para Fernando Nogueira da Costa, a partir de 1940, a Belgo-Mineira tornar-se-á a maior siderúrgica integrada da América Latina, bem como a maior indústria siderúrgica integrada a carvão vegetal do mundo. Segundo o autor, a expansão da Belgo-Mineira foi a principal responsável pelo crescimento da indústria siderúrgica brasileira. Costa, F. N. op.cit. pg., 131.

<sup>126</sup> Diniz, C. C. op.cit. pg., 55. A análise que a Segunda Guerra beneficiou a expansão da indústria de mineração e metalurgia em Minas, também é endossada por Fernando Nogueira da Costa. Para ele, a expansão da indústria extrativa mineral, com a produção da mica, do cristal e do minério de ferro, irão dar um salto produtivo, principalmente, com a inauguração da Cia Vale do Rio Doce, em 1942. Também a siderurgia e a produção de minerais não-metálicos, como o carbureto, os refratários e o cimento, irão impulsionar o desenvolvimento industrial do estado. Costa, F. N. op.cit. pg., 131.

**TABELA 24****ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL EM BELO HORIZONTE, JUIZ DE FORA E MINAS  
GERAIS – 1947**

	N. de Estabelecimentos	Capital Milhões/Cr\$	Operários	Motores	Potência
Juiz de Fora	463	227	12.451	1.993	11.950
Belo Horizonte	1.290	315	16.134	3.027	11.732
Minas Gerais	12.218	2.200	106.189	16.983	151.637

FONTE: DEE, Boletim 1949. Apud. Paula, M. C. S. op.cit. pg., 179.

A partir da segunda metade dos anos de 1950, com a implementação do Plano de Metas da gestão presidencial de Juscelino Kubtschek (1956-1960), quando o País entra numa nova fase em seu padrão de acumulação passando de uma “industrialização restringida” para uma “industrialização pesada”, Minas eleva sua posição no curso do desenvolvimento nacional. Neste período ocorre também uma transição no movimento de integração do mercado nacional que, via integração sob a dominação do mercado de *commodities*, passa, a partir daquele momento, a se integrar na acumulação de capital. Estabelecem-se os determinantes da acumulação à escala nacional e procede-se ao transplante do capital produtivo, entre as regiões, na direção da periferia, via integração produtiva, transformando totalmente o padrão de dominação do mercado nacional e as relações centro-periferia dentro do País<sup>127</sup>. Em Minas Gerais, ocorreu um maior grau de desenvolvimento na exploração dos recursos naturais do Estado, a fim de suprir as necessidades das indústrias mecânicas, metalúrgicas e siderúrgicas, beneficiadas pela fase do desenvolvimento industrial brasileiro.

<sup>127</sup> Brandão, C. A . op.cit. pg., 12. Também Cano, W. *Desequilíbrios...* op.cit.

As indústrias citadas acima passaram a requisitar em grande quantidade o produto que Minas estava apta a oferecer ao pólo desenvolvido, e foi através deste segmento de seu parque industrial que o Estado se integrou ao processo de industrialização brasileiro das décadas de 1950 e 1960.

Entre 1949 e 1960, a participação dos minerais não-metálicos e da siderurgia, no produto industrial do Estado, salta de 27,7% para 40%, sendo que o crescimento interno da metalurgia foi de, 231%, dos minerais não-metálicos, 368,4% e da extração mineral, 269%<sup>128</sup>.

Como projeção do desenvolvimento dos anos de 1920, destacam-se, neste período, a siderurgia e a indústria de cimento (ver Tabela 25), dirigidas, de modo especial, para o atendimento dos pólos dinâmicos da economia nacional. Esta expansão não se estendia a outros segmentos. Malgrado as altas taxas acima, a taxa global do crescimento foi de 147,4%. Esta, aparentemente elevada, não foi suficiente para manter o nível de participação de Minas no produto industrial brasileiro<sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> Paula, M. C. S. op.cit. pg., 151.

<sup>129</sup> Ibid. Ibidem.

**TABELA 25****BRASIL E MINAS GERAIS: PRODUÇÃO DE AÇO E CIMENTO PORTLAND –  
1950/1960 (EM TONELADAS)**

ANOS	PRODUÇÃO DE AÇO			PRODUÇÃO DE CIMENTO		
	BR	MG	%	BR	MG	%
1950	788.557	170.262	21,6	1.385.797	211.228	15,2
1951	842.877	183.402	21,7	1.455.775	235.845	16,2
1952	893.329	207.767	23,2	1.610.992	-	-
1953	1.016.299	225.707	22,2	2.030.418	268.948	13,3
1954	1.148.322	259.127	22,6	2.476.995	300.639	12,1
1955	1.162.466	244.795	21,0	2.720.272	420.659	15,5
1956	1.375.405	270.597	19,7	3.245.482	692.760	21,4
1957	1.299.236	274.432	21,1	3.376.096	701.414	20,8
1958	1.362.179	332.514	24,4	3.769.158	728.230	19,3
1959	1.608.202	499.244	31,0	3.822.069	800.292	20,9
1960	1.843.019	587.152	31,9	4.442.566	1.055.638	23,8

FONTE: IBGE – Anuário Estatístico, 1952, 1954, 1956, 1959, 1962. Apud. Diniz, C. C. op.cit. pg., 91.

Enquanto a mineração se desenvolvia a passos largos, servindo à indústria do pólo nacional ou ao comércio externo, outros segmentos da indústria mineira que dependiam daqueles mercados sofriam efeitos contrários, embora provenientes da mesma situação estrutural.

As indústrias paulista e carioca de bens intermediários e de capital requisitavam a matéria-prima da Zona Metalúrgica, contribuindo para o desenvolvimento daquela região e da exploração de seus recursos naturais; enquanto isso, outros segmentos da indústria central, produtores de bens de consumo, procuravam expandir seus mercados na direção das áreas menos desenvolvidas, e, portanto pressionando a indústria do interior. Entre estes casos incluem-se as indústrias tradicionais, ou seja, alimentos e têxtil, seriamente afetadas

pela integração do mercado nacional. Suas congêneres centrais tendo dominado o mercado do pólo dinâmico e estando suficientemente fortalecidas, passaram a buscar mercados mais distantes, em detrimento das fábricas regionais. Nesse jogo, as maiores desvantagens sobravam para as regiões menos favorecidas e mais próximas ao pólo nacional centralizador. Eram mais rápida e profundamente atingidas<sup>130</sup>.

Enquanto a Zona Metalúrgica desenvolvia sua indústria, mesmo que dependente e complementar, a Zona da Mata e Juiz de Fora eram, cada vez mais invadidas pelos bens de consumo e produtos acabados do Rio de Janeiro e São Paulo. Juiz de Fora não tinha disponibilidade recursos naturais disputados pelo pólo dinâmico; ao contrário, era um centro produtor de bens de consumo, competitivos com os produtos advindos desses centros industriais. Sendo bastante próxima daqueles pólos, com empresas menores e menos dotadas, seu parque industrial sofreu intensamente os efeitos negativos da expansão da indústria central. A própria complementaridade da Zona Metalúrgica auxiliava a entrada dos produtos centrais. Contudo, Minas Gerais, ao integrar-se no mercado nacional, teve que abrir seus mercados regionais. Dessa forma, esta integração proporcionaria *efeitos de estímulo*, como aconteceu no caso da indústria de bens intermediários, alocada na Zona Metalúrgica e, *efeitos de inibição ou bloqueio*, como se demonstrou no caso do declínio da indústria de Juiz de Fora e da Zona da Mata<sup>131</sup>.

Ao mesmo tempo em que os mercados regionais mineiros eram disputados pelas indústrias paulistas e cariocas, o governo mineiro criou e incentivou a formação, na Zona Metalúrgica, de um mercado regional diretamente ligado a Belo Horizonte. Em que pese a capital nunca lograr ligar as diversas “Minas”, este empreendimento prejudicou, em grande parte, as economias regionais mineiras, principalmente a da Zona da Mata, em particular a de Juiz de Fora. Vejamos na Tabela abaixo a participação de Juiz de Fora e Belo Horizonte na produção industrial mineira, em 1947.

---

<sup>130</sup> Ibid. pg., 152.

<sup>131</sup> Sobre os efeitos de estímulos e de inibição consultar: Cano, W. *Desequilíbrios...*op.cit.

**TABELA 26****PARTICIPAÇÃO DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL( % ) DE MINAS GERAIS – 1947**

	Banha/Kg	Bebidas/Lit.	Laticínios/Kg	Meias e Fios/ Unidades	Tecidos/Mt	Artefatos de Tecidos
Juiz de Fora	3,18	7,32	3,26	95,12	10,33	5,47
Belo Horiz.	34,73	62,39	10,68	0,0	11,47	66,59
Minas Gerais	100	100	100	100	100	100

FONTE: DEE, Boletim 1949. Apud. Paula, M C. S. op.cit. pg., 179.

A importância do mercado que se criou na Zona Metalúrgica foi fundamental para o sucesso da indústria de bens de consumo da capital e da cidade industrial<sup>132</sup>. Não obstante os esforços do governo mineiro para sua formação, os industriais, nos primeiros tempos, desanimavam-se perante o exíguo mercado e as dificuldades de transportes para o grandes centros brasileiros. Entretanto, com o desenvolvimento da metalurgia, possibilitou-se o crescimento e o fortalecimento das indústrias de bens de consumo da capital, através do crescimento populacional naquela região<sup>133</sup>. Ocorreu na região central do Estado um processo de concentração industrial.

<sup>132</sup> A Cidade Industrial de Contagem, lançada em 1940 e inaugurada em 1946, foi nas palavras de Clélio Campolina Diniz, a primeira experiência brasileira de montagem de cidade industrial. De acordo como o autor, o governo mineiro assimilou o debate sobre planejamento, que se travava em nível nacional no período, e elaborou em seu plano de governo este projeto, com o fito de que a industrialização era a única saída para superar o atraso econômico mineiro. Contagem só foi inaugurada em 1946, como está descrito acima, devido a lentidão das obras, reflexos da crise dos anos de guerra. Diniz, C. C. op.cit. pp. 17 e 61.

<sup>133</sup> Paula, M. C. S. op.cit. pg., 154.

Vejamos os dados sobre o crescimento dos estabelecimentos industriais na Cidade Industrial de Contagem:

**TABELA 27**

**EVOLUÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CONTAGEM – 1947/1960**

ANOS	N. DE INDÚSTRIAS	N. DE OPERÁRIOS
1947	10	1.000
1950	16	1.268
1952	21	2.850
1954	-	3.609
1957	38	7.614
1958	56	9.768
1959	66	10.232
1960	82	14.863

FONTE: BDMG. Projeto “Cinco”, Cidade Industrial, Estudo de Viabilidade, 1968, mimeografado (Estudo de Viabilidade para a Expansão da Cidade Industrial de Contagem). Apud. Diniz, C. C. op.cit. pg., 88.

Ao contrário do que se deu em outras regiões de Minas, a base do mercado formado na Zona Metalúrgica se constituiu sólida, devido, acima de tudo, ao próprio emprego industrial, no qual as atividades estavam altamente concentradas na mineração, metalurgia e siderurgia. Isto possibilitou que Belo Horizonte polarizasse este mercado, devido à proximidade e à facilidade de comunicação e de transporte, já que esta capital se encontrava numa posição geográfica privilegiada, tornando-se o centro dinâmico do Estado.

Com a expansão acelerada do desenvolvimento das indústrias de mineração e siderurgia ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, acelerou-se ainda mais a concentração industrial na Zona Metalúrgica, levando o governo mineiro a priorizar os seus recursos nesta região. A partir daí, incentivar-se-á, cada vez mais, o desenvolvimento deste setor industrial, donde surgirão empresas como USIMINAS, MANNESMAN, e muitas outras, além da ampliação das empresas mais antigas como a Belgo-Mineira, a Vale do Rio Doce e

a ACESITA. Sem dúvida nenhuma, o setor de bens intermediários, tornou-se o grande segmento da indústria mineira, contribuindo com o alto percentual do valor de produção, vendas e empregos existentes no Estado. Vejamos a Tabela abaixo, acerca da produção siderúrgica mineira.

**TABELA 28**

**OS PRINCIPAIS PRODUTOS SIDERÚRGICOS EM MINAS GERAIS –**

1940/1950

BASE – 1930 = 100

ANO	FERRO-GUSA		AÇO		LAMINADOS	
	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice
1940	158.739	573	85.397	609	74.508	614
1941	169.955	613	92.541	661	81.901	675
1942	174.143	628	97.968	669	82.862	683
1943	203.708	735	108.276	773	82.167	678
1944	240.076	866	132.190	944	98.278	728
1945	194.401	701	117.714	840	81.778	674
1946	211.082	761	133.900	956	101.955	841
1947	229.501	828	129.476	924	102.494	845
1948	223.597	807	113.846	813	96.715	798
1949	221.844	801	149.537	1.068	123.702	1.020
1950	301.517	1.088	170.262	1.216	135.207	1.115

FONTE: Anuário Estatístico do Estado. Ano VI-1952. Apud. Adaptação da Tabela 14 de Costa, F. N. op.cit. pg., 130.

Para concluir nossa abordagem, faremos um breve balanço da estrutura produtiva mineira nos anos de 1950. Por setores econômicos, a indústria estadual avançou em termos relativos, enquanto a agricultura declinou, embora continuasse importante no total. Contudo, a indústria mineira viu reduzir-se a sua participação no produto industrial

brasileiro, uma vez que cresceu mais lentamente do que o conjunto: em 1949 detinha 7,1% do produto industrial nacional, decrescendo na década de 1950 até 6,6% em 1960<sup>134</sup>.

No setor agrícola, as lavouras tiveram reduzida sua participação no produto bruto agrícola de 63,3% para 58% entre 1949 e 1960, enquanto que a produção animal e de derivados evoluiu de 25% para 36,1%. Por seu turno, a produção extrativa vegetal caiu de 11,7% para 5,9%. Convém indicar que 90% do valor da produção agrícola mineira provinha de sete produtos – milho, café, arroz, feijão, cana, mandioca e algodão – e, em todos, menos o algodão, que era o menos importante dos sete, decresceu a proporção da produção mineira no total brasileiro, tanto em produção quanto em área cultivada (Dulci, 1999: pg., 104).

Ao examinar, por outro lado, o valor da transformação industrial, verifica-se que era pequena a participação mineira no total do País. Neste item, Minas cobria 6,5% em 1949 e caiu para 5,8% em 1959. O índice de São Paulo era de 55,1% neste último ano. Tomando-se os setores mais expressivos da indústria mineira quanto à sua participação relativa no total brasileiro, a comparação entre 1949 e 1959 indica aumento no ramo de minerais não-metálicos (cimento, por exemplo) e no ramo têxtil, estagnação no ramo metalúrgico e declínio no setor alimentar (Ibid: pp., 104/105).

A estrutura da produção industrial de Minas se modificou entre 1949 e 1959. Os ramos de minerais não-metálicos e metalúrgicos (“dinâmicos”) passaram de 28,3% para 40,2% do valor da transformação industrial do Estado, ao passo que os ramos têxteis e alimentar (“tradicional”) declinaram de 51,8% para 37,4% do VTI mineiro (Ibid: pg., 105).

De fato, os ramos dinâmicos foram responsáveis, quase exclusivamente, pelo crescimento industrial de Minas Gerais na década de 1950. Cresceram acima da média do conjunto do setor industrial mineiro: a) minerais não-metálicos (368%); b) energia elétrica, com a CEMIG, Furnas e Três Marias (270%); c) extração mineral, com a Vale do Rio Doce (270%); d) metalurgia, com a Mannesmann, a Acesita, a trefilaria da Belgo-Mineira e inúmeros altos-fornos de gusa (232%); e) construção civil, com o intenso processo de urbanização, em Belo Horizonte e outros locais (160%). (Ibid. Ibidem).

---

<sup>134</sup> Dulci, O. S. op.cit. pg., 104.

Vejamos alguns dados sobre a indústria mineira.

**TABELA 29**

**DADOS SOBRE A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS**<sup>135</sup>

ANO	1919	1939	1949	1959
Evolução da participação dos salários no VTI/mineiro	20,6%	28,8%	24,5%	25,8%
BRASIL	26,1%	28,8%	38,3%	26,1%
Crescimento do produto industrial/todos os ramos (1939=1000)	0,236	1000	1,836	3,946
BRASIL	0,329	1000	2,116	5,169
Crescimento do N. de operários/todos os ramos (1939=1000)	0,321	1000	1,492	1,805
BRASIL	0,438	1000	1,636	2,077

FONTE: baseado no Censo Industrial do IBGE, Apud. Cano, W. *Desequilíbrios...op.cit.*

<sup>135</sup> Podemos observar pela referida Tabela, que Minas Gerais sofreu impacto positivo da mudança de padrão ocorrida na década de 1930. A maior participação dos salários em 1939 aponta: a) para o crescimento do emprego industrial (de 321 para 1.000); b) para o crescimento da massa de salários, provavelmente também devido às dificuldades para importar, o que exigiria maior participação dos salários no VTI em 1939; c) grande aumento da produtividade que a cada dez anos quase que dobra, ex: (1939 = 1.000, 1949 = 1,836). As atividades para o mercado interno surpreenderam Minas Gerais numa posição favorável a partir de 1930, sem consideração do sub-setor da construção civil que estima-se, foi o que mais cresceu em todos aqueles itens.

**TABELA 30**

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: ÍNDICES DO CRESCIMENTO DO  
PRODUTO REAL (VTI) E DO EMPREGO DE OPERÁRIOS (OP) EM MINAS  
GERAIS, SÃO PAULO E BRASIL A (1939 =1.000)

RAMOS INDUSTRIAIS		BENS ASSALARIADOS			BENS INTERMEDIÁRIOS			BENS DE CAPITAL E CONSUMO DURÁVEL		
		1919	1949	1959	1919	1949	1959	1919	1949	1959
MINAS	VTI	0,364	2,114	3,439	0,082	1,450	4,291	0,116	4,256	18,255
GERAIS	OP	0,436	1,594	1,669	0,153	1,277	1,825	0,337	4,242	9,066
SÃO	VTI	0,310	2,260	4,482	0,227	3,292	9,664	0,067	2,340	14,893
PAULO	OP	0,339	1,430	1,681	0,339	2,642	3,745	0,081	2,344	7,476
BRASIL	VTI	0,380	1,903	3,462	0,256	2,592	7,589	0,093	2,431	13,146
	OP	0,462	1,414	1,505	0,420	2,210	3,103	0,149	2,312	5,887

Fonte: (dados brutos): IBGE. Censo Industrial (vários anos). Apud. Cano, W. *Desequilíbrios...op.cit.*

Em suma, a evolução industrial de Minas Gerais a partir da década de 1930, praticamente derivou de investimentos pesados, oriundos do Estado e de capitais externos, principalmente após a década de 1950. Por outro lado, refletiu uma tendência à especialização com base nos recursos naturais da região central, isto é, da Zona Metalúrgica.

## **OBSERVACÕES FINAIS**

O principal objetivo desta segunda parte de nosso estudo, que agora se encerra, foi analisar as condições em que se processaram a industrialização em Minas Gerais e sua inserção no processo de industrialização brasileiro.

Ao abordarmos a trajetória da indústria mineira desde sua origem, no século XIX até sua inserção no processo de industrialização nacional, a partir da segunda metade da década de 1950, vimos que, em Minas Gerais, a indústria emergiu de forma marcadamente descentralizada, num espaço econômico desarticulado, em que os níveis de urbanização eram dispersos.

A indústria que se desenvolveu na Zona da Mata vinculada à dinâmica do setor agroexportador cafeeiro, entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, não produziu os efeitos dinâmicos que ocorreram em São Paulo, de modo a integrar as diversas regiões do Estado. Isto se deveu porque a indústria matense, representada aqui, principalmente, pelo parque industrial de Juiz de Fora, se constituiu num surto de industrialização periférico, frente aos grandes centros de produção industrial, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em que pese a sua importância no âmbito regional, o surto industrial ocorrido naquela região mostrou-se frágil no período posterior a 1930, quando se deu passo importante no processo de integração do mercado nacional, possibilitando assim, a ocupação de um de seus espaços básicos de realização econômica, ou seja, o seu próprio mercado regional, pelos produtos industriais dos grandes centros, levando o parque industrial matense à estagnação.

Será o desenvolvimento do setor minero-metalúrgico e siderúrgico que, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1950, com a mudança no padrão de acumulação do País e também, com a mudança no processo de integração do mercado nacional, irá conduzir progressivamente a região central do Estado, Zona Metalúrgica, à condição de área tendencialmente concentradora da atividade industrial, com a especialização na produção de bens intermediários, dando suporte ao projeto de constituição de um pólo que articulasse as diversas regiões de Minas Gerais.

Será também este setor industrial, de bens intermediários, o responsável pela emergência de um novo segmento da elite industrial mineira, a qual irá constituir-se num grupo aglutinador e formulador de políticas econômicas estaduais que lhe convém.

Em suma, o nosso objetivo foi mostrar a inserção de Minas Gerais em uma divisão inter-regional do trabalho ao longo do processo de industrialização brasileiro, e que influenciará na condução das políticas econômicas do governo estadual pós-1930. Este tema será desenvolvido na parte seguinte de nossa pesquisa.

**TERCEIRA PARTE:**

**POLÍTICA ECONÔMICA E A RELAÇÃO ESTADO E  
BURGUESIA EM MINAS GERAIS: 1930/1955**

Discutiremos nesta terceira parte de nossa pesquisa a relação entre Estado e burguesia na condução da política econômica mineira, no período que se estende de 1930 a 1955. O nosso principal objetivo aqui, é abordar, a partir da industrialização brasileira, como a burguesia mineira se articulou junto com a burocracia estadual a inserção de Minas Gerais neste processo.

Sabemos que a inserção do Estado mineiro no processo de industrialização nacional se deu através da especialização nos setores mínero-metalúrgico e siderúrgico, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, quando o País entra em uma nova etapa de seu processo de industrialização, agora voltados para o departamento de bens de produção. Entretanto, o período que iremos analisar é anterior a esta especialização, isto é, o período de 1930 a 1955, período no qual se assiste a ascensão de um novo segmento da elite empresarial mineira, representada pela burguesia industrial ligada ao setor mínero-metalúrgico. Ela terá voz ativa na condução da política econômica estadual em todo o período, conduzindo a economia mineira à sua especialização após 1955 e, consolidando a Zona Metalúrgica, na região central do Estado, como centro dinâmico da economia estadual.

Dividimos esta parte do estudo da seguinte forma: no primeiro capítulo discutiremos as formulações teóricas a respeito do papel do Estado no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, com destaque à tese **Perspectiva Integrada de Análise Estado/Sociedade**. No segundo capítulo abordaremos a Revolução de 1930 e o tipo de Estado que emerge com este movimento. O terceiro, será subdividido em três subcapítulos. No primeiro abordaremos a ação do empresariado brasileiro e sua relação com a burocracia estatal na condução do processo de industrialização nacional, bem como as ideologias assumidas por esta classe social, tais como o “pensamento autoritário” e o “industrialismo”; no segundo a articulação entre Estado e burguesia em Minas Gerais na condução da política econômica estadual voltada para a superação dos estrangulamentos que dificultam a industrialização durante o período citado; por fim, abordaremos o papel da tecnoburocracia na industrialização mineira.



## **CAPÍTULO VI – QUADRO TEÓRICO**

Este capítulo tem como objetivo analisar as formulações teóricas acerca do papel do Estado no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, principalmente no que tange ao período pós-Revolução de 1930. Há um consenso na literatura que o Estado foi o principal agente de transformação econômico e social do País. Entretanto, existem divergências a respeito da relação entre o Estado e a Sociedade neste processo de transformação.

A primeira formulação que apresentamos aqui é a que assinala a natureza patrimonialista do Estado. Segundo os defensores desta teoria, a marcante presença de um estamento burocrático cuja formação remonta ao transplante de instituições portuguesas para o Brasil em meio o processo de colonização, fez com que a relação Estado e Sociedade fosse basicamente marcada pelo signo da “cooptação”, em que as forças presentes na sociedade aparecem sempre subordinadas aos desígnios da burocracia estatal e da “Classe Política”<sup>1</sup>.

Nas análises de Faoro em seu já consagrado estudo,

*“a realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva da experiência capitalista. Adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar. (...). Na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal”<sup>2</sup>.*

---

<sup>1</sup> Destacam-se na defesa desta teoria: Faoro, R. *Os Donos do Poder*. 9ed., São Paulo: Globo, 2 vol., 1991. Shartzman, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1982.

<sup>2</sup> Faoro, R. op.cit. Respectivamente pp., 736 e 745.

A segunda formulação teórica interpreta a formação do capitalismo brasileiro como equivalente a um processo de “modernização conservadora”<sup>3</sup>, a qual aponta que o Estado não era apenas o mediador, sobretudo a partir da década de 1940, passou a ser também um agente de transformação direto do processo econômico, ao passo que as classes dominantes foram forçadas a abdicar de parte do comando direto do Estado em favor de uma burocracia<sup>4</sup>.

A terceira teoria analisa a incapacidade da burguesia brasileira de “ação concertada”, centrando todas as suas atenções no Estado<sup>5</sup>.

Fernando Henrique Cardoso, em seu clássico estudo, analisa que, nas primeiras etapas do processo de industrialização o empresariado marcar-se-ia pela resistência à inovação, no âmbito econômico, e pelo isolamento político, por conta da fragmentação do mercado brasileiro, que levaria a “ausência de concorrência perfeita”, favorecendo a obtenção de lucros fáceis. Será a partir da década de 1950, entre o que ele chama de empresários da “segunda geração”, que irá se verificar mais abertura para a sociedade, enquanto que as formas familiares de gestão empresarial serão progressivamente superadas. Não obstante, os empresários nos dois momentos serão caracterizados, pelo autor, por uma ação basicamente desordenada e de pouca influência<sup>6</sup>.

De acordo com Cardoso:

*“A burguesia industrial brasileira constituiu-se como camada social muito rapidamente. Resultou da superposição e diferenciação de grupos e segmentos sociais cuja*

---

<sup>3</sup> O conceito de “modernização conservadora” é de Barrington Moore Jr., o qual se aproxima do conceito de Lênin “Via Prussiana”. A rigor trata-se da proposição segundo a qual a transição capitalista se dá sem o enfrentamento às relações de produção “arcaicas” no campo, mas por via de sua preservação e da lenta conversão dos proprietários de terra em burguesia agrária. Resultaria, pois, um processo de transição desencadeado com a simbiose de formas institucionais antigas e modernas, à base de uma aliança entre setores rurais e a burguesia industrial, o que redundaria em formas políticas autocráticas e em significativa autonomização do poder do Estado. Moore Jr., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975. Especialmente pp. 499-520. Lênin, V. I. U. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas), pg., 10.

No Brasil esta formulação teórica é defendida pelos seguintes trabalhos: Velho, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976. Viana, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

<sup>4</sup> Velho, O. G. op.cit. Respetivamente pp., 127 e 41.

<sup>5</sup> Destacam-se os trabalhos de Cardoso, F. H. *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1972. Martins, L. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968. Estes estudos se baseiam na teoria dos “Choques Adversos” que tenta explicar o processo de industrialização brasileiro.

*tradição industrial, no melhor dos casos, não data de época remota: duas gerações de industriais constituem a média entre os industriais de tradição”.*

*“A ação empresarial brasileira foi relativamente acanhada até meados da década de 50. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. (...). Somente depois da inversão maciça de capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da sociedade global”<sup>7</sup>.*

Luciano Martins, também, nesta mesma direção, desenvolve uma percepção de que o empresariado industrial revela-se um ator incapaz de dispor de um projeto definido para a sociedade brasileira. Esta debilidade decorre da baixa taxa de permanência na atividade empresarial, que dificulta a consolidação da consciência de pertencimento a uma classe, e da relação subordinada que o empresariado mantém com outras forças sociais<sup>8</sup>.

Por fim, analisaremos a teoria da “Perspectiva Integrada de Análise Estado/Sociedade”<sup>9</sup>. Esta formulação teórica parte de um viés diferente das outras teorias. Ela não descarta o papel preponderante do Estado como principal agente de transformação econômico e social do País. No entanto, analisa o papel de grupos sociais, no caso a burguesia, e sua relação com a burocracia estatal no processo deste desenvolvimento.

O principal aspecto da “Análise Integrada” das relações Estado e Sociedade é justamente não deixar obscurecer a iniciativa autônoma dos grupos sociais diante da evidência inquestionável do papel decisivo do Estado no Brasil, seja na promoção do desenvolvimento, seja na definição do formato dentro do qual se insere a ação de diversos

---

<sup>6</sup> Cardoso, F. H. op.cit.

<sup>7</sup> Ibid. Respectivamente pp. 170 e 87/88.

<sup>8</sup> Martins, L. op.cit.

<sup>9</sup> Destacam-se nesta teoria os trabalhos: Diniz, E. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil – 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. Boschi, R. R. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Diniz, E. & Boschi, R. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978. Delgado, I. G. *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em*

grupos da sociedade brasileira. A sua relação com a burocracia estatal é, portanto, de fundamental importância para captar o alcance dessas iniciativas e ações. Trata-se de reconhecer que se não operam no Brasil instrumentos “clássicos” de intermediação entre Estado e Sociedade, isto não permite, como bem diz Ignácio Delgado, a presunção de que esta não ocorra, e que, por conseguinte, possa se atribuir ao Estado toda a iniciativa. Se a ação estatal segue esta ou aquela direção depende também do jogo das forças sociais e políticas, ainda que esteja circunscrita e regulada pelo próprio Estado<sup>10</sup>.

Para Eli Diniz, a forte presença estatal no comando da transição para o capitalismo industrial no Brasil, não significa minimizar o peso dos fundamentos estruturais da política. Qualquer que seja a forma de organização política, embora o controle do Estado sobre o Sistema Social possa variar bastante em intensidade, a relação entre instâncias política e social não pode ser pensada em termos de polaridades<sup>11</sup>.

Desta forma, o que a autora propõe é uma visão integrada das relações Estado/Sociedade, de tal maneira que a política, não sendo concebida como decorrência espontânea de transformações na base sócio-econômica, não seja alternativamente entendida como expressão das opções de um estamento burocrático, de resto cada vez mais difícil de ser definido empiricamente<sup>12</sup>.

Adotaremos a teoria “Perspectiva Integrada de Análise Estado/Sociedade”, quando formos discutir a ação dos empresários na condução das políticas econômicas dos governos federal e estadual mineiro entre os períodos de 1930 a 1955. Todavia, antes de discutirmos a ação empresarial, abordaremos a conjuntura político-econômica do período de 1930/1945, o qual se constitui marco fundamental na História do Brasil do século XX. É nesta fase em que o País inicia sua passagem, tendo como principal marco histórico a Revolução de 1930, de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial.

---

Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997. Vieira, E. P. *Minas Gerais: a Dominação Burguesa – Conflitos Políticos e Formas de Organização*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1984.

<sup>10</sup> Delgado, I. G. op.cit. pp., 15-21.

<sup>11</sup> Diniz, E. op.cit. pg., 32.

<sup>12</sup> Ibid. Ibidem.

## **CAPÍTULO VII – REVOLUÇÃO E ECONOMIA NA DÉCADA DE 1930:** **O ESTADO DE COMPROMISSO**

O sistema oligárquico, baseado na “Política dos Governadores” que funcionou desde as primeiras décadas da República, começa nos anos de 1920, a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio. Durante todo o período denominado na historiografia de “República Velha”, a economia brasileira caracterizar-se-á da seguinte forma: economia agroexportadora, com o predomínio das exportações de café e hegemonia política da oligarquia paulista na condução da política econômica federal do período. A hegemonia paulista ocorre devido o Estado de São Paulo ser o maior produtor e exportador de café desde a última década do século XIX.

De acordo com Boris Fausto, ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que não ocorre alteração alguma nas relações de produção, ou seja, a grande propriedade agrária não foi tocada. Também na instância política não ocorre de imediato a substituição de uma classe ou fração de classe, isto é, o colapso da hegemonia da oligarquia paulista não conduz ao poder político outra classe ou fração com exclusividade<sup>13</sup>.

A frente que derruba o sistema oligárquico era composta pelas classes dominantes de Estados inteiramente desvinculados dos interesses cafeeiros, como são os casos do Rio Grande do Sul e da Paraíba, e Estados cada vez menos vinculados com tais interesses, como Minas Gerais<sup>14</sup>. As classes dominantes destes Estados contavam com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar, também com uma forte base de apoio representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Fausto, B. *Revolução de 1930: História e Historiografia*. 13 reimpressão São Paulo: Brasiliense, 1995, pg., 86.

<sup>14</sup> Os três estados citados lideraram o movimento revolucionário de 1930.

<sup>15</sup> Fausto, B. op.cit. pg., 102.

Em síntese, Fausto discorre sobre o episódio:

*“(...) a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dada as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas; imbricamento de interesses entre burguesia agrária e a industrial nos maiores centros) e as divisões **puras** de fração – burguesia agrária, burguesia industrial – não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário”<sup>16</sup>.*

O Estado que emerge após a Revolução caracteriza-se por ser um “Estado de Compromisso”. Segundo Fausto nenhum dos grupos participante pôde oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade:

*“As classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque diminuídos em sua força e representatividade política por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolonga por quase um decênio, os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilíbrio do conjunto da economia”<sup>17</sup>.*

Em tais condições, instala-se um compromisso entre as várias facções pelo qual aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos

---

<sup>16</sup> Ibid. pg., 103.

<sup>17</sup> Ibid. pg., 104. Ver também Weffort, F. C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978, pg., 120. Segundo o autor, dois são os marcos fundamentais para o entendimento do “Estado de Compromisso”: o primeiro, está em que os setores apoiados no que resta do velho sistema de propriedade da terra e da antiga organização institucional, não tendo sido superados plenamente em direção ao Estado, permanecem, mesmo na decadência, como uma das pilstras fundamentais da estrutura de poder. O outro, diz respeito à pressão popular que foi, na etapa histórica que estamos considerando, a força fundamental de mudança. Dentro deste contexto, deslocadas as oligarquias, inabilitadas as classes médias e os novos grupos econômicos para a sua substituição, abre-se uma situação de compromisso – que evidentemente não exclui as

sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade<sup>18</sup>.

Um dos principais fatores que possibilitaram a concretização do “Estado de Compromisso” foi a inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes. É claro que no seu âmbito não se incluíam todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia; as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo portanto uma posição subordinada<sup>19</sup>.

O novo reajuste das relações internas entre as classes dominantes, caracterizado pelo Estado de Compromisso, correspondeu a uma nova forma de Estado: centralizado, e principalmente, intervencionista. Esta última característica não se restringiu somente ao café. Procurou-se estabelecer uma certa racionalização no uso, especialmente, de fontes fundamentais de riqueza utilizadas pelo capitalismo internacional, como, por exemplo, o Código de Minas e o Código de Águas. Esta nova forma de Estado – mais centralizado e intervencionista – foi condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo<sup>20</sup>.

Em suma, a Revolução de 1930 expressou a necessidade de reajuste na estrutura da nação, cujo funcionamento voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se tornou cada vez mais precário. A nova forma de Estado que emerge com o episódio, possibilitou a longo prazo o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso. Às forças armadas, reservou-se o papel de sustentáculo de um Estado que ganha cada vez mais autonomia, em relação ao conjunto da sociedade<sup>21</sup>.

---

tensões – entre grupos dominantes, as quais revelam, em conjunto ou individualmente, a mesma incapacidade hegemônica de fundar de modo legítimo a ordem política.

<sup>18</sup> Fausto, B. op.cit. pg., 104.

<sup>19</sup> Ibid. Ibidem. Em relação a classe operária, esta ficou a margem do “Estado de Compromisso”. Apesar do estabelecimento de novas relações entre esta e as classes dominantes, não significava qualquer concessão política apreciável. O “Estado de Compromisso” manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. Ibid. pg., 104/105 e 107/108 respectivamente.

<sup>20</sup> Ibid. pg., 111.

<sup>21</sup> Ibid. pp. 112 e 113.

Não podemos deixar de comentar também que a Revolução de 1930 marcou o fim do padrão-ouro, sistema monetário que, nas palavras de Rui Guilherme Granziera, penalizava o trabalhador não ocupado no comércio internacional<sup>22</sup>.

Segundo o autor, no que diz respeito à industrialização, o objetivo do governo revolucionário era consolidar o mercado urbano e restringir os rendimentos do setor exportador através do controle de câmbio e altas taxas de exportação. Com essas medidas, haveria um crescimento do emprego urbano, principalmente pela utilização da capacidade ociosa das indústrias, especialmente o setor têxtil. Caberá a este setor, a liderança do movimento em direção ao mercado interno<sup>23</sup>.

Existe uma controvérsia em torno do significado da política econômica do período de 1930/1945. Período este que marca a transição, no Brasil, de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. De um lado, há aqueles que defendem as diretrizes da política adotadas como antimodernizantes, de outro, aqueles que, embora admitam o compromisso da política econômico-financeira com os setores econômicos tradicionais, destacam seus efeitos favoráveis no sentido da implantação de um novo padrão de crescimento econômico, centrado no pólo urbano-industrial.

Para aqueles que defendem a política econômica dos anos posteriores a Revolução de 1930 como modernizadoras, destacando-se os estudos de Octávio Ianni e Francisco de Oliveira, esta seria um processo de reelaboração das relações entre Estado e Sociedade, preparando o caminho para a consolidação do capitalismo industrial no país<sup>24</sup>.

Em contraposição ao enfoque anterior, está Carlos Manuel Peláez, o qual analisa que durante todo o período entre 1894/1945, a doutrina econômica mais importante no país foi a escola da ortodoxia monetária, a qual é responsável pelo atraso da industrialização do País e pela adoção de medidas contrárias ao crescimento econômico e à alocação ótima de recursos. Com isso, haveria, portanto, uma continuidade básica entre a República Velha e o

---

<sup>22</sup> Granziera, R. G *Engagements of War and Economic Planning in Brazil – 1942/1955*. In: *Enterprises et Histoire*, Paris: ESKA, n. 19, octobre, 1998, pg., 75.

<sup>23</sup> Ibid. pg., 77.

<sup>24</sup> Ianni, O . *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Oliveira, F. A *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Estudos CEBRAP, São Paulo, outubro, 1972.

período inaugurado com a Revolução de 1930, em termos de política econômico-financeira<sup>25</sup>.

Corroboram, em parte, com a tese de Peláez, Annibal Villela e Wilson Suzigan. Segundo estes autores, ocorreu até certo ponto, medidas favoráveis à industrialização, entretanto, estas foram adotadas no bojo de uma política global fundamentalmente conservadora. Assim, seguindo as análises dos autores,

*“(...) é provável que as políticas monetária, cambial e fiscal no Brasil, se não restringiram, pelo menos não facilitaram o crescimento e diversificação da atividade econômica até 1945”<sup>26</sup>.*

Outra polêmica que diz respeito aos enfoques econômicos relativos ao período de 1930/1945, é a reação da economia brasileira ao impacto da crise internacional de 1929.

De um lado estão os teóricos que analisam que a economia brasileira na década de 1930, reagiu com enorme rapidez aos efeitos da depressão mundial<sup>27</sup>. De outro, há teses que defendem os anos de 1930 como prolongamento da orientação ortodoxa dominante desde o início da República, na qual a evolução da economia teria sido limitada pela adoção de medidas de caráter deflacionário, como a manutenção do equilíbrio orçamentário, a contenção do volume dos meios de pagamento e a austeridade financeira, numa época em que a recessão econômica e a conseqüente retração dos negócios exigiam uma orientação oposta<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> Peláez, C. M. *As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: julho/setembro, 1971, pp. 50-82. Apud. Diniz, E. op.cit. pg., 51.

<sup>26</sup> Villela, A . V. & Suzigan, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889/1945*. 2 ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, pg., 37.

<sup>27</sup> Ver principalmente Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. 16 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, especialmente, os Capítulos XXXI e XXXII. Também ver nota 46 do Capítulo II de nossa Dissertação.

<sup>28</sup> Diniz, E. op.cit. pg., 52. Ver também Villela, A . V. & Suzigan, W. op.cit.

Nos baseando nas análises de Celso Furtado, podemos dizer que a rápida ascensão da produção industrial na década de 1930 é explicada a partir da política de defesa do café então adotada e a conseqüente manutenção da renda monetária do setor exportador, ao lado do encarecimento das importações. Além dessas condições, a existência de capacidade ociosa em certas indústrias que produziam para o mercado interno e a produção interna de bens de capital, ainda que incipiente, teriam possibilitado o surto da atividade industrial, que a partir de então passaria a ser fator dinâmico no processo de criação de renda<sup>29</sup>.

Em contraposição ao enfoque de Furtado, Peláez argumenta que em vez de uma política anticíclica, o governo teria adotado uma orientação ortodoxa, o que teria em parte contribuído para a estagnação da economia nos anos de 1930<sup>30</sup>.

Em síntese, para Furtado, o Brasil saiu rapidamente da Crise de 1929, enquanto que, para Peláez, o País estagnou-se economicamente na década de 1930, devido a política ortodoxa e uma ineficiente política econômica para reagir a depressão mundial. De acordo com Peláez, a política de defesa do café nos anos de 1930 foi irrelevante como mecanismo de reação à grande depressão.

Ora, analisando o período de uma outra perspectiva, isto é, de uma perspectiva mais contemporânea e de longo prazo, parece-nos inegável que a política de defesa do café contribuiu para reduzir os efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira, evitando uma recessão econômica cujas conseqüências provavelmente retardariam o processo de industrialização<sup>31</sup>.

Segundo Diniz, dentro deste contexto, a importância da dimensão política é minimizada pelos dois enfoques discutidos anteriormente.

Para ela,

*“(...) os dois enfoques refletem as limitações do caráter exclusivamente econômico do raciocínio, da argumentação e, conseqüentemente, das informações que os fundamentam. Em ambos os casos, a dimensão propriamente política, quando não é*

---

<sup>29</sup> Furtado, C. op.cit. Segundo Furtado, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento a renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. pg., 192.

<sup>30</sup> Peláez, C. M. op.cit. pg., 63. Apud. Diniz, E. op.cit. pg., 55.

<sup>31</sup> Diniz, E. op.cit. pg., 59.

*inteiramente marginal à análise, fica em segundo plano, na ausência de um esquema analítico integrado. Assim, a política econômico-financeira é vista isoladamente e sua adequação ou não ao processo de modernização é avaliada pelo desempenho de um ou outro setor da economia em função de tal ou qual mecanismo ocasionado pelo governo”<sup>32</sup>.*

A partir da constatação de Eli Diniz, discutiremos dentro da “Perspectiva de Análise Integrada”, a ação de um determinado segmento político, a burguesia industrial, no debate a respeito da condução da política econômico-financeira brasileira a partir da década de 1930. Veremos no próximo capítulo, como a ação do empresariado industrial, tanto em nível nacional, quanto em nível estadual, no caso o empresariado mineiro, foi importante na condução das respectivas políticas econômicas federal e estadual, no período que se estenderá de 1930 a 1955.

---

<sup>32</sup> Ibid. pg., 68.



## **CAPÍTULO VIII – ESTADO, BURGUESIA E INDUSTRIALIZAÇÃO**

### **8.1 – A AÇÃO EMPRESARIAL**

Passemos agora a analisar a ação das burguesias, nacional e mineira, na condução das políticas econômicas implementadas pelo Estado no período de 1930 a 1955. Iniciaremos a discussão, abordando, em primeiro lugar e em linhas gerais, a ação do empresariado nacional. Em seguida, para finalizar este capítulo, abordaremos a ação política da burguesia mineira no processo de industrialização de Minas Gerais, bem como a instituição de uma tecnoburocracia que teve papel importante na condução deste processo.

Antes de seguirmos com nossa análise, é preciso reafirmar que não estamos aqui defendendo a burguesia industrial brasileira como classe revolucionária ou vanguarda na transição para o capitalismo industrial no Brasil. O que queremos ressaltar é como a burguesia brasileira participou do processo de industrialização nacional, que teve como promotor, o Estado.

O papel político da burguesia foi fundamental não apenas na definição dos rumos da sociedade brasileira na condução do processo de industrialização, como também na conquista de um espaço político no novo esquema de poder instaurado a partir de 1930<sup>33</sup>. Como abordamos anteriormente, 1930 é um marco no processo de transição capitalista no Brasil. A partir desta década, criam-se os mecanismos institucionais para integração e o funcionamento do mercado interno, o que implicará na modificação de vários aspectos da legislação do País<sup>34</sup>.

Quanto à articulação política do empresariado nacional, em seus diferentes subsetores dava-se em torno de um núcleo de interesses comuns. Esta característica reflete, em parte, o menor grau de diferenciação do setor manufatureiro. Prevalciam as demandas globais que funcionavam como fator de aglutinação do conjunto do setor, delineando-se a linha de confronto, não entre os diferentes ramos da indústria, mas entre indústria e

---

<sup>33</sup> Diniz, E. & Boschi, R. op.cit. pg., 17.

<sup>34</sup> Um exemplo concreto desta modificação está na reformulação da legislação tributária.

agricultura<sup>35</sup>. Malgrado parte da literatura analisar o papel da indústria como pouco expressiva no conjunto da economia do período em que estamos abordando, esta não era tão irrelevante como à primeira vista poderia transparecer.

De acordo com Diniz & Boschi, existia, sim, um grande número de pequenas empresas na composição do setor industrial. Na verdade, esta é uma característica constante no processo de industrialização brasileiro. Todavia, será a presença, neste período, de um pequeno número de empresas de grande porte, que formará, seguramente uma elite, cujo peso não pode ser subestimado. Trata-se de um núcleo industrial forte que ocupará uma posição econômica importante nas etapas posteriores do processo de industrialização. Em outros termos, não se deve perder de vista o fato de que parte significativa das grandes empresas industriais do País, será criada nesta época<sup>36</sup>. Em suma, nos anos de 1930, os industriais já se constituíam não só como um grupo econômico de peso, como também um setor bastante diferenciado das elites tradicionais.

Renato Raul Boschi, analisando as elites empresariais brasileiras, resume em dois períodos distintos o processo histórico de emergência dos empresários industriais enquanto grupo de interesse: o primeiro momento, definido entre o início da década de 1920 e o início da década de 1930; e o segundo que se dá a partir do início dos anos 30 ao final do Estado Novo em 1945<sup>37</sup>. Segundo o autor, o primeiro período pode ser caracterizado pela emergência da atividade industrial como progressivamente diferenciada em relação ao pólo agroexportador, definindo assim, os empresários como atores econômicos importantes. Uma estrutura de organização de interesses aparece, tendo sua ação basicamente voltada para as demandas coletivas necessárias à identidade do setor industrial em relação a outro setor da sociedade. As atividades políticas dos empresários não são dirigidas predominantemente para o Estado enquanto tal e sua prática caracteriza-se por favorecer opiniões mais liberais e descentralizantes<sup>38</sup>.

O segundo período é de progressiva diferenciação interna da classe, lado a lado com a burocratização das esferas ligadas, às atividades dos grupos industriais. Sua ação política voltou-se então, cada vez mais para o Estado como principal foco de atenção. A

---

<sup>35</sup> Diniz, E. & Boschi, R. op.cit. pp., 23/24.

<sup>36</sup> Ibid. pg., 41.

<sup>37</sup> Boschi, R. R. op.cit. 73.

<sup>38</sup> Ibid. Ibidem.

incapacidade dos empresários de lidarem com conflitos intra e inter-classes fortaleceu o poder do Estado no sentido do estabelecimento das bases de negociação. Os empresários industriais gradualmente passaram para uma posição de favorecer práticas antiliberais e um estilo corporativo de relações com o Estado o que, por sua vez, levaria à subordinação de sua estrutura de representação de interesses. Desenvolvimentos subsequentes seriam particularmente influenciados por esta dependência frente ao Estado, em termos do processo de acumulação e em termos da elaboração de políticas globais afetando os interesses dos grupos industriais nacionais com relação a outros segmentos da sociedade<sup>39</sup>. Nos deteremos neste segundo momento proposto por Boschi.

O período que se estende de 1930 a 1945, será uma época em que duas ideologias permearão o pensamento político brasileiro, tanto em nível de Estado, quanto em nível de sociedade: o **pensamento autoritário** e o **industrialismo**. Estas duas ideologias, longe de serem conflitantes, complementam-se e serão suportes do processo de modernização em curso no período.

Quanto ao pensamento autoritário, este se desenvolveu a partir das teses elaboradas e defendidas, principalmente pelos autores Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Estes frisavam a constituição de um novo modelo de Estado, o qual teria que ser forte e intervencionista, capaz de responder à nova realidade econômica e social, dada a complexidade crescente acarretada pelo desenvolvimento industrial e pela diferenciação estrutural daí decorrente. Segundo os autores, o Estado Liberal, com seus princípios e práticas, não permitiria a eficácia necessária para o enfrentamento destes novos problemas, configurando-se uma defasagem entre este tipo de organização política e o mundo real com suas novas exigências. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico e social brasileiro estaria na construção de um Estado no qual seriam tarefas fundamentais a preservação e a integração social, promoção do bem público, disciplina e canalizações das ações individuais para a realização dos objetivos superiores da nação, enfim subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos. O Estado seria, em síntese, o intérprete do interesse maior da coletividade, detentor dos recursos necessários para o estabelecimento e imposição das diretrizes de alcance geral<sup>40</sup>. Não podemos deixar de

---

<sup>39</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>40</sup> Uma análise mais detalhada sobre o Pensamento Autoritário, consultar: Diniz, E. op.cit. pp., 89-94.

mencionar que as críticas e as propostas feitas por esses autores, estão ligadas às próprias transformações ocorridas no capitalismo em nível mundial.

Em suma, o fortalecimento político do Estado não pode ser dissociado de suas novas funções de intervenção em assuntos econômicos e sociais. Entretanto, este refere-se basicamente às funções de regulamentação, supervisão e coordenação das diferentes esferas da vida social. O que se defende é o papel do Estado como agente de controle e disciplina dos mecanismos do mercado. A intervenção direta na economia, no domínio da produção propriamente dita, somente era admitida no caso de necessidade de preencher lacunas. Portanto, no que concerne à esfera da produção, o domínio deveria ser da iniciativa privada, à qual os arautos deste pensamento atribuíam papel preponderante na orientação da política econômica do Estado<sup>41</sup>. Desta forma, a livre iniciativa é vista como princípio básico da ordem econômica e mola propulsora do desenvolvimento. O Estado, como interventor na economia ficaria restrito à regulação e não à produção.

---

<sup>41</sup> Ibid. pg., 91.

A ideologia industrialista surge da necessidade de se implantar uma nova modalidade de crescimento econômico em contraposição ao modelo agroexportador do “antigo regime”. De acordo com Eli Diniz,

*“(...) ao longo da década de 30, as sucessivas redefinições do pacto político em que se baseara a revolução, fizeram-se acompanhar de uma gradual depuração ideológica no sentido de uma identificação crescente com a instauração das bases do capitalismo industrial. Tal processo atingiria o clímax no início da década de quarenta com a explicitação de alguns dos princípios básicos de uma ideologia industrialista, tais como a reafirmação de uma escala de prioridades econômicas mais coerente com a meta da industrialização, a definição da via industrial como condição do fortalecimento e da independência da economia nacional, ou ainda a associação entre interesse da indústria e interesse geral da nação<sup>42</sup>”.*

A formulação e difusão desta ideologia por parte das principais lideranças industriais<sup>43</sup>, e suas respectivas associações de classe, contribuirão na determinação do maior grau de visibilidade alcançado pela indústria e na percepção, por parte da burguesia, de suas próprias potencialidades e do papel que lhe cabia no processo de implantação de um novo estilo de crescimento econômico que se desenvolveu gradualmente ao longo do período estudado. Dentro dessa perspectiva, houve pontos de convergência entre o industrialismo e o pensamento autoritário explicitado anteriormente, principalmente no que se refere à questões do papel do Estado na economia e do nacionalismo.

O surgimento e a difusão das idéias industrialistas evoluem paralelamente à propagação dos princípios nacionalistas, gerando-se uma certa associação entre ambos. Em outros termos, o setor empresarial se utiliza da industrialização como elemento fundamental para o “engrandecimento do País” e “fortalecimento da nação”, para a garantia de sua soberania e aumento de sua capacidade de defesa. Esta visão do fortalecimento econômico

---

<sup>42</sup> Ibid. pp., 95/96.

<sup>43</sup> Destaca-se neste período como principal liderança industrial Roberto Simonsen, cujo nome apareceria como principal criador e divulgador da ideologia industrialista. A respeito da idéias industrialistas de Simonsen, consultar: Simonsen, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1973.

como um processo estritamente dependente do aumento da industrialização do País se faria acompanhar da incorporação, pela burguesia, dos elementos da ideologia nacionalista que se ajustavam ao protecionismo industrialista. Assim, os industriais incorporariam do nacionalismo os elementos mais coerentes com o seu próprio programa, usando-os, por exemplo, para reforçar suas reivindicações de defesa do parque industrial brasileiro contra a concorrência dos produtos estrangeiros, através do controle de importações, tendo em vista a meta da garantia do mercado interno para a indústria local<sup>44</sup>.

Outro princípio nacionalista incorporado pela burguesia no programa industrialista, seria o da defesa de uma nova posição do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho, apontando a necessidade do País superar sua condição de exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Deste tipo de percepção das relações com os países mais industrializados decorreria, segundo Diniz, uma visão crítica da política de comércio exterior. É assim que a elite industrial irá defender a reformulação da orientação adotada tanto nas negociações dos tratados de comércio e pedidos de financiamento externo, quanto na política de exportação<sup>45</sup>.

No que se refere aos tratados de comércio, a posição dos industriais podem ser resumidos pela condenação ao livre cambismo e dos tratados de reciprocidade, baseados na cláusula de nação mais favorecida, tradicionalmente empregados como forma de abrir os mercados dos países menos desenvolvidos à penetração dos produtos originários das nações industrializadas. Quanto ao financiamento externo, os industriais acentuariam a necessidade de subordinar sua aplicação a empreendimentos de caráter produtivo, atentando-se para um critério que levasse em conta as condições econômicas e sociais do Brasil, ou seja, condições de um país em vias de industrializar-se<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Diniz, E. op.cit. pg., 99.

<sup>45</sup> Ibid. pp., 99/100.

<sup>46</sup> Ibid. pg., 100.

Em suma, o modelo defendido pelas duas ideologias analisadas acima se consagrará no Golpe de 1937, denominado pela historiografia de “Estado Novo”. Neste, que perdurará até 1945, as concepções autoritárias-industrialistas, pautadas no rompimento com os valores liberais constitucionais, no controle efetivo do movimento operário, na deslegitimação do político e na governabilidade através dos conselhos técnicos-corporativos, constituir-se-ão base deste novo modelo de Estado.

À burguesia, coube os aplausos e a certeza de que poderiam se expressar não mais sob mediação da representação política, mas através de sua participação nos conselhos técnicos-econômicos, nos quais a colocaria diretamente no aparelhos estatal.

Realizando uma breve retrospectiva da ação empresarial nas discussões de temas importantes de política econômica conduzida pelo Estado no período em que estamos estudando, ou seja, da década de 1930 a década de 1950, podemos sintetizar, em linhas gerais, da seguinte forma: nos início dos anos 30, a preocupação da burguesia era com a legislação trabalhista. Sua intervenção foi no sentido de discutir o papel da classe trabalhadora no processo de industrialização do País e impor limites à sua participação política. Entre fins da década de 30 e início da década de 40, quando o Estado brasileiro começa efetivamente a intervir na economia, investindo em indústrias de base, principalmente, no setor siderúrgico, a elite empresarial discute os limites da ação e do controle estatal na economia. Por fim, nos anos 50, quando o Brasil entra numa fase de transição industrial, no qual a participação do capital externo é de grande importância para o desenvolvimento industrial do período, a burguesia preocupa-se (longe de ser contra a participação de grupos estrangeiros) com o papel da indústria local e os limites da participação do capital internacional na condução deste novo período do processo de industrialização nacional<sup>47</sup>. Assim, para a elite industrial, grosso modo, o papel da indústria nacional seria atuar nos investimentos do setor de bens de consumo de massa, o Estado investiria no setor de infra-estrutura e bens de capital, e por fim, caberia ao capital estrangeiro investir no setor de bens de consumo duráveis.

Em síntese, se a burguesia industrial não se constituiu num grupo político hegemônico na condução da transição de um modelo econômico agroexportador para uma

---

<sup>47</sup> A respeito desta discussão ver: Boschi, R. R. op. cit. Capítulo II.

economia urbano-industrial, isto não significa dizer que esta era politicamente desarticulada, passiva e fraca. O que a literatura nos mostra hoje, é que a elite empresarial, nas suas principais associações de classe, principalmente, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), revelou-se capaz de sustentar um “projeto de dominação capitalista”, cujos rumos contribuiria para definir. Assim, sua atuação encontra-se dentro dos limites do processo de industrialização tardio em que a participação do Estado revelou-se de extrema relevância. Nas palavras de Ignácio Delgado,

*“O empresariado (...) evoluiu dos postulados fordistas da década de 20 para a aceitação de uma ação definida do Estado no apoio à indústria. Interferiu nos órgãos técnicos do Estado Novo na defesa de uma política de industrialização. Definiu com clareza, nos anos 30 e 40, o papel que reservava ao Estado e ao capital estrangeiro para efetivação do arranque industrial. Associou-se de forma constante às correntes políticas que vinculavam a ‘construção da nação’ a alguma forma de autoritarismo instrumental. Soube usar o discurso liberal como ‘reserva ideológica’ diante dos ‘excessos’ do Estado e, (...), revelou profunda capacidade para a ação conspirativa”<sup>48</sup>.*

---

<sup>48</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 18.

## 8.2 – A AÇÃO EMPRESARIAL EM MINAS GERAIS

A ação da burguesia mineira, ao longo do período em questão, atua em consonância com suas congêneres de outros estados. No entanto, de acordo com as particularidades em que se ambientaram as condições da industrialização do Estado, já abordados na segunda parte desta pesquisa, a sua ação basear-se-á acima de tudo, na consolidação do ramo “mínero-metalúrgico”, radicado na região central (Zona Metalúrgica), como polo irradiador de outras atividades econômicas.

Assim, nas três décadas que compõem a cronologia de nosso estudo, ou seja, os anos de 1930, 1940 e 1950, o discurso da elite empresarial estará pautado nos seguintes temas: na década de trinta, na luta pela defesa da “grande siderurgia” para Minas Gerais; nos anos quarenta, nas demandas pela superação dos pontos de estrangulamento para a expansão da indústria mineira, identificados na debilidade da estrutura de transportes e da oferta de energia elétrica, além das pressões para a revisão do sistema de fretes na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e na política de crédito contracionista de Dutra; e, por fim, nos anos cinquenta, no retorno, mas agora num novo patamar, na luta pela “grande siderurgia”, motivo de intensa campanha da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), que acabou por resultar na criação da USIMINAS, na segunda metade da década<sup>49</sup>.

Em relação às políticas econômicas formuladas e praticadas pelos governos estaduais no período abordado, isto é, entre as décadas de 1930 e 1950, podemos identificar quatro fases: na primeira, até 1940, os esforços do governo se concentraram na diversificação agrícola; na segunda, de 1941 a 1946, a atenção maior para à expansão industrial; na terceira, de 1947 a 1950, a adoção de uma fórmula de planejamento compreensivo que procurava equilibrar e articular o desenvolvimento dos dois setores, isto é, agricultura e indústria; e, finalmente, na quarta fase, de 1951 a 1955, a política de especialização industrial, que caracterizará a economia mineira nas décadas seguintes<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Ibid. pp., 55/56.

<sup>50</sup> Dulci, O . S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pg., 61.

A fundação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em 1933, representa um marco decisivo no fortalecimento da ação da elite industrial mineira. Até aquele momento o principal órgão de articulação de interesse dos industriais era o Centro Industrial de Juiz de Fora (CIJF). Todavia, se revestia apenas de caráter regional, sem poder de articulação estadual. Uma outra entidade que agrupava o empresariado industrial mineiro pré-FIEMG era a Associação Comercial de Minas (Associação Comercial de Belo Horizonte/AC-Minas), de feição eclética. Esta constituiu-se principal entidade articuladora e promotora de campanhas no sentido de organizar as “Classes Produtoras” do Estado na década de 1920<sup>51</sup>.

A criação da FIEMG foi a grande oportunidade do empresariado da Zona Metalúrgica, ligado ao setor “mínero-metalúrgico”, de se constituir como força hegemônica no processo de organização da classe industrial mineira no pós-30. Malgrado o primeiro presidente da entidade advir do setor têxtil, qual seja, José Carlos Moraes Sarmento, também presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, sua escolha constituiu-se numa manobra bem articulada das principais lideranças do setor metalúrgico, representado por Euvaldo Lodi<sup>52</sup> e Américo René Gianetti<sup>53</sup>, os quais viam com grande utilidade o aproveitamento de órgãos representantes das indústrias já em funcionamento, como medida de fortalecimento da entidade que estavam fundando naquele momento<sup>54</sup>.

Em suma, com a fundação da FIEMG, a burguesia ligada ao setor “mínero-metalúrgico”, passa a participar como força social dotada de recursos organizacionais

---

<sup>51</sup> Neste período, a modo do que ocorria no resto do país, as campanhas contra os impostos interestaduais, contra a instituição do imposto de renda, pela elevação dos direitos alfandegários cobrados aos produtos importados, centralizavam a atenção dos empresários do Estado, que ainda se envolveram em questões particulares a Minas Gerais, tais como a defesa de um programa rodoviário e o combate às deficiências e tarifas da EFCB. Delgado, I. G. op.cit. pg., 56.

<sup>52</sup> Euvaldo Lodi foi grande liderança industrial em Minas, sendo Deputado na época da Constituinte de 1934, e junto com Roberto Simonsen, foram os dois grandes articuladores da criação da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

<sup>53</sup> Américo René Gianetti foi a principal liderança industrial de Minas entre as décadas de 1930 e 1950. Foi membro das duas principais entidades empresariais de Minas, a Associação Comercial de Minas e a FIEMG, da qual foi presidente. Ocupou cargos importantes na esfera pública mineira, como secretário de Agricultura do governo Milton Campos (1947-1951) e Prefeito de Belo Horizonte (1951-1954). Morreu em 1954, no exercício do cargo.

<sup>54</sup> É interessante notar que o Centro Industrial de Juiz de Fora sempre se mostrou arredio ao formato de legislação corporativa proposta pelo Estado. Esta entidade resistiu à filiação a FIEMG até 1954, quando da campanha contra o novo salário mínimo proposto pelo segundo governo Vargas. A respeito da escolha de Sarmento, Delgado faz uma análise sobre o episódio. Delgado, I. G. op.cit. pg., 57.

próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira<sup>55</sup>.

No ano de 1935, a elite empresarial mineira organizou um congresso, na cidade de Belo Horizonte, denominado de IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola ou como foi chamado na época, Congresso das “Classes Produtoras”. Este partiu da iniciativa da Associação Comercial de Minas, e que teve também como co-patrocinadores a FIEMG e a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), e tinha como base o argumento de que a realização de um congresso seria muito oportuna, por chamar a atenção do comércio, da indústria e da lavoura para as dificuldades da economia mineira<sup>56</sup>.

Segundo Evantina Vieira, neste congresso, se verificará uma intenção clara de neutralizar os discursos dissidentes, filtrando as divergências e apontando a burguesia como classe capaz de se articular com outros setores da sociedade, imprimindo uma determinada direção política aos acontecimentos<sup>57</sup>. Foram enfatizados nas resoluções deste encontro os seguintes temas: o papel da siderurgia no desenvolvimento estadual, a delimitação das funções do Estado – admitindo-se sua intervenção na economia -, postulam-se neste momento a concentração industrial na região central do Estado, a questão sobre o ensino profissionalizante e, finalmente, reivindicam-se a instituição de conselhos técnicos no Estado<sup>58</sup>.

A respeito dos Conselhos Técnicos, estes eram vistos pela burguesia, tanto em nível nacional quanto estadual, como canais diretos de intermediação de interesses, principalmente após 1935. Como vimos anteriormente, a elite industrial abre mão de qualquer representação política para intervir diretamente no aparelho estatal, devido principalmente, a dificuldade de exercer influências através dos canais “clássicos” de representação e, também, uma manobra, bem articulada, para deixar de fora as classes trabalhadoras do processo decisório de governo.

A década de 1930 será um período importante no processo de fortalecimento das federações industriais, como principais entidades de representação de interesses de classe da indústria. Será o momento em que a burguesia nacional absorverá o modelo sindical

---

<sup>55</sup> Ibid. pg., 58

<sup>56</sup> A respeito deste congresso, ver Vieira, E. P. op.cit. pg., 119.

<sup>57</sup> Ibid. pg., 120.

<sup>58</sup> Delgado, I. G. op.cit. pp., 58/59. Evantina Pereira Vieira faz uma exposição sobre os temas e debates feitos no Congresso. Vieira, E. P. op.cit. pp., 118-132.

corporativo proposto pelo Estado, aceitará e dará apoio crescente ao processo de centralização política no País que culminará no Golpe de Estado de 1937, que instituirá o Estado Novo<sup>59</sup>.

Malgrado as boas relações da burguesia mineira tanto com Getúlio Vargas quanto com o Interventor de Minas, Benedito Valadares, através da aceitação de um modelo de Estado autoritário e centralizador, uma rusga marcará fundamente seus vínculos naquele período. Isto é, a perda do projeto siderúrgico, no qual se empenharam todas as entidades de classe em Minas Gerais, ao final da década de 1930. Em outras palavras, de acordo com a literatura, parece-nos que Valadares teve participação tímida, vacilante na disputa deste projeto.

Valadares assumiu a Interventoria de Minas em 1933, substituindo Olegário Maciel que havia falecido. Maciel, foi eleito governador do Estado pouco antes de eclodir a Revolução de 1930. Com a participação de Minas como um dos estados líderes do movimento, teve seu mandato preservado. Contudo, o seu falecimento, em setembro de 1933, abriu ao Governo Provisório a oportunidade, longamente aguardada, de estender a Minas o esquema centralizante das interventorias. Todavia, a domesticação da política mineira – ou seu enquadramento na nova ordem política – já se vinha processando, em parte pela adaptabilidade de Maciel, que evitou colidir com o poder central, em parte pelo enfraquecimento das chefias tradicionais. Assim, na análise de Otávio Dulci, o terreno estava preparado para uma solução condizente com o verticalismo do regime<sup>60</sup>. Para surpresa geral, a escolha do sucessor recaiu em Benedito Valadares, obscuro deputado cujo nome Getúlio Vargas, calculadamente, havia sugerido para completar a lista elaborada pelo partido oficial mineiro<sup>61</sup>. Valadares, atrelado à sorte de Vargas, permaneceu no cargo de Interventor de Minas Gerais até a queda do Estado Novo, em 1945. Adotou políticas que

---

<sup>59</sup> Sobre a Legislação Sindical Corporativa proposta pelo Estado, consultar também, Vieira, E. P. op. cit. Capítulo II. Segundo a autora, o modelo sindical corporativista proposto por Vargas, levou as entidades de classe tanto empresariais como trabalhadoras a um intenso debate nos primeiros anos da década de 1930. A partir de 1935, é que este modelo será bem mais aceito por parte da burguesia e imposto pelo lado dos trabalhadores.

<sup>60</sup> Dulci, O . S. op.cit. pg., 62.

<sup>61</sup> Ibid. Ibidem.

visavam à modernização da economia e da máquina administrativa do Estado. Muitas dessas políticas decorriam das orientações reformistas do Governo Vargas<sup>62</sup>.

Quanto à modernização da estrutura administrativa, iniciou-se com o desdobramento da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, em 1935. Baseando-se, parcialmente, no modelo de administração proposto pelo Governo Federal, Valadares separou a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho<sup>63</sup> da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Também criou órgãos técnicos, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças, com a função de disciplinar a aplicação de recursos para o desenvolvimento econômico do Estado<sup>64</sup>. Esta medida também foi baseada nas propostas do Governo Federal e, também, na reivindicação, como vimos, da burguesia mineira.

No campo econômico, criou-se, em 1937, o Banco Mineiro da Produção S. A., o qual deveria atender a todas as atividades econômicas organizadas no estado. Valadares tinha a preocupação em garantir para a administração pública controle seguro sobre a rede de bancos em que o Estado era acionista majoritário<sup>65</sup>. Também retomou a velha tese defendida por João Pinheiro e outros políticos mineiros, buscando incentivar a policultura como forma de libertar a economia estadual da dependência do café<sup>66</sup>. Para isso, em fins de 1935, criou-se o serviço de fomento e defesa da produção de algodão, vinculado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Neste mesmo período, instalou em Juiz de Fora, a Escola de Indústrias Agrícolas Cândido Tostes, destinada a promover pesquisas relativas à industrialização de alimentos e treinamento de mão-de-obra para a

---

<sup>62</sup> Na verdade, pode-se dizer que Valadares foi um dos interventores mais fiéis ao Governo Federal. Por isso ficou tanto tempo no poder estadual, ou seja, até o fim da Ditadura Vargas. Um exemplo concreto disso foi a sua atitude em relação a implantação da Cia. Siderúrgica Nacional que tanto a burguesia mineira queria para Minas, e que foi para Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Valadares, como vimos, participou timidamente na defesa deste projeto para Minas, para não entrar em conflito com Vargas que tinha interesses específicos naquela cidade fluminense.

<sup>63</sup> Destaca-se nesta Secretaria a figura de Israel Pinheiro. Este era filho do Republicano histórico e Governador de Minas no início do século XX, João Pinheiro. Israel, a frente da referida Secretaria, adotou políticas semelhantes a do pai, com objetivos de diversificar a produção agrícola e incentivar a indústria. Em verdade, a política econômica proposta por Valadares/Israel, era o escopo daquela introduzida pelo governo João Pinheiro para concretizar as propostas do Congresso de 1903. Sobretudo, no que diz respeito à idéia de uma substituição evolutiva das importações, que, a partir da agricultura, se estendesse gradativamente para o setor industrial até alcançar os ramos tecnologicamente mais complexos. Uma análise do assunto, consultar Dulci, O. S. op.cit. pg., 66.

<sup>64</sup> *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*, vol. 2. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994, pg., 584.

<sup>65</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>66</sup> Ibid. pg., 585.

indústria alimentícia<sup>67</sup>. Valadares tinha como um dos principais objetivos o desenvolvimento da economia estadual com base na agricultura e na agroindústria. A Segunda Guerra frustrou estes objetivos. Os anos de guerra trouxeram escassez de oferta e alto custo de vida, o que influenciou diretamente nos projetos de desenvolvimento agrícola do estado.

Com a instalação do Conselho de Propaganda e Expansão Econômica do Estado de Minas Gerais, o governo estadual teve como objetivo trabalhar em conjunto com o Conselho Federal de Comércio Exterior, no sentido de estimular setores que contribuíssem para aumentar as exportações brasileiras<sup>68</sup>.

Em 1938, Valadares implanta o Departamento Estadual de Estatística, diretamente vinculado ao seu gabinete. Sua função era de produzir dados seguros relativos à economia e à organização de Minas<sup>69</sup>.

A bandeira levantada pelos industriais mineiros de concentrar indústrias na região central do estado fez eco em seu governo. Valadares considerava que Belo Horizonte deveria ser não só o centro político de Minas, como também seu polo comercial e industrial mais ativo. Com isso, o interventor começou a trabalhar para transformar a capital mineira no principal centro industrial do estado. Para ele, grosso modo, a política de diversificação econômica e a concentração de indústrias em torno de Belo Horizonte, faziam parte do processo normal de evolução econômica. Assim, será na sua gestão que se lançará as bases do erguimento da Cidade Industrial de Contagem. Tal projeto contou ainda com a construção de uma usina hidrelétrica para o suprimento de energia para o desenvolvimento daquele empreendimento, bem como suprir a capital, Belo Horizonte que carecia de energia, à medida que sua população aumentava<sup>70</sup>.

Na verdade, a energia e os transportes, serão sempre os dois principais fatores de entrave para o desenvolvimento econômico mineiro. Foi motivo de “dor de cabeça” para os dois governantes posteriores a Valadares, Milton Campos e Juscelino Kubitschek. Será motivo também de grandes atenções por parte da burguesia mineira. Com a perda do

---

<sup>67</sup> Ver Decreto n. 50, de 14/05/1935. Leis Mineiras. Arquivo Público Mineiro. A diversificação agrícola também atendia ao projeto desta fase de desenvolvimento econômico do estado, de atrelar a agricultura ao uso da indústria.

<sup>68</sup> Este Conselho de Expansão Econômica também foi criado em 1935. Ver: DICIONÁRIO....pg., 585.

<sup>69</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>70</sup> Ibid. Ibidem. Ver também a Tabela 27 desta Dissertação.

projeto siderúrgico, esta centrará suas atenções nos problemas relativos à estes dois grandes entraves de qualquer crescimento econômico. A partir de 1945, a burguesia se organizará para condicionar a ação governamental estadual no sentido da resolução dos problemas de energia, transportes e também, ao fomento à produção<sup>71</sup>.

Os governos estaduais de Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955) constituirão *loci* importantes na ação empresarial mineira no sentido do desenvolvimento econômico de Minas. A gestão de Campos dará uma oportunidade para que a burguesia mineira desenvolva um programa de desenvolvimento econômico afinado com suas expectativas. O governador nomeará duas das principais lideranças das chamadas “Classes Produtoras” do estado, Américo René Gianetti e José Magalhães Pinto<sup>72</sup>, para ocuparem respectivamente as secretarias de Agricultura e de Finanças. Das duas lideranças tem destaque a figura de Gianetti, que ao ocupar a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, formula um plano ambicioso de desenvolvimento econômico para o estado. Este plano teria a denominação de **Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção**<sup>73</sup>.

Há dois aspectos relativos ao Plano de Recuperação Econômica que lhe dão significado mais amplo. O primeiro, é o seu caráter pioneiro. Foi a primeira experiência de macro-planejamento em escala regional no Brasil. O outro aspecto, está na suas orientações centrais, principalmente a ênfase na modernização equilibrada da indústria e da agricultura<sup>74</sup>.

O Plano proposto por Gianetti sistematizava a perspectiva de industrialização polarizada pela região central do estado. Também acenava com a resolução dos dois problemas que citamos anteriormente, prioritários para o conjunto do empresariado, o de energia e o de transporte<sup>75</sup>. Em outras palavras, este respondia a velhos apelos da burguesia

---

<sup>71</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 60.

<sup>72</sup> Magalhães Pinto, banqueiro, foi Presidente da Associação Comercial de Minas e Governador do Estado nos anos de 1960.

<sup>73</sup> Para Dulci, em termos substantivos, o Plano procurou uma síntese dos dois caminhos que, haviam sido percorridos desde os anos 30, concebendo a modernização regional como projeto (econômico e social) que envolvia indústria e agricultura e devia alcançar, simultaneamente, a cidade e o campo. Dulci, O . S. op.cit. pg., 77.

<sup>74</sup> Ibid. pg., 78.

<sup>75</sup> Acerca do *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção*, consultar Diniz, C. C. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. Também Delgado, I. G. op.cit. Dulci faz uma exposição sobre a origem do Plano de Recuperação Econômica. Dulci, O . S. op.cit. pp., 78-91.

mineira e, em especial, os formulados pelos industriais. De acordo com Campolina Diniz, dos investimentos previstos no Plano, 78% destinavam-se ao transporte e apoio à industrialização, sendo que 67% exclusivamente envolviam aplicações no programa energético e de transportes<sup>76</sup>. Em outras palavras, o Plano retomou as diretrizes da política industrial esboçada no período Valadares e as complementou com novos elementos, no intuito de construir uma estratégia bem definida de industrialização<sup>77</sup>.

Acerca do papel do Estado no impulso à industrialização proposto no Plano de Recuperação Econômica, se baseou em quatro princípios:

*“1) Entende o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob o primado da iniciativa particular; 2) que a ele incumbe estimular a iniciativa, promovendo a adoção de medidas que lhe facilitem a ação; 3) que lhe cumpre agir supletivamente, a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada; 4) que só deve intervir na atividade industrial onde a iniciativa particular for omissa ou incapaz, limitada essa interferência às indústrias fundamentais e de caráter básico. Ficará livre a manufatureira ou de transformação corrente, que será auxiliada para que desenvolva e produza cada vez mais, melhor e por menores preços”<sup>78</sup>.*

Os resultados concretos do Plano de Recuperação Econômica foram, não obstante, fracos. Isto se deveu, principalmente, as dificuldades financeiras do estado mineiro, e a resistência oferecida à Taxa de Recuperação Econômica, uma das medidas propostas no projeto para sustentar os investimentos que nele continham. Esta taxa previa a sua vigência para o período 1948-1953. Nos quatro primeiros anos a taxa seria de 0,6%, reduzindo-se para 0,4% em 1952 e para 0,2% em 1953. Foi uma providência de grande alcance, que duplicou a capacidade financeira do governo estadual e deu viabilidade aos investimentos

---

<sup>76</sup> Diniz, C. C. op.cit. pg., 63. Também Delgado, I. G. op.cit. pg., 89.

<sup>77</sup> Dulci, O. S. op.cit. pg., 82.

<sup>78</sup> GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, pg., 27. Apud, Dulci, O. S. op.cit. pg., 82. Para o autor, esses princípios explicitavam formalmente o que já estava implícito desde o começo da década de 1940, quando foi lançada a Cidade Industrial de Contagem. No entanto, ao defini-los como pressupostos das medidas que indicava para o setor, o Plano assumia a necessidade de uma política deliberada de industrialização. Política que estipulava para o Estado

previstos no Plano<sup>79</sup>. Entretanto, este tributo não garantiu a realização de todos os projetos incrustados no Plano. Malgrado os insucessos do Plano de Recuperação Econômica, as entidades empresariais, em seu conjunto, manifestavam permanente apoio ao projeto. No limite, comenta Delgado, ele se sistematizava num “programa de realizações” antigas demandas empresariais, que ganhavam assim legitimidade do “interesse público”<sup>80</sup>.

Não podemos ignorar os papéis do desenvolvimento agrícola e da modernização do meio rural no Plano de Recuperação Econômica. Até porque grande parte das indústrias que o governo estadual queria incentivar, estava nos setores industriais voltados para a modernização da agricultura mineira. Como por exemplo, as indústrias de fertilizantes<sup>81</sup>. Em certa medida, a preocupação do governo Milton Campos em retomar o desenvolvimento e crescimento da produção agrícola se explica pela conjuntura do pós-guerra. Como vimos, a Segunda Guerra frustrou os planos de Valadares de desenvolvimento agrícola e agro-industrial, que havia sendo implementado desde meados da década de 1930. Seria portanto de se esperar que, como afirma Dulci, uma vez superada a fase crítica, ocorresse novo impulso nesta direção. Mas não uma volta ao passado, pois a meta da industrialização no Governo de Milton Campos já estava bem assentada. O que se tentou foi um modelo de articulação do crescimento da agricultura e da indústria que procurava equacionar o problema do atraso econômico em termos de equilíbrio estrutural entre cidade e campo<sup>82</sup>.

Em suma, ao longo do governo Milton Campos, as demandas empresariais, no sentido de se resolver a questão energética e de transportes, com o objetivo de criar condições favoráveis ao desenvolvimento industrial do estado, serão continuamente reiteradas, enquanto que as entidades empresariais buscarão acompanhar a implementação do Plano de Recuperação com a constituição de tecnoassessorias ou comissões que lhes permitirão influir de forma mais consistente nos rumos da administração estadual<sup>83</sup>. Soma-se a isso, o ambiente de reconstrução política do pós-guerra (tanto na esfera interna quanto na esfera internacional), que parecia haver ainda espaço para a expansão de uma estrutura

---

intervenções de vários tipos, seja como empreendedor direto, seja como parceiro de investidores privados, seja ainda como financiador deste últimos.

<sup>79</sup> Ibid. pg., 83.

<sup>80</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 89.

<sup>81</sup> Ver Dulci, O. S. op.cit. pp., 84/86.

<sup>82</sup> Ibid. pg., 86.

produtiva diferenciada em escala regional. Movimentando-se nessa direção, os setores dirigentes do estado esperavam tirar partido da conjuntura – uma conjuntura bastante singular, na verdade – para melhorar substancialmente a posição relativa de Minas Gerais no novo estágio em que ingressava a economia brasileira<sup>84</sup>.

No final do governo Campos a possibilidade de ter Gianetti como governador do Estado garantiria a continuidade necessária à implementação do Plano. Entretanto, o líder da burguesia industrial mineira não consegue sua indicação para a disputa do cargo na UDN (União Democrática Nacional), seu Partido. Elege-se governador, Juscelino Kubitschek, PSD (Partido Social Democrático), com um plataforma de governo baseada no binômio **Energia e Transportes**.

O governo Kubitschek (1951-1955) terá no DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e na CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), os dois principais organismos para a conclusão da política de energia e transportes. Embora os laços entre o governo de JK e as entidades empresariais fossem menos evidentes que sob o governo de Milton Campos, estas mantinham sua participação em importantes órgãos ligados à administração estadual, como o Conselho Rodoviário Estadual, submetido ao DER, e diretorias importantes na CEMIG. A constituição desta última contemplará as perspectivas empresariais, as quais defendiam que a administração pública teria que ter um perfil essencialmente “técnico”, livre das “paixões políticas”. Desta maneira, a CEMIG será vista pela burguesia mineira como um exemplo da “ação supletiva” do Estado, e percebida pelas entidades de classe dos empresários como o seu principal centro de poder<sup>85</sup>.

O programa do Governo Kubitschek modificava a orientação do Plano de Recuperação Econômica de Gianetti na gestão Milton Campos em dois aspectos decisivos. Por um lado, concentrou-se no problema da infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial. Por outro, abria mão do planejamento global em favor de programas mais específicos. Kubitschek não ignorava, certamente, as diretrizes do Plano de Recuperação Econômica, mas selecionava dentre elas as suas prioridades, secundarizando ou mesmo abandonando as demais. A implicação crucial desta escolha era de que o sentido da política até então conduzida, seria profundamente reinterpretado. Em lugar da expansão

---

<sup>83</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 90.

<sup>84</sup> Dulci, O. S. op.cit. pg., 91.

<sup>85</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 91.

articulada entre agricultura e indústria e a busca de equilíbrio entre cidade e campo, agora, desenvolvimento significava industrialização e era algo que se referia basicamente ao espaço urbano<sup>86</sup>.

Em linhas gerais, a proposta de governo de Kubitschek revelou-se bastante consistente dentro dos limites que estabeleceu, porque o seu impacto foi inegavelmente importante em termos do desenvolvimento regional. Tratava-se de uma retomada do legado da fase industrializante de Valadares, aproveitando ainda as iniciativas de Milton Campos naquilo que servia às prioridades traduzidas no “Binômio”<sup>87</sup>.

Ao exprimir a “demarcação de uma área prioritária”, o projeto de Kubitschek implicava, por definição, o enfraquecimento relativo de outros campos de ação governamental, postergando-se a atenção aos problemas a eles ligados. Dentro dessa perspectiva, o lugar da agricultura dentro do novo arranjo constituiu exemplo característico dessa reformulação<sup>88</sup>. Desta forma, a Secretaria da Agricultura, que vinha funcionando desde a década de 1930 como uma espécie de pasta da Economia, núcleo das políticas de desenvolvimento regional em sentido amplo, teve seu peso dentro do governo sensivelmente reduzido nessa fase. Restringiu-se praticamente aos assuntos da agropecuária, conduzidos na forma habitual pelos setores técnicos do órgão<sup>89</sup>.

Como vimos, a plataforma de governo de Juscelino Kubitschek, baseado no binômio “energia-transportes”, teve em dois organismos operacionais, o DER e a CEMIG, o núcleo efetivo para o desenvolvimento econômico estadual.

Quanto a política dos transportes, Kubitschek fez opção declarada pelo rodoviarismo. O DER (Departamento de Estradas de Rodagens), encarregado pelo programa, havia sido implantado em 1946, em consequência da instituição do Fundo Rodoviário Nacional<sup>90</sup>. O programa traçado, por esse órgão, consistiu na abertura e na complementação de 16 rodovias em diversas partes do estado, convergindo para a

---

<sup>86</sup> Dulci, O. S. op.cit. pg., 94.

<sup>87</sup> Idem. pg., 95. Não podemos deixar de mencionar que JK tinha ligações fortíssimas com Benedito Valadares, que com a nova configuração político-partidária pós-Estado Novo, filiou-se ao PSD.

<sup>88</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>89</sup> Ibid. pg., 96.

<sup>90</sup> 60% deste Fundo eram distribuídos aos estados, que, para receberem suas quotas, deveriam ter cada um o seu departamento autônomo (financeira e administrativa) e também um plano rodoviário. Idem. pg., 97.

capital<sup>91</sup>, com o objetivo claro de manter Belo Horizonte como a principal articuladora da economia estadual.

Vejamos alguns dados sobre a política dos transportes em Minas Gerais.

### **TABELA 31**

#### **MINAS GERAIS: EXTENSÃO DAS ESTRADAS CONSTRUÍDAS, CUSTOS E VOLUME DE TERRA ESCAVADO – 1944/1958**

ANO	Extensão Construída	Custos – Cr\$ em 1978	Volume Escavado – 1000 m3
1944	27	-	-
1945	52	-	-
1946	73	19.398	1.195
1947	119	47.675	2.790
1948	141	67.778	2.650
1949	83	45.597	2.792
1950	199	46.096	2.791
1951	183	43.393	3.424
1952	932	195.616	11.500
1953	953	282.008	14.081
1954	952	346.801	12.958
1955	705	502.176	8.080
1956	493	583.186	11.169
1957	312	349.953	6.964
1958	187	217.790	3.193

Fonte: O Surto Rodoviário em Minas Gerais. Editora e Publicidade Editec Ltda, Rio de Janeiro, setembro de 1969. Apud. Diniz, C. C. op.cit. pg., 79.

<sup>91</sup> Ibid. pp., 97/98.

**TABELA 32****MINAS GERAIS: ORIGEM DOS RECURSOS DO DER – 1946/1958 –**  
**CUSTOS/Cr\$ EM 1978**

Anos	FRN	ESTADO	TRE	Fundo Paviment.	Verbas Federais	Outros	Total
1946	25.414	38.324	-	-	-	102	63.840
1947	30.294	55.098	-	-	-	1.680	87.072
1948	63.599	45.000	-	-	103	5.489	114.191
1949	61.590	45.000	-	-	6.296	3.739	116.625
1950	66.275	72.598	-	-	20.788	2.005	161.666
1951	76.347	98.330	-	-	3.402	4.102	182.181
1952	93.779	184.322	124.122	-	10.499	11.060	423.782
1953	125.966	120.000	163.500	-	24.796	6.348	440.610
1954	197.974	120.000	227.942	-	7.779	16.903	570.598
1955	136.359	230.000	267.033	-	58.105	212.235	903.732
1956	151.654	250.000	304.449	145.000	56.853	82.279	990.235
1957	424.552	300.000	394.936	120.000	-	79.202	1.318.690
1958	555.761	510.000	488.853	120.000	-	51.742	1.726.356

Fonte: O Surto Rodoviário em Minas Gerais. Editora e Publicidade Editec Ltda. Rio de Janeiro, setembro, 1969. Apud. Diniz, C. C. op.cit. pg., 80.

**TABELA 33****BRASIL E MINAS GERAIS: EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA FEDERAL,  
PAVIMENTADA E NÃO PAVIMENTADA – 1955/1960 – EM KM.**

	1955			1960		
	PAV	N. PAV	TOTAL	PAV	N. PAV	TOTAL
MINAS GERAIS	95	2.394	2.489	1.785	2.273	4.058
BRASIL	2.376	19.754	22.130	8.675	23.727	32.402

Fonte: GEIPOT. Anuário Estatístico dos Transportes. 1955, 1971, 1981. Apud. Diniz, C. C. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 1987, pg., 236.

**TABELA 34****BRASIL E MINAS GERAIS: EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL,  
PAVIMENTADA E NÃO PAVIMENTADA – 1955/1960 – EM KM.**

	1955			1960		
	PAV	N. PAV	TOTAL	PAV	N. PAV	TOTAL
MINAS GERAIS	84	8.960	9.044	201	13.243	13.444
BRASIL	757	53.291	54.063	4.028	71.925	75.953

Fonte: GEIPOT. Anuário Estatístico dos Transportes. 1955, 1971, 1981. Apud. Diniz, C. C. *Capitalismo,...*op.cit. pg., 237.

Quanto ao programa de energia, também consequência da instituição de um Fundo de Eletrificação, pela Constituição Estadual de 1947, teve um menor impacto político imediato, dado o prazo mais longo exigido para a maturação de investimentos no setor. Todavia, foi expressão, por excelência, da estratégia de promoção industrial como

prioridade do Estado<sup>92</sup>. O plano energético se traduziu na criação da CEMIG ( Centrais Elétricas de Minas Gerais – atualmente Cia Energética de Minas Gerais), em 1952. À CEMIG, cabia concentrar prioridades em quatro grandes projetos, como estratégia de não dispersar esforços no desenvolvimento energético, nos quais transformou em companhias regionais vinculadas a ela. Eram estes os projetos:

- ? Cia. de Eletricidade do Alto Rio Doce (Usina de Salto Grande) – capital misto, 84% estatal, 16% privado – inaugurada em 1956;
- ? Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande (Usina de Itutinga) – 12% de acionistas privados, 88% do Estado – inaugurada em fevereiro de 1955;
- ? Central Elétrica do Piau – empreendimento particular, de que o Estado passou a participar com 50% do capital, sem exercer controle – inaugurada em fevereiro de 1955;
- ? Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce (Usina de Tronqueiras, Governador Valadares) – capital misto, 50,5% Estado, 49,5% particular – inaugurada em janeiro de 1955.

A CEMIG se organizou, desde o início, em moldes gerenciais muito superiores ao de qualquer outra área do governo estadual. Neste sentido, contribuiu com o grande salto qualitativo que ela proporcionou ao tratamento da questão do desenvolvimento energético, bem como o desenvolvimento econômico estadual. Esta empresa desempenhará papel fundamental na área de planejamento ao formar e preservar corpo técnico qualificado. Também, contribuirá para o desenvolvimento industrial de Minas, ao gerar um órgão, como o INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial), nos anos de 1960, que ela instituiu em parceria com o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), para promover investimentos industriais e atrair capitais para o estado<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> Ibid. pg., 98.

<sup>93</sup> Ibid. pp., 98-103.

Vejamos alguns dados sobre o desenvolvimento do setor energético em Minas Gerais.

### **TABELA 35**

#### **BRASIL E MINAS GERAIS: EVOLUÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.**

ANOS	BRASIL		MINAS GERAIS	
	N. Usinas	Potência-Kw	N. Usinas	Potência-Kw
1883	1	52	-	-
1889	3	4.618	1	250
1900	11	12.085	7	2.510
1910	88	158.860	28	11.578
1920	343	357.203	120	42.271
1930	891	747.101	314	90.123
1940	1.499	1.106.517	416	137.217

Fonte: Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. Plano de Eletrificação de Minas Gerais, Vol. IV, pp., 8/9. Apud. Diniz, C. C. *Estado...op.cit.* pg., 34.

**TABELA 36****CEMIG: INVESTIMENTOS E ORIGEM DOS RECURSOS EM Cr\$ 1.000,00 DE 1978.**

BIÊNIOS	Investimentos	Recursos do Estado de MG	Empréstimos Nacionais/valor dos contratos	Empréstimos Externos/valor dos contratos equivalente em Cr\$	Geração Interna de Recursos (depreciação + remuneração do Investimento)
1952	258	171	-	-	-
1953/1954	976	526	200	320	1
1955/1956	1.748	365	607	587	14
1957/1958	2.266	Até o ano de 1955	400	247	14
1959/1960	2.642		-	1.052	474
1961/1962	6.583		-	3.195	1.460
1963/1964	19.415		6.604	4.694	4.833
1965/1966	79.193		60.299	130.746	36.672
1967/1968	196.646		125.984	97.090	120.837
1969/1970	568.049		230.341	142.172	209.804

Fonte: Diniz, C. C. *Estado...op.cit.* pg., 74.

Em suma, a política de energia ilustra bem o alvo central do Governo Kubitschek – a industrialização – por meio do binômio “energia-transportes”. Por esse caminho se tentava acelerar o processo de modernização da economia estadual, na expectativa de que o desenvolvimento se irradiaria da cidade para o campo.

O período que engloba fins da década de 1940 e meados da década de 1950 será a fase em que os industriais mineiros retomarão o projeto da “grande siderurgia” para Minas. Este período terá dois momentos importantes no que envolve a questão siderúrgica: em fins de 1949 e princípios de 1950, na qual a questão dos fretes será motivos de intenso debate e,

objeto de campanha das entidades empresariais mineiras; e a campanha pela USIMINAS, em 1955 e 1956.

No primeiro momento, a burguesia mineira lutará para que na fixação dos fretes seja mantida a relação técnica, e economicamente justificável, entre os fretes das matérias-primas e dos produtos industrializados, visando obter um mínimo de frete na formação do custo desses produtos e alcançar o desenvolvimento harmonioso e racional das diferentes zonas industriais do País<sup>94</sup>. Esta reivindicação das entidades empresariais mineiras cumpriu dois objetivos. Primeiro, que os fretes cobrados aos produtos siderúrgicos mineiros mantivessem uma relação com os fretes cobrados do minério bruto. Isto tornava os produtos de Minas pouco competitivos nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. O segundo objetivo, estaria na crítica tanto do empresariado mineiro como de seu governo, no que diz respeito ao deslocamento da siderurgia para as regiões litorâneas e a elevação da importação de produtos siderúrgicos. Assim, estes fatores, confinariam Minas na condição de região exportadora de matérias-primas, no caso, minérios e importadora de produtos industrializados.

O segundo momento está relacionado, principalmente, ao início da transição industrial em que o país atravessava naquele momento, isto é, a passagem da fase de “industrialização restringida” para a fase de “industrialização pesada”. Neste período se fortalece a necessidade de implantação de indústrias de bens de capital no país, o que levará as entidades empresariais mineiras a reivindicar fortemente uma siderurgia de grande porte no estado. Assim, se pautará a campanha que implantará a USIMINAS.

Não nos cabe aqui realizar uma profunda análise da implantação desta Cia. siderúrgica, pois fugiríamos aos nossos objetivos. O que importa ressaltar é o peso desempenhado pelas entidades empresariais mineiras para sua concretização. A USIMINAS, é a “coroação” da burguesia mineira, que a partir dos anos de 1940 apelará freqüentemente ao Estado para viabilizar um projeto de industrialização que tinha no desenvolvimento da siderurgia o seu papel central<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Delgado, I. G. pp., 94/95.

<sup>95</sup> Delgado, I. G. op.cit. pp., 92-98.

Em suma, a perda do projeto siderúrgico para o Rio de Janeiro, no final dos anos de 1930, levará a burguesia mineira a centrar esforços para a resolução de seus problemas econômicos internos, nos quais terá, na carência de energia e na inadequação dos meios de transportes, os seus maiores obstáculos para o crescimento econômico. As entidades empresariais mineiras verberarão o “atraso econômico” do estado e buscarão na tese da industrialização o seu principal suporte para a “Independência Econômica de Minas”<sup>96</sup>.

Esta independência alentada no projeto dos industriais, os quais defendiam um “amplo programa de industrialização”, estarão nas plataformas dos governos pós-Estado Novo, ou seja, Milton Campos e Juscelino Kubitschek, e estarão em consonância com os anseios da burguesia industrial mineira. Percebe-se, que as entidades empresariais participaram de forma expressiva no diagnóstico e na indicação dos rumos que a economia estadual devia tomar neste período. O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado pela mais importante liderança industrial de Minas, Américo René Gianetti, sistematiza este diagnóstico e aponta o sentido da industrialização através de um “programa de realizações”. O binômio “energia e transportes”, de JK, dará continuidade à perspectiva dos empresários. Em outros termos, as entidades empresariais buscarão reforçar dentro do aparelho de Estado, aqueles centros de poder vinculados à implementação da política de energia e transportes. Revela-se desta forma, a finalidade entre a tecnoburocracia, constituída a partir destes centros de poder, e os empresários<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Esta expressão de Américo R. Gianetti. Ver Delgado, I. G. op.cit. pg., 77.

<sup>97</sup> Idem. pg., 93.

### 8.3 – TECNOCRACIA X TECNOBUROCRACIA

A Revolução de 1930 e o regime autoritário que dela resultou foram terreno propício para o surgimento deste fenômeno. Este, emergiu da necessidade de trazer para dentro da máquina governamental o ideal do progresso através da industrialização, vislumbrando transformar o País em uma grande nação industrializada a partir da intervenção do Estado, visando construir uma infra-estrutura adequada para tal empreendimento.

Em Minas Gerais, o surgimento desse segmento foi mais visível e pioneiro. Uma das explicações plausíveis para tal, de acordo com Fernando Roquette Reis, está na própria formação sociológica dos mineiros, que ao verberar o “atraso econômico” de Minas, tenta implantar os germes de uma ideologia independizante, que transformaria o estado em um grande centro industrial, apoiado no grande volume de seus recursos naturais<sup>98</sup>.

Antes de abordarmos a polêmica entre tecnocracia e tecnoburocracia, analisaremos como a tecnoburocracia penetrou no espaço público mineiro. Há polêmicas sobre este assunto.

Segundo Aureliano Gama de Andrade, a penetração da tecnocracia nas esferas pública mineira com o objetivo de conduzir o processo de industrialização do estado, estaria em dois momentos: no primeiro, na constituição da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), na década de 1950 com a participação, principalmente, de engenheiros dentro desta elite tecnocrática, os quais, teriam papel relevante na definição das políticas econômicas desencadeados pelos governos estaduais. No segundo, com a constituição do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), na década de 1960, no qual teria a ascensão dos economistas que se espalhariam pela administração pública estadual, promovendo as modificações que garantiriam a criação de um aparato institucional de

---

<sup>98</sup> Reis, F. R. *Minas: 50 anos de Industrialização*. Monografia. (mimeo). Belo Horizonte: 1983, pp., 08/09.

apoio a industrialização, através do INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial) e da reforma da Secretaria de Finanças<sup>99</sup>.

Já Clélio Campolina Diniz situa o aparecimento da tecnocracia, em três momentos: em primeiro lugar, na ascensão de Israel Pinheiro à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, em 1933; no segundo, na CEMIG, com a participação dos engenheiros; e, por último, no BDMG com os economistas<sup>100</sup>.

Todavia, a análise dos dois autores citados acima, acerca da afirmação da tecnocracia, está relacionada a desarticulação econômica do estado, e na debilidade do empresariado mineiro<sup>101</sup>.

De acordo com Delgado esta discussão é infundada, não a respeito da dispersão industrial mineira, mas pela debilidade da burguesia local. Para o autor, o papel da tecnocracia não era estranho às perspectivas dos empresários mineiros e, em boa medida, foi reivindicada pelas entidades empresariais. O que importa ressaltar, salienta o autor, é a relação desta elite tecnocrática com o empresariado do estado e a própria validade da noção de tecnocracia<sup>102</sup>.

O conceito de tecnocracia fundamenta-se no alargamento da importância do contingente científico e técnico dentro das organizações empresariais e do Estado, em face do processo de desenvolvimento tecnológico, das alterações verificadas na estrutura da empresa capitalista, e na sua relação com o ambiente, bem como o papel desempenhado pelo Estado, com o advento do capitalismo monopolista com regulação estatal<sup>103</sup>. Assim, é o saber, isto é, os conhecimentos técnicos e científicos que tornam os tecnólogos<sup>104</sup> uma força social capaz de intervir na arena de interesses em disputa econômica capitalista, como algo distinto, no que toca aos interesses a realizar através do acesso ao Estado e/ou do controle das empresas. Em outros termos, é o saber a fonte do poder de que dispõem os tecnólogos, quando exercem funções de direção, seja nas empresas, seja no Estado.

---

<sup>99</sup> Andrade, L. A. G. *Tecnocracy and Development: the case of Minas Gerais*. Michigan University, 1980.

<sup>100</sup> Diniz, C. C. op.cit.

<sup>101</sup> A respeito desta questão, consultar Delgado, I. G. op.cit. pg., 67.

<sup>102</sup> Ibid. Ibidem.

<sup>103</sup> Ibid. pg., 68.

<sup>104</sup> Tecnólogos é a expressão usada por Carlos Estevam Martins no qual designa um contingente de pessoas ocupadas em funções científicas e técnicas. Martins, C. E. *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1974, pg., 21.

Contudo, Delgado discorda dessa proposição. Para ele, por mais que seja acentuada a importância do contingente do saber científico e técnico nos processos de tomadas de decisões, sua intervenção não corresponde, no entanto, à de uma força social distinta. Fazem-no, como *menager* da empresa capitalista, por delegação funcional do capital e, no Estado, como tecnoburocratas, ou seja seu poder não tem origem no saber que dispõem, mas numa delegação<sup>105</sup>. Assim, em se tratando de políticas de Estado, o técnico se transforma em burocrata<sup>106</sup>, claro um burocrata mais informado e influente, em que sua posição específica no aparelho de Estado, é definida por meio de delegação e não pelo fato de compartilhar um determinado saber. Deste modo, o técnico se torna um tecnoburocrata<sup>107</sup>.

Concordamos com os argumentos de Delgado colocados acima, pois, em se tratando do processo de industrialização de Minas Gerais e o papel preponderante da intervenção pública no curso deste processo, esta elite técnica, seja engenheiro, seja economista..., tivera o poder de decisão por meio de delegação no aparelho estatal, no qual puderam efetivar os seus projetos de desenvolvimento econômico, os quais serviam aos objetivos do Estado e os anseios da burguesia, formando assim, uma elite tecnoburocrata que terá, em primeiro lugar, na constituição da CEMIG, na década de 1950, com os engenheiros<sup>108</sup>, e com a constituição do BDMG, com os economistas, seu lugar de origem.

---

<sup>105</sup> Ibid. pg., 70.

<sup>106</sup> A respeito da transformação do técnico em burocrata, ver Martins, C. E. op.cit. Capítulo II.

<sup>107</sup> Delgado, I. G. op.cit. pg., 70.

<sup>108</sup> A respeito do papel dos engenheiros como elite técnica, consultar Carvalho, J. M. *A Escola de Ouro Preto: o Peso da Glória*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. Este estudo é de fundamental importância para ver o peso significativo da Escola de Engenharia de Minas, na formação da elite empresarial e técnica de Minas Gerais.

## **OBSERVAÇÕES FINAIS**

O objetivo desta terceira parte de nossa pesquisa foi abordar, em linhas gerais, as políticas econômicas, tanto do governo federal, como a do governo estadual mineiro e a sua relação com o empresariado nacional e estadual na condução de tais políticas, no período que se estende de 1930 a 1955. Para isso, discutimos o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, nos filiando a formulação teórica sobre a **Perspectiva Integrada de Análise Estado/Sociedade**, na qual se propõe uma abordagem que inclui o papel das diferentes classes, frações de classe e categorias sociais, na disputa pelo aparelho estatal e seus objetivos na condução do desenvolvimento econômico e social de uma determinada sociedade. No caso em questão, aplicamos esta teoria na abordagem sobre as condições em que se inseriu a industrialização mineira, no contexto do processo de industrialização brasileiro.

Nossa análise não foi de questionar a fundamental importância do papel do Estado como promotor do desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente, após a Revolução de 1930. Até porque, para nós, é claro, que o papel do Estado é imprescindível na condução de qualquer política de desenvolvimento sócio-econômico, em países de capitalismo e industrialização tardios, como é o caso do Brasil. No entanto, coube-nos, a partir da literatura com a qual nós nos identificamos, discutir a ação de um determinado segmento social, no caso a burguesia, na sua fração industrial, na formulação e na condução junto à burocracia estatal do processo de industrialização nacional, bem como visualizar a trajetória para a sua hegemonia frente as outras classes e frações de classe tanto em nível federal quanto em Minas Gerais, nos períodos posteriores à nossa análise.

Ao abordar tal tema, partimos de um marco histórico importante, isto é, a Revolução de 1930, cujo movimento se insere dentro da transição ocorrida no País, na qual se inicia a passagem de uma sociedade agrária-exportadora para uma sociedade urbana-industrial. O Estado que emerge deste episódio, será centralizado e intervencionista, o qual estabelecerá, num primeiro momento, um compromisso entre as várias forças sociais, com

exceção das classes trabalhadoras<sup>109</sup>, para reajustar a estrutura interna do País e possibilitar o desenvolvimento econômico pautado no crescimento do mercado interno e no desenvolvimento da indústria nacional. Colocamos como ponto final de nossa análise o ano de 1955, que se marca a transição da fase de industrialização restringida para a fase de industrialização pesada, em nível nacional e marca também a fase de especialização da indústria mineira voltada para o setor mínero-metalúrgico, a qual se insere na transição industrial brasileira descrita acima.

Por fim, discutimos o surgimento de um novo segmento social embutido nas classes médias urbanas que foi de fundamental importância para o processo de industrialização brasileiro, a tecnoburocracia. Esta, surge a partir da necessidade, tanto do Estado como da burguesia industrial, de formar uma elite “técnica” para servir a burocracia estatal, e formular projetos a fim de criar as condições favoráveis ao desenvolvimento industrial do Brasil. Em Minas Gerais, esta elite tecnoburocrata terá suas origens na constituição da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), na década de 1950, e na criação do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), na década de 1960.

Em suma, o que esta terceira parte do estudo tentou demonstrar foi, em primeiro lugar, que qualquer análise sobre o processo de desenvolvimento econômico e social, de qualquer sociedade, tem que levar em conta as relações entre a burocracia estatal e as forças sociais que disputam sua hegemonia. Em segundo lugar, o papel do Estado foi de extrema importância para o processo de industrialização ocorrido no Brasil, pós-Revolução de 1930. Por último, que a burguesia, principalmente, a sua fração industrial, não constituiu em grupo hegemônico na transição de um modelo primário-exportador para um modelo urbano-industrial. Não se permite todavia dizer que sua atuação foi desarticulada, fraca ou mesmo, passiva. Esta, na verdade, revelou-se capaz de sustentar um projeto de dominação capitalista, cujos rumos contribuiria para definir. Sua ação encontrava-se dentro dos limites do próprio processo de industrialização tardia, ocorrido no Brasil, em que, como vimos, a participação do Estado revelou-se de suma relevância.

A ação empresarial em Minas Gerais, a partir das suas entidades de classe, principalmente, a FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), bem como suas lideranças, destacando-se aí, Américo René Gianetti, foi de participação inegável na

---

<sup>109</sup> A classe operária é objeto de cooptação dentro de uma política paternalista-sindical.

condução das políticas de desenvolvimento econômico e industrial do estado, no período abordado. Como vimos anteriormente, essa nova elite empresarial que surge na região central do estado, egressa do setor “mínero-metalúrgico”, definirá esse ramo como principal setor industrial de Minas e, ao longo das três décadas estudadas, ou seja, 1930, 1940 e 1950, intervirá indiretamente e/ou diretamente, através do aparelho estatal, nas formulações e conduções de políticas que visará a industrialização do estado, bem como sua “independência econômica”, identificada pelo “atraso econômico”, o qual a burguesia mineira tanto verberava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa que agora se encerra, cujo título é *Percalços da Industrialização: o caso de Minas Gerais*, foi analisar a trajetória da economia mineira desde a crise da mineração aurífera, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, até a inserção de Minas Gerais no processo de industrialização brasileiro, nas décadas de 1940 e 1950. Ao fazermos tal análise, elegemos como enfoque principal o desenvolvimento industrial do estado.

Definimos o título desta pesquisa como “percalços da industrialização”, porque ao abordarmos a história econômica de Minas Gerais no período citado, pudemos perceber que aquele Estado mediterrâneo não teve um desenvolvimento econômico homogêneo, em que uma determinada região pudesse articular e liderar as outras regiões, no sentido de integração do seu mercado. O que ocorreu em Minas Gerais foi um crescimento desarticulado e descontínuo, em que a integração de suas microrregiões no plano econômico não foi estimulado. Com efeito, isto terá fortes conseqüências quando o Brasil iniciar seu processo de industrialização a partir da década de 1930.

Ao percorrermos esta longa trajetória da economia mineira, do século XIX até a década de 1950, concluímos que o desenvolvimento da economia mineira, pós-ciclo do ouro, formou ao longo do século XIX, uma sociedade heterogênea e com uma economia diversificada. Desta forma, coexistiram múltiplas formas de organização do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa e com fortes vínculos externos, em que a participação da mão-de-obra escrava foi preponderante.

Também, ao abordarmos a economia mineira no século XIX, tínhamos o objetivo de reafirmar a teoria do **mosaico mineiro** de J. Wirth (Minas Gerais: Fiel da Balança), que analisa que Minas Gerais não se constituiu como uma região homogênea, e sim, um mosaico de microrregiões que dificilmente se interligavam economicamente entre si, e que sofriam influências ou estavam voltadas para mercados de outras regiões. Ao nosso ver, qualquer análise sobre a formação sócio-econômica de Minas Gerais, é preciso relevar tal teoria.

Acerca das condições em que se desenvolveu a indústria em Minas Gerais, nosso objetivo foi tentar periodizar o seu surgimento e seu desenvolvimento, e mostrar que esta

emergiu de forma descentralizada e num espaço econômico desarticulado. O surto industrial ocorrido na cidade de Juiz de Fora, entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, fruto dos surtos industriais que ocorreram em regiões em que predominaram os complexos cafeeiros regionais, não produziu os efeitos dinâmicos, como se deu em São Paulo, de modo a integrar as diversas Minas. Do nosso ponto de vista, isso não ocorreu devido Juiz de Fora ter desenvolvido um parque industrial periférico frente aos parques industriais de São Paulo e Rio de Janeiro, e que, portanto, no período posterior a 1930, teve seu mercado regional disputado pelas indústrias do pólo paulista e guanabarrino, como consequência do movimento de integração do mercado nacional.

Com efeito, será a consolidação do setor mineiro-metalúrgico, a partir da segunda metade da década de 1950, fruto da transição industrial que ocorre no país naquele momento, e também, do novo movimento de integração do mercado nacional, que irá conduzir progressivamente a região central do estado, à condição de área tendencialmente concentradora da atividade industrial, dando suporte ao projeto de constituição de um pólo que articulasse as diversas Minas.

É o setor mineiro-metalúrgico que irá conduzir a transição do centro dinâmico da economia mineira, da Zona da Mata para a Zona Metalúrgica, a partir da década de 1930. Desta forma, emerge também uma nova elite industrial representada por aquele setor, e que terá participação ativa na defesa de seus interesses junto a burocracia estadual, e na condução de políticas econômicas.

Este estudo não teve maiores pretensões, a não ser, o objetivo de tentar periodizar o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, bem como realizar uma síntese da história econômica mineira do século XIX até a década de 1950, tendo como principal enfoque o seu desenvolvimento industrial.

Acreditamos que no passo de uma dissertação de mestrado o caminho percorrido foi rico e pedagógico sobretudo. História, Economia e Política, foram disciplinas que se ultrapassaram permanentemente, uma a favor da outra, testemunho da transdisciplinaridade de que se reveste o processo social. Formalmente o resultado do estudo reclama essa consideração e, por apontar em várias direções, pode propiciar outros objetos de pesquisa. É o que esperamos ter conseguido.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANDRADE, L. A . G. *Tecnocracy and Development: the case of Minas Gerais*. Michigan University, 1983.
- ANDRADE, R. G. *Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e seus Vínculos de Parentesco*. (Doutorado). São Paulo, USP, 1995.
- ANDRADE, S. M. B. V. *Classe Operária em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.
- AURELIANO, L. *No Limiar da Industrialização*. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 1998.
- BARBOSA, W. A . *História de Minas*. 3 vol., Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- BASTOS, W. L. *Mariano Procópio Ferreira Lage sua Vida, sua Obra, sua Descendência*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.
- BOSCHI, R. R. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRANDÃO, C. A . *Uma História da Longa Construção da Unidade Nacional: Notas sobre a Natureza da Formação e Integração do Mercado Nacional*. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5. Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE, São Paulo: FEA/USP, 2001.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- CARDOSO, F. H. *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1972.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. 10 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- CARVALHO, J. M. *A Escola de Ouro Preto: o Peso da Glória*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- COLEÇÃO LEIS MINEIRAS. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

- COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais – 1889/1964*. (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1978.
- DELGADO, I. G. *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – PERÍODO REPÚBLICANO. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.
- DINIZ, C. C. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, C. C. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 1987.
- DINIZ, E. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil – 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- DINIZ, E & BOSCHI, R. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.
- DULCI, O. S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- ESTEVES, A. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. 2 vol., 9 ed., São Paulo: Globo, 1991.
- FAUSTO, B. *Revolução de 1930: História e Historiografia*. 13 reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FRITSCH, W. *Apogeu e Crise na Primeira República*. In: ABREU, M. P. et alli. *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 16 ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- GIROLETTI, D. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- GOMES, F. M. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

- GORENDER, J. *A Burguesia Brasileira*. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRANZIERA, R. G. *Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979.
- GRANZIERA, R. G. *Riqueza e Tradição na Independência*. In: SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. A. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GRANZIERA, R. G. *Engagements of War and Economic Planning in Brazil – 1942/1955*. In: *Enterprises et Histoire*. Paris: ESKA, n. 19, octobre, 1998.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LANA, A. L. D. *Transformação e Trabalho*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- LENHARO, A. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolos, 1979.
- LENIN, V. I. U. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, (Os Economistas), 1982.
- LIMA, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LIBBY, D. C. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUZ, N. V. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1960.
- MARTINS, C. E. *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MARTINS, L. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MARTINS, R. B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Texto para Discussão n. 10, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.
- MOORE, JR. B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- OLIVEIRA, C. H. L. S. *A Astúcia Liberal*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1986.

- OLIVEIRA, F. *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Estudos CEBRAP, outubro, 1972.
- OLIVEIRA, M. T. R. *Indústria Têxtil Mineira no Século XIX*. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, vol. 1, Belo Horizonte: 1993.
- OLIVEIRA, M. T. R. *Formas de Organização da Propriedade na Indústria Têxtil Mineira no Século XIX*. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3. Conferência Internacional de História de Empresas, vol. 2 ABPHE, Niterói: 1996.
- OLIVEIRA, M. R. *Imigração e Industrialização: Alemães e os Italianos em Juiz de Fora*. (Mestrado). Niterói: UFF, 1991.
- OLIVEIRA, M. R. *Mercado Interno e Agroexportação: As Origens da Expansão Cafeeira na Zona da Mata Mineira: Notas para uma Pesquisa*. In: Revista LOCUS, vol. 1, Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.
- OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. 2 ed., Juiz de Fora: Comércio & Indústria, 1966.
- PAIVA, C. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1996.
- PAULA, J. A. . *O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1988.
- PAULA, M. C. S. *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1976.
- PELÁEZ, C. M. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PIRES, A. J. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. (Mestrado). Niterói: UFF, 1993.
- REIS, F. R. *Minas: 50 anos de Industrialização*. (Monografia). (mimeo). Belo Horizonte: 1983.
- SCHARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

- SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- SLENES, R. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Cadernos do IFCH, n. 17, Campinas: UNICAMP, 1985.
- STEIN, S. J. *Grandeza e Decadência do Café*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.
- VIEIRA, E. P. *Minas Gerais: A Dominação Burguesa – Conflitos Políticos e Formas de Organização – 1927/1940*. (Doutorado). São Paulo: USP, 1984.
- VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. *Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889/1945*. 2 ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- WAKEFIELD, E. G. *A View of Art Colonization*. New York: A. M. Kelley, 1849.
- WEFFORT, F. C. *Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- WIRTH, J. *O Fiel da Balança*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.